

**INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR**

(2002/2004)



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IAEM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

*Europeísmo versus Atlantismo.
Incompatibilidade ou Complementaridade?
Que perspectivas para Portugal?.*

**João Alberto Gonçalves Domingos
MAJ INF**



*Europeísmo versus Atlantismo. Incompatibilidade
ou Complementaridade? Que perspectivas para
Portugal?*

Instituto de Altos Estudos Militares
Lisboa, 15 de Novembro de 2003



RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo analisar a complementaridade ou incompatibilidade das opções político-estratégicas que se colocam a Portugal neste início de século XXI, marcado por um mundo em acelerada mudança.

Este assunto reveste-se de especial importância pela sua actualidade, uma vez que a Europa prepara-se para grandes transformações, como consequência do maior alargamento da sua história, da adopção de um conceito estratégico e da aprovação de uma Constituição Europeia.

Efectuámos uma análise à História de Portugal, no sentido de identificar as constantes que identificaram o modelo Atlântico adoptado por Portugal até ao último quartel do Séc. XX. Estudámos os motivos e o trajecto de adesão de Portugal à CEE, que o levaram a abandonar um projecto velho de cinco séculos. Analisámos também qual a evolução Portuguesa após a adesão, e os motivos que o encaminharam para uma opção euro-atlântica.

No que diz respeito à União Europeia, analisámos os factos que marcaram a construção europeia, pondo em evidência as duas linhas de pensamento (atlantista e europeísta) que marcaram essa construção e quais as consequências e os desafios que o alargamento trará para a UE. Estudámos a Constituição Europeia no sentido de identificar quais as grandes transformações preconizadas neste documento refundador da União.

Estes foram os alicerces que serviram de apoio para dar resposta à questão central por nós levantada.

Concluímos que Europeísmo e Atlantismo são complementares e que a opção euro-atlântica é a que melhor serve o interesse nacional, não constituindo opção a exclusividade entre Europeísmo ou Atlantismo. No que diz respeito à transformação da Europa, é vital para o nosso país não permitir que a Europa deixe de ser atlântica.



DEDICATÓRIA

À Carla, pelo apoio, estímulo, compreensão e paciência que sempre manifestou. Ao João e Joaquim, pelo pouco tempo que lhes dediquei ao longo de um ano e meio.



AGRADECIMENTOS

O autor deste trabalho expressa o seu reconhecimento a todos quanto contribuíram para que o mesmo fosse uma realidade.

Destaca-se o contributo do Sr General Loureiro dos Santos e do Major Vale do Couto pela disponibilidade e o apoio prestados na sua realização.



LISTA DE ABREVIATURAS

- ACO** – Allied Command of Operations
ACP – África, Caraíbas e Pacífico
ARJM – Antiga República Jugoslava da Macedónia
BCE – Banco Central Europeu
CECA – Organização Europeia do Carvão e do Aço
CED – Comunidade Europeia de Defesa
CEE – Comunidade Económica Europeia
CEMGFA – Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CIG – Conferência Intergovernamental
CPE – Cooperação Política Europeia
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre
EUA – Estados Unidos da América
GM – Guerra Mundial
JAI – Justiça e Administração Interna
METO – Middle East Treaty Organization
MNE – Ministro dos Negócios Estrangeiros
OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCE – Organização de Segurança e Cooperação da Europa
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC – Política Agrícola Comum
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PESC – Política Externa e de Segurança Comum
PESD – Política Europeia de Segurança e Defesa
PIB – Produto Interno Bruto
PSDC – Política de Segurança e de Defesa Comum
QG – Quartel General
SACEUR – Supreme Allied Commander Europe
SEATO – South East Asian Trade Organization



TUE – Tratado da União Europeia

UE – União Europeia

UEM – União Económica e Monetária

UEO – União Europeia Ocidental

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE – Zona Económica Exclusiva



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
DEFINIÇÃO DO OBJECTIVO DO TRABALHO	2
IMPORTÂNCIA DO ESTUDO	2
DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	2
CORPO DE CONCEITOS	3
METODOLOGIA	3
ORGANIZAÇÃO E CONTEÚDO DO TRABALHO	4
CAPÍTULO I - REALIDADE GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA PORTUGUESA...	5
I.1. POSIÇÃO GEOGRÁFICA	5
I.2. VALOR GEOESTRATÉGICO DE PORTUGAL	7
I.3. POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES	8
CAPÍTULO II - PERSPECTIVA HISTÓRICA	10
II.1. O ATLANTISMO HISTÓRICO DE PORTUGAL FACE À EUROPA	10
II.2. A CONSTRUÇÃO EUROPEIA	11
II.2.1. Europeísmo Continental vs Europeísmo Atlantista na Construção Europeia	11
II.2.2. A Europa Militar	13
II.2.2.1 - A definição do Europeísmo Continental	13
II.2.2.2. A definição do Europeísmo Atlantista.....	14
II.2.3. A Europa Económica.....	14
II.2.3.1. A linha do Europeísmo Atlantista	14
II.2.3.2. A linha do Europeísmo Continental	15
CAPÍTULO III – A UNIÃO EUROPEIA.....	16
III.1. O TRAJECTO DE ADESÃO DE PORTUGAL À CEE.....	16
III.2. A EVOLUÇÃO RECENTE DA UNIÃO EUROPEIA	18
III.2.1. O tratado de Maastricht	19
III.2.1.1. A Política Externa e de Segurança Comum	21
III.2.1.1.1 A Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD).....	22
III.2.1.2. Os mecanismos de tomada de decisão	26



CAPITULO IV – O FUTURO DA UE E AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS	28
IV.1. CONSEQUÊNCIAS DO ALARGAMENTO PARA A UE.....	28
IV.2. AS OPÇÕES DE FUTURO DA UNIÃO EUROPEIA	30
IV.3. O PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO EUROPEIA	33
IV.3.1. Principais alterações na PESC	34
IV.4. AS PRINCIPAIS CRÍTICAS AO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO EUROPEIA	36
IV.5. A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA PARA A UE.....	38
CAPITULO V - PERSPECTIVAS PARA PORTUGAL	42
V.1. A EVOLUÇÃO PORTUGUESA APÓS A ADESÃO À CEE	42
V.1.1.Evolução da Política Externa e Política de Defesa.....	43
V.1.2 Evolução no Plano Económico.....	46
V.2. AS TRANSFORMAÇÕES NA EUROPA E AS PERSPECTIVAS PARA PORTUGAL	47
V.2.1. No Plano Económico.....	47
V.2.2. Na Política Externa e Política de Defesa.....	49
CONCLUSÕES	52
BIBLIOGRAFIA	
APÊNDICES	
ANEXOS	



ÍNDICE DE APÊNDICES



ÍNDICE DE ANEXOS



INTRODUÇÃO

Longe vão os dias em que a Política Externa e de Segurança de um país podia ser definida a partir de um conjunto de axiomas simples. Por exemplo, em 1952, o Tenente-Coronel Pereira da Conceição podia escrever sem hesitação ou receio de errar: “Portugal só pode continuar a desempenhar a sua missão histórica e universalista como potência do mar, se se apoiar na potência do mar que tenha o domínio do mesmo. A aliança única que lhe convém é a da potência que domina os mares, quer ela ontem se chamasse Inglaterra, hoje se chame Estados Unidos, ou amanhã Japão” (Conceição, 1952, 14).

No início do Séc. XXI, depois do colapso da organização da comunidade internacional ditada pela dura disciplina da Guerra Fria, a certeza de uma tese desse tipo enfraquece substancialmente, quando confrontada com a complexidade dos factores de mudança estrutural e conjuntural que marcam a célere e incerta mudança do sistema internacional contemporâneo.

A globalização, entendida como “o conjunto de processos que tornam possível a concepção, produção, distribuição e consumo de produtos, processos, bens e serviços integrando uma crescente interacção de grupos, empresas, instituições e organizações à escala mundial e utilizando instrumentos de controlo organizados numa base interactiva também universal” (Castanheira, 2002, 253), envolve todos os Estados numa teia de complexidade crescente, organizando a estrutura geral em grandes espaços, de natureza variada. Verifica-se então que as fronteiras geopolíticas se encontram já ultrapassadas, pelo menos no que diz respeito ao âmbito económico, pois já não existem interesses económicos puramente nacionais. Assim, a Geopolítica tem vindo a ceder passo à Geoeconomia, e a função dos Estados tem vindo a tornar-se menos importante, face à intervenção de forças transnacionais, de que as multinacionais constituem o mais destacado exemplo.

Ao aderir aos grandes espaços, os estados procuram organizar as respostas que superam as insuficiências das soberanias clássicas, ou assumem interesses novos que nunca estiveram a cargo dessas soberanias. Essa integração cria novas oportunidades em simultâneo com novas ameaças, estrutura ao mesmo tempo que desorganiza, aglutina no mesmo movimento que exclui e marginaliza. A pluralidade de fronteiras afecta certamente todos os estados, mas seguramente tem maior incidência, naqueles que são abrangidos pelo traçado de mais do que um grande espaço, vendo assim limitadas ou eliminadas algumas das capacidades tradicionais e acentuada a sua condição de exógeno.

No espaço de uma geração, Portugal conheceu uma multiplicidade de fronteiras. As fronteiras geográficas passaram de multicontinentais à fronteira de origem dos 92000 Km² europeus. Com o final da II GM, a fronteira de segurança assume contornos diferentes da fronteira geográfica, e



diferente da fronteira económica com a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986. Finalmente em 1996, com a adesão à Comunidade dos Países Língua Portuguesa, a fronteira cultural é diferente das três anteriores.

Com a descolonização e com a entrada na então CEE, Portugal abandona um conceito estratégico, que tinha a sua última expressão escrita no título VII da Constituição de 1933 (Moreira, 1991), e que era eminentemente atlântico, não tendo ainda efectuado a necessária redefinição estratégica para se afirmar num mundo globalizado.

Definição do objectivo do trabalho

Face ao tema proposto pretende-se perspectivar o futuro de uma Europa em transformação, e averiguar da compatibilização das opções político-estratégicas que se colocam a Portugal, no quadro da crescente integração Europeia, face à sua constante histórica Atlantista.

Importância do Estudo

A União Europeia conheceu ao longo dos últimos dez anos, uma evolução sem precedente na sua história. Com a União Económica e Monetária, realizou a integração económica dos seus Estados Membros e constituiu-se como potência económica a nível mundial. Ao mesmo tempo, assume uma dimensão política e dá os primeiros passos para ter capacidades próprias em matéria de Segurança e Defesa. Neste momento, prepara-se para realizar o maior alargamento da sua história ao acolher no seu seio 12 Estados do Centro e Leste da Europa, o que lhe aumentará o poder económico, mas que poderá ter consequências nos equilíbrios conseguidos até agora no seu seio.

Este alargamento é simultâneo com a tentativa de criar condições para uma maior integração política, que poderá levar à aprovação de uma Constituição Europeia. Estes acontecimentos realizam-se numa altura em que a Europa se encontra dividida em relação à posição a tomar face aos Estados Unidos, em virtude da política externa seguida por este. Esta divisão é visível quer nas posições tomadas pelos dirigentes dos estados membros, quer na opinião pública dos mesmos, degradando a relação transatlântica, relação esta que permitiu estabilizar a Europa após a II Guerra Mundial e o seu desenvolvimento económico. A Europa e Portugal encontram-se pois, num momento crucial da sua história, onde importantes decisões terão que ser tomadas. Dessas decisões poderá depender o futuro de Portugal, enquanto Estado soberano.

Delimitação do Estudo

Todos os actores internacionais vivem entre si relações de cooperação, acomodação ou conflito. Tendo os estados como objectivo principal a prossecução dos objectivos nacionais permanentes e a sua afirmação como estados soberanos, o alcance dos referidos objectivos, independentemente das vontades alheias, torna-se premente.



Podendo os objectivos de Portugal, assumir várias vertentes, pretende-se que o presente trabalho se limite ao estudo da incompatibilidade ou complementaridade da opção Europeísta face à opção Atlantista, no âmbito da Política Externa, na vertente de Segurança e Defesa e na vertente Económica.

Corpo de Conceitos

Atlantismo – Expressão que designa a cooperação política, civil e militar desenvolvida pelos países que constituem a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Polis, 1983). No nosso entender, e para Portugal, esta expressão designa um conceito mais vasto. Assim, entendemos Atlantismo como a expressão que designa a cooperação política, civil, militar, económica e cultural, desenvolvida por Portugal, não só com os países membros da OTAN, mas também com aqueles com quem tem ligações históricas, aproveitando assim a fronteira marítima para estabelecer relações de cooperação.

Europa – Quando se aplica este termo, pressupõe-se a existência de uma unidade geopolítica, o que, como sabemos não é verdade. Pegando na concepção de Marc Bomefons, pode-se dizer que existem quatro Europas: a ocidental, cujas fronteiras se aproximam das do Império Romano do Ocidente; a Europa do Centro e Leste que se estende dos Balcãs ao Báltico; a Europa das Estepes, que coincide com a Rússia e a Europa Muçulmana, constituída pelos Balcãs (Lousada, 2003). Deste modo a Europa a que nos vamos referir no desenvolvimento deste trabalho, é a constituída pelos países da UE.

Europeísmo – Expressão que designa a doutrina e práticas políticas, que visam a defesa da unificação dos estados europeus, com o objectivo de constituir uma unidade geopolítica.

Metodologia

O nosso percurso metodológico iniciou-se efectuando uma pesquisa bibliográfica e documental (livros, artigos de opinião em revistas, jornais e Internet) sobre o tema em questão. Definimos em seguida a questão central que guiou a nossa investigação. Como complemento efectuámos uma entrevista ao Sr General Loureiro dos Santos.

Definimos como questão central: *“De que forma é possível a Portugal compatibilizar uma opção político-estratégica Europeísta com o seu Atlantismo histórico?”*

Da questão central apresentada, identificamos como suas derivadas, as seguintes questões:

- Que correntes de pensamento estiveram na origem do Europeísmo?
- Como evoluiu a construção europeia?
- A relação euro-atlântica foi indispensável para a construção europeia?
- Quais as grandes opções que se colocam ao futuro da Europa?
- Quais as consequências que o alargamento vem trazer à UE?



- Que transformações são introduzidas com o projecto de constituição europeia?
- O desenvolvimento da Identidade Europeia de Segurança e Defesa deve apontar para uma Europa autónoma em relação aos EUA?
- A relação transatlântica continua a ser indispensável para a segurança, estabilidade e desenvolvimento da União Europeia?
- O valor geoestratégico da localização geográfica Portuguesa mantém-se importante?
- Que modelos de inserção internacional foram adoptados por Portugal até à adesão à CEE?
- Quais as principais alterações que a adesão à CEE provocaram no plano económico e na vertente de segurança e defesa?
- Quais as perspectivas para Portugal resultantes do alargamento da UE, nas vertentes económica e de segurança e defesa?
- O Europeísmo ou o Atlantismo constituem opções estratégicas alternativas e exclusivas?
- Que posição deve Portugal assumir face às transformações previstas para a UE?

Foram levantadas como hipóteses orientadoras do estudo:

- Para a Política Externa Portuguesa, o Europeísmo é complementar do Atlantismo, nas vertentes económica e de segurança e defesa.
- A adesão à Comunidade Económica Europeia foi, e continuará a ser, fundamental para o desenvolvimento de Portugal.
- A relação transatlântica continua a ser indispensável para a segurança, estabilidade e desenvolvimento da UE e de Portugal.

Organização e conteúdo do trabalho

O presente trabalho está organizado em introdução, cinco capítulos e conclusões. Após a introdução, dedicamos um capítulo à realidade geopolítica e geoestratégica portuguesa, com a finalidade de identificar as potencialidades e vulnerabilidades no domínio das alternativas estratégicas, tentando evidenciar os factores que encaminham para uma opção Atlântica ou Europeia.

No segundo capítulo faremos uma retrospectiva da História de Portugal, identificando as constantes que delinearam o modelo Atlântico adoptado por Portugal até ao último quartel do Séc.XX. Faremos também uma análise dos principais factos que marcaram a construção europeia até aos anos oitenta, pondo em evidência as duas linhas de pensamento que marcaram essa construção.

No terceiro capítulo analisaremos os motivos e o trajecto da adesão de Portugal à UE, a evolução recente da União Europeia, detalhando o pilar comunitário de natureza supranacional, e a



Política Externa e de Segurança Comum, de natureza intergovernamental, analisando o processo de tomada de decisão, pondo em evidência as diferenças resultantes da sua natureza.

No quarto capítulo analisaremos as consequências para a UE resultantes do alargamento a Leste e as opções estratégicas com que a UE se confronta, em consequência dos últimos acontecimentos à escala mundial, factores que lhe colocam grandes desafios. De seguida analisamos o modo como a UE se está a preparar para enfrentar esses desafios, nomeadamente através da aprovação de um projecto de Constituição Europeia e da adopção de um Conceito Estratégico, referindo as alterações resultantes dessas aprovações.

No quinto capítulo, analisaremos a evolução de Portugal, na sequência da alteração do modelo de inserção internacional atlântico para euro-atlântico. Detalharemos de seguida quais as perspectivas que se abrem a Portugal, resultantes da transformação da UE, apontando as opções estratégicas que deverá seguir, respondendo assim à questão central.

CAPÍTULO I - REALIDADE GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA PORTUGUESA

Ao longo dos tempos, tem-se verificado uma simbiose entre a política dos estados e a geografia dos espaços por eles ocupados, devendo a geografia ser considerada como uma geratriz básica do poder, sendo o seu factor mais estável. Os três elementos da Geografia Física mais importantes nas análises geopolíticas são a extensão, o relevo e a posição. Contudo, quando se estuda o paradigma da oposição mar-terra, a maior importância relativa é atribuída à posição. É o que está subjacente à elaboração de modelos que colocam no centro das suas análises a posição (Martins, 1996). É nesta perspectiva que nos propomos desenvolver este capítulo.

Ao longo dos seus oito séculos de história, Portugal viveu diferentes realidades geopolíticas, ou seja, em cada época a relação da sua política com os espaços em que se inseria, e com a acção estratégica que desenvolveu no relacionamento com os outros actores do sistema político internacional, foi sofrendo alterações. Como sabemos, hoje a fronteira geográfica é diferente da fronteira económica (definida pela UE), que por sua vez não coincide com a fronteira de segurança e defesa (definida pela OTAN), nem com a fronteira cultural (definida pela CPLP).

I.1. Posição geográfica

O espaço português é constituído pelo território continental, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores e pela Zona Económica Exclusiva (MDN, 1997). No Apêndice A – Caracterização do Espaço Português, caracterizamos cada uma destas parcelas.

Um olhar global a qualquer mapa, permite um rápido enquadramento geográfico de Portugal no globo. Um espaço rectangular que em conjunto com os seus territórios insulares, forma um triângulo, que muitos analistas chamam de “triângulo estratégico português”, constituindo a parte



mais ocidental da Europa. Da pertença à União Europeia tornou-se corrente a qualificação de Portugal como periférico, tendo sido acentuada, pelo menos na área económica a sua condição de país exógeno. Isto é, significa que está condicionado no exercício do poder político, por variáveis (que não controla) limitadoras da sua capacidade de decisão. No que respeita à área de segurança, segundo o Professor Adriano Moreira (Moreira, 1999) a qualificação mais correcta, tendo em conta o poder funcional¹ derivado da posição geográfica, será a de país de fronteira e de articulação, tornando-o central entre a América do Norte e a Europa, e “mão europeia” em direcção à África Ocidental e à América Central e do Sul.

Também a evolução da OTAN, que tendo alargado a sua área de responsabilidade ao Mediterrâneo, e tentando assentar sobre uma estrutura relacionadora de dois pilares (Americano e Europeu) coloca Portugal na condição de país de fronteira e articulação. O possível desenvolvimento de um sistema de segurança do Atlântico Sul, dado o aparecimento de uma série de novos Estados nas costas Americana e Africana, trazem mais uma vez Portugal para a fronteira e articulação entre o Atlântico Norte e Sul.

A recente guerra do Iraque, e as posições assumidas por países ditos continentais (Alemanha, França, Rússia), e por países da frente marítima europeia (Reino Unido, Portugal, Espanha, entre outros), trouxeram-nos à memória algumas teorias globais do poder mundial. Spykman², na sua teoria dualista, assinalava a existência de cinco grandes ilhas: a América do Norte, a Eurásia, a América do Sul, África e a Austrália (Apd B – A Teoria de Spykman - Foto). Considerava que era na Eurásia que se disputaria o poder mundial, entre a potência continental e a potência marítima. A Eurásia era composta pelo Hertland, sendo circundada pelas terras marginais a que chamou Rimland, que para ele era a zona pivot do Mundo. Para Spykman, “quem controla o Rimland governa a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo” (Correia, 2002, 182).

Esta teoria de Spykman, teve grande influência no pós II guerra Mundial, nomeadamente aquando dos acordos de segurança colectiva que deram lugar à OTAN, SEATO, METO e que constituíram um verdadeiro cerco à então União Soviética.

Tendo em atenção esta teoria e olhando à posição geográfica, Portugal encontra-se localizado no Rimland, zona de disputa e de conflito de interesses.

¹ Poder funcional – o poder que advém aos países possuidores de posições geográficas importantes ou de matérias primas essenciais (Moreira, 1999).

² Nicholas John Spykman, professor Norte Americano.



I.2. Valor geoestratégico de Portugal

Para se perceber claramente o valor geoestratégico da localização geográfica Portuguesa é fundamental percebermos dois acontecimentos históricos: a posição portuguesa durante a II Guerra Mundial (II GM) e a entrada de Portugal para a OTAN. O poder funcional Português teve a sua primeira grande manifestação durante a II GM, quando foi necessário e possível construir o conceito de “neutralidade colaborante³”, que se traduziu em os Açores ficarem incluídos no sistema ofensivo dos Aliados, enquanto o resto do país permanecia neutral (Moreira, 1999). Ambos os contendores consideravam Portugal e em especial os Açores como um ponto nevrálgico do maior interesse, ao ponto de Hitler ter planeado lançar forças pára-quedistas sobre as ilhas Atlânticas, em meados de 1940, constituindo este facto como que uma previsível antecipação face à entrada dos EUA na guerra (Martins, 1991).

No final da II GM, os EUA realizaram um estudo sobre as necessidades de uma rede de bases geral que lhe permitisse cumprir as novas funções globais do pós-guerra. Esse estudo aponta para uma longa lista de mais de 80 bases em todos os oceanos, mas dessas, somente meia dúzia são consideradas vitais. Entre estas, os Açores são considerados como o ponto mais importante para projectar poder em direcção à Europa e ao Norte de África. Foi mais uma vez o poder funcional que fez com que Portugal fosse membro fundador da OTAN, sem que para isso tenha manifestado qualquer empenho nem feito qualquer diligência. Convidar Portugal para este grupo restrito, era pôr em causa o argumento de que a OTAN se constituía como uma instituição que reunia as democracias ocidentais. E Portugal foi o único membro fundador que não constituía uma democracia pluralista (Telo, 1999).

Até ao final da Guerra Fria, Portugal representou para a OTAN uma dupla função estratégica:

- a utilização da plataforma continental tendo em vista o reforço do centro da Europa.
- o controlo de rotas atlânticas e mediterrânicas vitais à potência marítima e ao conceito estratégico de defesa da Aliança.

Interessa ponderar as implicações que, para a nossa posição geoestratégica, resultam do fim da Guerra Fria e da ideologia de conquista que lhe estava subjacente. O quadro de uma menor ameaça configurava uma maior segurança no Atlântico e Mediterrâneo, atenuando as necessidades de função logística e de reforço da Europa a partir do continente Americano. Este facto significou aparentemente uma desvalorização do poder funcional.

³ Segundo o direito internacional, neutralidade implica a não participação em situações de guerra, conduzindo à adopção de um estatuto jurídico baseado nos princípios de: abstenção de apoio a qualquer beligerante, impedimento de qualquer acção militar ou afim pelos beligerantes contra o estado neutro, imparcialidade em relação aos Estados beligerantes. Neutralidade colaborante, caracteriza-se pela possibilidade de intervir no conflito quando julgar oportuno, em nome da defesa dos seus interesses nacionais (Nunes, 1993).



Contudo, os recentes acontecimentos, nomeadamente o 11 de Setembro e o alastrar do terrorismo internacional, bem como o desenvolvimento de “novas ameaças” tais como a proliferação de armas de destruição maciça, a imigração clandestina, o tráfico de pessoas e de droga relançam novamente esta questão. Sendo assim, não é de estranhar que a OTAN, no âmbito da sua nova estrutura, e no quadro de uma redução dos seus QG’s, tenha escolhido Portugal para localizar um dos seus Comandos Operacionais. O antigo Comando Regional da Aliança (CINCSOUTHLANT), localizado em Oeiras, sobe de nível, e será um dos únicos três Comandos Operacionais directamente dependentes do Comando Aliado de Operações (ACO) (Apd C – A Estrutura da OTAN). Para este facto, decerto foi determinante a localização geográfica de Portugal, que lhe permite o controlo das rotas Atlânticas e Mediterrânicas, bem como a sua proximidade do Magrebe e da costa Ocidental Africana.

A este respeito, e aquando da sua visita a Portugal em Maio de 2003, o General James Jones, Comandante Supremo Aliado da Europa (SACEUR), e futuro Comandante do Comando Aliado de Operações, (OTAN, 2003) referiu que “no futuro, tropas da OTAN terão que passar seis meses, não no Mediterrâneo, mas sim na costa ocidental Africana” (Meireles, 2003).

I.3. Potencialidades e vulnerabilidades

As pequenas potências são estados fracos nos campos físico, económico, tecnológico e político, cujo principal objectivo será o de optimizarem o seu potencial por forma a obterem um grau significativo de interdependência internacional (Martins, 1991). Para uma pequena potência como Portugal, interessa pôr em evidência as suas potencialidades, começando por fazer realçar o valor da sua posição, que independentemente da evolução económica, e dos meios tecnológicos e militares, tem perdurado ao longo dos tempos e que constitui um dos seus mais importantes factores valorativos. Dentro da lógica dos poderes ao dispôr das pequenas potências como Portugal, a maior aspiração é conjugar o poder funcional com o poder do número⁴, nos organismos internacionais em que se insere (Martins, 1991).

A descontinuidade terrestre do território nacional é um factor importantíssimo que não pode ser ignorado nem menosprezado no planeamento estratégico do País. Esta descontinuidade apresenta tanto potencialidades como vulnerabilidades importantes. Temos como principais vulnerabilidades a sua localização periférica no continente europeu, de que decorrem dificuldades de comunicação com a área central deste espaço geográfico, agravadas pela dupla dependência em termos de rotas terrestres, primeiro em relação Espanha que se constitui como única alternativa e depois em relação a França pelo mesmo motivo.

⁴ Poder do número – é o que se concretiza pela associação das pequenas potências em organizações internacionais (Martins, 1991).



Como potencialidades, temos a dimensão da nossa Zona Económica Exclusiva e a localização privilegiada do nosso território como ponto de cruzamento de importantes rotas internacionais transcontinentais marítimas e aéreas. Como factor multiplicador desta potencialidade, surge o facto da costa portuguesa dispôr de um número considerável de bons portos, o que não é muito vulgar em termos europeus. A localização periférica do território relativamente ao continente europeu, que foi referida como vulnerabilidade passa a ser considerada uma potencialidade, se considerarmos a importância geoestratégica do conjunto territorial Português para a OTAN, e para a projecção de poder militar dos EUA, visando intervir em áreas do seu interesse estratégico (nomeadamente para fins de realização de operações de pacificação e humanitárias da ONU), de cuja correcta exploração pode decorrer prestígio e influência para Portugal (Carvalho, 1995).

“Mas esse poder funcional que se traduz na posse de um elemento indispensável à regularidade do funcionamento do sistema atlântico, tem fragilidades inerentes, as que se traduzem em que o sistema imporá a intervenção, eventualmente militar, no caso de a soberania de serviço⁵ não corresponder às exigências” (Moreira 1999, 22).

Economicamente, para Portugal, a UE é simultaneamente um factor de modernização acelerada e um factor de amplificação de recursos. Mas também será, na hipótese de uma evolução negativa, um factor de periferização e de perda de autonomia, com a incorporação do seu mercado e das suas empresas em redes cujo centro estratégico será exterior a Portugal. É neste ponto que tem especial importância a irrelevância do mercado português em relação ao mercado integrado europeu (Apd D: O Peso dos “Vinte Sete”). Num pequeno mercado não será provável que se possa desenvolver uma entidade empresarial de dimensão continental. É este facto que conduz as empresas portuguesas, que querem ter um papel na globalização, a integrarem-se em redes à escala europeia ou ibérica (Saer, 2001). Este facto é sem duvida a maior vulnerabilidade económica Portuguesa. Como potencialidade temos o facto de Portugal manter um relacionamento histórico e privilegiado com países de outros continentes, nomeadamente os países integrantes da CPLP, os EUA e Macau, que pode servir de porta de entrada para um país com a dimensão da China. De notar que a China, reconhecendo a ligação histórica ainda existente com Portugal e restantes países da CPLP, como que delegou no governo de Macau a responsabilidade pela condução deste processo. “A delegação traduz-se em que Macau desempenhará a função de plataforma negocial na área das relações económicas que a China pretende fortalecer”(Moreira, 2003).

⁵ A legitimidade reconhecida aos estados nacionais deriva do exercício em favor dos sistemas e da comunidade transnacional em que se integram (Moreira, 1998).



CAPÍTULO II - PERSPECTIVA HISTÓRICA

II.1. O Atlantismo histórico de Portugal face à Europa

As interpretações históricas relativas à formação de Portugal orientam-se segundo duas linhas diferenciadas. A primeira assenta na ideia que Portugal não era mais que o prolongamento histórico da Lusitânia, sendo os Portugueses descendentes directos de Viriato que resistiu heroicamente aos invasores Romanos. Contra esta tese, Alexandre Herculano adoptou a opinião de que não existiam relações entre Lusitanos e Portugueses e sustentou ser Portugal uma nação formada pelos meios da revolução e da conquista. Trabalhos posteriores vieram moderar as atitudes extremas e consolidar o que parece ser hoje pacificamente aceite: na formação de Portugal concorreram por um lado a geografia e a tradição de um território bem particularizado em épocas anteriores, e por outro lado os “acazos” e não um simples acaso da reconquista (Ramalho et al, 1991).

Jaime Cortesão, na sua História dos Descobrimentos Portugueses viu a estratégia de viabilização de Portugal nos seguintes termos: “ a história portuguesa pode resumir-se numa série de esforços para o aproveitamento das possibilidades do território: o primeiro, de arranjo interior sobre o anfiteatro longitudinal virado para o mar; o segundo, para utilizar as vantagens da sua posição no sudoeste da Europa, à esquina de dois mares; o terceiro, para explorar todas as potencialidades da sua posição em relação à parte restante do planeta, conhecido e por conhecer. Na realização destes esforços, Portugal forjou a sua individualidade e com ela influiu na História da Humanidade”(Carvalho, 1992, 87).

Na mesma linha de raciocínio, Severiano Teixeira (Teixeira, 2003), refere que Portugal conheceu três modelos de inserção internacional. O modelo medieval, que se desenvolve até ao sec XV, onde as relações externas se processam no interior da Península Ibérica, entre os cinco reinos peninsulares com a mesma dimensão e riqueza. A partir desta altura, com a unificação de Espanha, o equilíbrio que perdurou no modelo medieval, transforma-se em desequilíbrio peninsular. Portugal fica ameaçado, tendo que adoptar as opções estratégicas que definiram o segundo modelo: o atlantismo. Este modelo é caracterizado por uma percepção contraditória e exclusiva entre Europa e Atlântico, porque a Europa é percebida como ameaça Espanhola. Como consequência, Portugal vira as costas à Europa e afirma o seu destino marítimo, afinal, a única fronteira livre. A vocação atlântica, é “concretizada em quatro orientações simples e permanentes. Primeiro a aliança com a potência marítima, historicamente, a Inglaterra, depois os Estados Unidos e a OTAN. Segundo, os sucessivos ciclos do império colonial, a Índia, o Brasil, e África. Terceiro, a procura de alianças extrapeninsulares opostas a Espanha. Quarto, o



exercício de uma diplomacia, exclusivamente bilateral, assente no triângulo Lisboa-Madrid-Londres, ou Washington”(Teixeira,2003).

Este modelo tem a sua primeira expressão em 1372, na aliança realizada entre Portugal e Inglaterra, em plena guerra dos Cem Anos, e permanece até ao final do Estado Novo. No Apêndice E – Os Principais Factos Que Sustentam o Atlantismo – descrevemos sucintamente, os principais acontecimentos históricos que mais fizeram evidenciar o modelo Atlântico.

Hoje vivemos no terceiro modelo, o Euroatlantismo, onde as prioridades estratégicas se alteraram, apesar das áreas de interesse para Portugal se manterem. Desenvolveremos este assunto em capítulos posteriores.

II.2. A Construção Europeia

Por muito atrás que se remonte nos projectos de construção europeia, o debate entre cooperação e integração sempre agitou os seus autores. Já em 1306, Dante, em a Divina Comédia, considera que o único meio de construir a Europa é haver um imperador que domine os outros soberanos. Ao afirmá-lo traduz o sonho da Idade Média, a reconstituição da unidade momentaneamente realizada por Carlos Magno. Napoleão “soberano da Europa”, realizou os sonhos de integração de vários projectos utópicos dos Sec. XVII e XVIII. Mas fê-lo através da conquista e contra a vontade dos povos europeus. Seja como for, a derrocada do Império assinala o fim das tentativas de integração durante muito tempo. O Séc. XIX, século dos nacionalismos, em nada favorece a ideia de união da Europa (Hen, 2002). O Séc. XX ficará marcado pelo “Terceiro Reich”, na ideia de conquista de um espaço vital, dando início a uma forma de imperialismo ilimitado, à custa da independência de outros Estados. Mais uma vez, a tentativa de integração europeia, será através da conquista e contra a vontade dos povos. “Todavia, desde a partilha do império de Carlos Magno, até às Guerras Mundiais, a Europa foi muito mais marcada pela divisão do que pelas tendências de unificação” (Boniface, 2000, 110) .

II.2.1. Europeísmo Continental vs Europeísmo Atlantista na Construção Europeia

“O processo da Europa em formação começa com um ponto final no Euromundo” (Moreira, 1976, 9). Até essa altura, a sede do poder político mundial estava na Europa. A história começava e acabava sempre numa das suas capitais. O Euromundo termina com a II Guerra Mundial. Nesta, alguns vencedores esgotaram-se, casos da Inglaterra e França e no lugar dos vencidos encontrava-se o vazio. Deste modo, ficaram os EUA e os Soviéticos um em face do outro. A disputa ideológica entre os vencedores, estando de um lado as democracias ocidentais e do outro as democracias populares, desencadeou uma outra forma de guerra antes que a primeira estivesse juridicamente terminada. A guerra fria, durou 40 anos, tendo terminado em 1989 com a queda do muro de Berlim.



“Mas a consequência política mais importante para a Europa foi certamente a descolonização” (Moreira, 1976, 115). Pressionados por Americanos e Soviéticos, os poderes europeus abandonam projectos seculares, o que os leva a iniciarem uma nova rivalidade interior, fazendo relembrar todos os ressentimentos do passado. As rivalidades entre a França, Inglaterra e Alemanha, vão estar sempre presentes na definição da nova estrutura europeia, e o ressentimento contra os EUA inspirará muitas das atitudes (Moreira, 1976).

A guerra fria traçava um fosso ideológico entre os antigos Aliados. Com o vazio criado na Europa Central, o único poder existente era o Exército Soviético, que foi libertando do nazismo vários estados, transformando-os em Repúblicas Populares, decalcadas do modelo Soviético. Os EUA e a Inglaterra começam a recriar uma Europa unida dos Urais ao Atlântico. A “Europa que restava”, era economicamente débil, sem força militar, moralmente triturada, e com os ressentimentos vivos. Elevam-se então vozes que clamam por uma forma de organização regional, que desse personalidade e voz a este espaço. Dos vários modelos propostos por entidades exteriores para a organização do espaço europeu, ressaltam-se dois, bem ao jeito dos dois estados directores das facções que se opunham (EUA e Rússia):

- A Europa Evolucionista, que ficaria na situação ambígua de não reforçar as suas estruturas, dependente dos apoios e alianças exteriores, subordinada à estratégia americana e à ameaça russa. Seria uma Europa diplomaticamente fraca, transformada em zona de confluência de poderes exteriores. A mais conveniente para os interesses Americanos seria “insuficientemente unida para alcançar autonomia nuclear, mas ainda bastante unida para progredir no sentido de satisfazer o desejo europeu de ter uma identidade política e independência, embora restringindo consideravelmente a liberdade de acção da Alemanha e da França” (Moreira, 1976, 128). Este modelo poderia evoluir para uma Europa Atlântica, transformando-se a dependência passiva, numa aceitação pela liderança Americana, renunciando a ser um centro autónomo de decisões estratégicas. O vazio seria preenchido pelos EUA, e o neutralismo deixaria de ser uma opção possível. Não haveria um destino comum, mas sim um destino europeu subordinado e solidário ao destino Americano.

- A Europa Fragmentada, com a renúncia aos EUA e a não aceitação da satelitização soviética. Não existiria união, mas sim um retorno aos estados independentes e soberanos, onde as rivalidades e competições seriam solucionadas pelos processos clássicos de equilíbrio. Esta Europa poderia evoluir para um modelo de Europa Finlandizada, inteiramente dependente da influência da URSS, que seria o árbitro de todas as rivalidades e seria ouvida em todas as questões.



Estas concepções de Europa nascidas no exterior, não são necessariamente contraditórias com os interesses e projectos nascidos no seu interior. Vários nomes e movimentos doutrinaram um Europeísmo politicamente activo, como a corrente do Europeísmo da Resistência que defendia a criação de uma organização federal com a finalidade de se obter a segurança, a justiça social, a utilização dos recursos económicos a favor da colectividade e a realização plena da vida nacional.

A ameaça soviética, as rivalidades tradicionais, o peso da história e o golpe de Praga, com a subida ao poder do Partido Comunista, foram a morte da utopia da corrente do Europeísmo da Resistência. Os factos levam os países europeus a procurar realisticamente uma via exequível de salvação do que resta da Europa. Dá-se início ao Europeísmo Pragmático (Moreira, 1976).

II.2.2. A Europa Militar

II.2.2.1 - A definição do Europeísmo Continental

O final da guerra não fez desaparecer o medo do rearmamento Alemão. Por isso o perigo alemão aparece como primeiro catalisador do Europeísmo, com expressão no tratado de Dunquerque, de 04 de Maio de 1947. Este tratado de assistência mútua, assinado entre a Inglaterra e França, tinha a finalidade de enfrentar o ressurgimento Alemão. No entanto, passado um ano, e face ao avanço soviético, o perigo passou a ser a Rússia. A comunidade militar alarga-se com a assinatura do Tratado de Bruxelas em 17 de Março de 1948, entre os signatários do Tratado de Dunquerque, a Bélgica, Holanda e o Luxemburgo. No texto do tratado eram expressas preocupações com o desenvolvimento económico integrado, mas a defesa era a preocupação dominante (Magalhães, 2003). “É ainda o receio que move a Europa, mas o catalisador é outro” (Moreira, 1976, 147).

Esta alteração da ameaça, faz com que se sinta a necessidade de integrar a Alemanha no espaço militar Europeu, e é determinante para a definição europeia de um espaço económico. O problema era permitir uma recuperação económica da Alemanha, sem no entanto lhe permitir a reconstituição do poder militar. A recuperação económica é viabilizada através da constituição do primeiro espaço económico europeu, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, como iremos detalhar adiante. Com a intenção de dispensarem o apoio da ligação atlântica, que se desenvolvia em sobreposição (a OTAN), as tendências europeístas de índole continental, manifestaram-se através do projecto francês de criação da Comunidade Europeia de Defesa, em Maio de 1952, projecto que viria a falhar em 1954, uma vez que a França não assinou o que propôs. Como a questão central persistia, quanto à forma de garantir a segurança Europeia, surge então a ideia de aproveitar o Tratado de Bruxelas como elemento de integração da Alemanha no espaço militar Europeu. Nasce assim em 23 de Outubro de 1954 a União da Europa Ocidental



(UEO) constituída pelos cinco países do Tratado de Bruxelas, a República Federal Alemã e a Itália (Magalhães, 2003).

II.2.2.2. A definição do Europeísmo Atlantista

Pondo constitucionalmente fim à sua política de isolamento, os Estados Unidos em conjunto com o Canadá, a 13 de Junho de 1948, entram em conversações com os cinco países do Tratado de Bruxelas, no sentido de estudarem medidas colectivas de ajuda mútua e de legítima defesa. Comunicado o resultado dessas conversações e feito o convite a vários países, foi assinado em 04 de Abril de 1949, pela Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal e Inglaterra, o Tratado de Washington que instituiu a Organização do Tratado do Atlântico Norte, que entra em vigor em 24 Agosto de 1949. Posteriormente viriam a integrar a OTAN, a Grécia e a Turquia, e em 1954 a República Federal Alemã. Sob inspiração Americana, o objectivo essencial, o seu princípio ideológico guia, é o de uma protecção colectiva da sua forma de sociedade civil, cuja maior ameaça era o expansionismo soviético. A solidariedade atlântica passou a ser o dado estratégico essencial para a estabilidade e segurança da Europa (Moreira, 1976).

II.2.3. A Europa Económica

Também no domínio económico, os Estados Unidos foram o suporte destinado a evitar o expansionismo soviético e o catalisador de uma plataforma de acção para uma unidade qualquer. O Plano Marshall, anunciado em 1947, fornecia um apoio económico de 13 mil milhões de dólares, mas implicava que os estados Europeus se organizassem (Hen, 2002). Ao procurar o incremento das relações económicas através da cooperação, os EUA tentam travar as tradicionais rivalidades, consequência dos nacionalismos exacerbados que tinham sido a origem das guerras. “Depois de três guerras franco-alemãs, o objectivo era estabelecer uma paz mercatória”(Moreira, 1976, 204).

II.2.3.1. A linha do Europeísmo Atlantista

A organização montada para corresponder à proposta Americana foi a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), convenção assinada por 16 países⁶ em 16 de Abril de 1948, tendo aderido a esta organização a República Federal da Alemanha em 1949. Os objectivos fundamentais eram executar a recuperação económica com a ajuda Americana e mais tarde assumir e supervisionar a liberalização do comércio.

⁶ Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, os Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça, Turquia.



Com a adesão da Espanha em 1959, e dos EUA e Canadá mais tarde, esta organização evolui e ganha sentido atlântico, sendo criada a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE), em 14 de Dezembro de 1960, destinada a enfrentar os problemas económicos atlânticos e a coordenar os interesses dos EUA com a Europa. Contudo, as organizações criadas pelas tendências europeístas de índole continental (CECA, CEE e EFTA nomeadamente), seguiam por caminhos autónomos (Magalhães, 2003). “Os benéficos resultados do Plano Marshall não foram recompensados por um entendimento sólido entre os países europeus e os EUA” (Moreira, 1976, 206).

II.2.3.2. A linha do Europeísmo Continental

Em sobreposição a estes desenvolvimentos, a definição dos espaços económicos europeus são a expressão do pluralismo europeu, assente nas tradicionais rivalidades, contrariando a doutrina atlântica originária. Face à necessidade de permitir a recuperação económica da Alemanha, sem no entanto lhe permitir a recuperação do poder militar, é criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 18 de Abril de 1951, sendo signatários a França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Itália. Esta comunidade, tem na sua origem a declaração Schuman⁷, feita em nome do governo Francês, com a finalidade pôr em comum um certo número de indústrias de base, nomeadamente as respeitantes à produção do carvão e aço. Deste modo se retirava à Alemanha a gestão do arsenal de guerra que a França temia, salvaguardando os melindres nacionalistas na medida do possível (Magalhães, 2003). O novo pensamento Europeísta procura contornar o conflito entre federalismo e intergovernamentalismo, através de uma Alta Autoridade (órgão precursor da actual Comissão Europeia), com os países representados num Conselho de Ministros, e com a criação de uma Assembleia Ordinária (vem a tornar-se no Parlamento Europeu). Estava criada a primeira Comunidade Europeia. Mais duas instituições foram criadas em 25 de Março de 1957 pelo Tratado de Roma: a Comunidade da Energia Atómica, e a Comunidade Económica Europeia. O tratado da CEE estabelece objectivos mais ambiciosos, criando mecanismos de tomada de decisão que permitem dar expressão tanto aos interesses nacionais como a uma visão comunitária. A CEE, constitui doravante o eixo principal em torno do qual se vai organizar a construção europeia (Fontaine, 1998). As três comunidades unificam os seus órgãos no Tratado de 08 de Abril de 1965, dando origem à “Europa dos Seis”.

O problema do alargamento surge com a questão da entrada da Inglaterra. Embora convidada para integrar a CECA e a CEE, não quer perder a sua autonomia aduaneira e declina os convites. Contudo, interessada em criar um mercado comum, sem adoptar uma tarifa aduaneira comum

⁷ Discurso de Robert Schumann, em 09 de Maio de 1950, que constituiu a ideia base para a criação da CECA.



para o exterior, propõe a criação da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), convenção assinada em 20 Novembro de 1959 entre a Inglaterra, Portugal, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça (Magalhães, 2003). Porém, perante o êxito da CEE, a Inglaterra solicita a sua adesão em 1961, sem dúvida incentivada pelos EUA. A França, com o argumento de que a entrada da Inglaterra alteraria a estrutura do Mercado Comum, e significaria a presença Americana por interposta pessoa, veta a adesão, sucessivamente em 1963 e em 1967, deixando de participar nos trabalhos da instituição. É o célebre episódio da Cadeira Vazia, que arrasta as instituições Europeias para uma grave crise. “Ao procurar unir-se, a Europa mostra-se uma vez mais, plural” (Moreira, 1976, 219). Só em 22 de Janeiro de 1972 a Inglaterra assina a sua adesão juntamente com a Dinamarca e Irlanda.

Em 1973 a crise económica deflagra e coloca mais uma vez tudo em causa. Para lhe fazer face os Estados começam a procurar soluções dentro das suas identidades nacionais afim de transferir o peso da crise para os seus parceiros. Ao mesmo tempo os EUA, movem uma guerra económica e comercial à CEE. A construção Europeia já não progride, o mercado comum está longe de se concretizar, as instituições europeias estão bloqueadas e incapazes de tomar decisões (Hen, 2002). É a uma Europa com problemas, que, em 1977 Portugal, também a atravessar uma grave crise económica e política, pede a adesão.

CAPÍTULO III – A UNIÃO EUROPEIA

Em 28 de Março de 1977, o governo Português apresentou formalmente o seu pedido de adesão às três Comunidades Europeias. Este pedido de adesão, tornado possível pelo acontecimentos de 25 de Abril de 1974, resultam no entanto, de uma longa trajectória de aproximação à Europa, quando esta ainda dava os primeiros passos para a recuperação económica e de criação de estruturas de defesa comum (Campos, 1983). Portugal baseou-se em alguns pressupostos para a adesão, entre os quais se destacam: o pedido de adesão e entrada da Espanha na CEE, e a aproximação dos PALOP à convenção de Lomé⁸ (Fontaine, 1998).

III.1. O trajecto de adesão de Portugal à CEE

Como já vimos, Portugal não figura entre os países fundadores da CECA. O atraso económico, a sua política Atlantista e a recusa do velho aliado europeu em ser um dos países fundadores desta organização, faz com que Portugal aguarde pelas iniciativas que irão ser tomadas pela Inglaterra,

⁸ Convenção assinada entre a Comunidade Europeia e as antigas colónias Africanas, garantindo a estas últimas certas vantagens comerciais e ajudas financeiras. Actualmente esta convenção, agora com o nome de Acordo de Cotonou, estende-se a 77 países da África, Caraíbas e Pacífico (Fontaine, 1998).



uma vez que esta se via confrontada com os mesmos problemas que Portugal, relativamente à Commonwealth e África, respectivamente.

Durante dois anos, a Inglaterra tenta no âmbito da OECE, criar uma zona de comércio livre alargada, entre os países desta organização. O insucesso leva-a a empreender a constituição da EFTA, organização a que Portugal adere. Em virtude da EFTA corresponder ao desejado, uma vez que o deixava livre em relação aos territórios ultramarinos, e gozava de um estatuto privilegiado, Portugal observa com algum alívio os sucessivos insucessos da Inglaterra nas tentativas de adesão à CEE. Contudo, sempre que a Inglaterra formulava um pedido de adesão a esta organização, Portugal “aproximava-se” também. Em 1961, a Inglaterra faz o seu primeiro pedido. Portugal, dirige às autoridades comunitárias um “pedido de negociações, visando estabelecer a forma considerada mais adequada de colaboração entre as duas partes” (Campos, 1983, 112). Com o veto à adesão da Inglaterra, as negociações são suspensas. Ao segundo pedido de adesão, Portugal tenta retomar as negociações, nos mesmos moldes das anteriores. Perante novo veto em 1967, a diligência diplomática Portuguesa não tem qualquer seguimento (Campos, 1983).

Em 1969, perante a evolução positiva das relações entre as duas instituições (EFTA e CEE), e prevendo o alargamento do Mercado Comum com membros da EFTA, Portugal manifesta-se junto da CEE no sentido de “participar desde o início, em quaisquer negociações visando um acordo no domínio comercial e de cooperação tecnológica e científica” (Campos, 1983, 113). Deste modo tenta evitar manter-se à margem das negociações entre os seus parceiros da EFTA e a CEE.

Em 1972, Inglaterra, Dinamarca e Irlanda assinam o tratado de adesão à CEE, e este processo de alargamento permite a Portugal encetar negociações, vindo a assinar um acordo em 23 de Julho de 1972. Este acordo, no essencial, consistia no estabelecimento progressivo de uma zona de comércio livre limitada aos produtos industriais. Nele, foi englobada uma cláusula evolutiva, “prevendo e possibilitando o desenvolvimento ulterior do acordo, em casos não previstos inicialmente” (Campos, 1983, 115). Foi a esta cláusula que Portugal recorreu, quando, em face das graves dificuldades financeiras que atravessava, foi possível receber da CEE, em 1976, preciosa ajuda financeira, “desempenhando assim um papel de rede de protecção da democracia em perigo” (Campos, 1983, 115).

O pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias, insere-se assim numa longa trajectória de aproximação. Durante o processo de adesão, a Comissão das Comunidades deu um parecer extremamente favorável à adesão de Portugal. Subestimando as dificuldades económicas por que Portugal passava, uma vez que a dimensão da economia Portuguesa pouco impacto teria



na economia comunitária, privilegiou o aspecto político da adesão, reconhecendo que “graças à abertura da política Portuguesa ao exterior e aos laços tradicionais do país com a América Latina, a África e o Extremo Oriente, a posição da Comunidade no mundo ficaria reforçada (Campos, 1983, 117).

Portugal assina em 12 de Dezembro de 1985, o tratado de adesão. Esta “adesão à Europa, não foi uma escolha entre várias oportunidades, foi a escolha única que se apresentou depois do ponto final no ciclo do império...” (Moreira, 1999, 25). Portugal inicia assim, o terceiro modelo de inserção internacional: o modelo euro-atlântico. “Ao velho triângulo bilateral Lisboa-Madrid-Londres, substitui-se um outro multilateral: UE-OTAN-CPLP” (Teixeira, 2003).

III.2. A evolução recente da União Europeia

Conforme referido, a CEE na década de setenta atravessa um período de apatia que irá perdurar até meados da década de oitenta. Perante a verificação do malogro da construção europeia, os 12 membros da União Europeia (a Grécia tinha aderido em 1981, e a Espanha no mesmo dia que Portugal), assinam o Acto Único Europeu, em 28 de Fevereiro de 1986. Este constitui um passo importante na construção europeia, uma vez que cria o mercado único europeu, transformando a Europa dos Doze num vasto espaço de liberdade de circulação de pessoas, mercadorias, serviços, e capitais. Ao objectivo do grande mercado interno, o Acto Único associa outro de importância tão fundamental como o primeiro: o da coesão económica e social. A Europa cria assim políticas estruturais em benefício das regiões com atrasos de desenvolvimento ou que tenham sido atingidas por mutações tecnológicas e industriais (Silva, 1993). Ao nível da reforma das Instituições, a modificação mais importante ocorreu no processo de tomada de decisão. A votação por unanimidade, dava lugar, normalmente, à votação por maioria qualificada, onde os votos de cada Estado são sujeitos a um coeficiente de ponderação. Esta alteração revelou-se essencial para a realização do mercado único, uma vez que permitia ultrapassar a necessidade do consenso entre todos os Estados-Membros.

O Acto Único Europeu formaliza a Cooperação Política Europeia (CPE), nascida com o Relatório de Luxemburgo (1970). Este texto fundador da CPE, propõe o desenvolvimento da cooperação no domínio da política externa. Era uma tentativa de pôr em marcha um mecanismo de concertação das políticas externas dos Estados Membros, com vista a conseguir alguma coerência de posições dos países comunitários e a reforçar a presença europeia na cena internacional. Tratava-se basicamente de um sistema de consultas e de cooperação diplomática multilateral, em relação aos grandes problemas internacionais (Teixeira, 1998).

Com o Acto Único Europeu, inicia-se um processo de evolução no sentido dos objectivos que os estados membros fundadores pretendiam alcançar (com maior ou menor convicção) com os



tratados comunitários: Um objectivo real e imediato, que consistia na criação de uma Comunidade Económica, e um objectivo virtual ou potencial que consistia na criação de uma Comunidade Política, resultado previsível da integração dos diversos mercados nacionais. Esta Comunidade Política de natureza não definida à partida, tenderia para uma federação ou confederação (Campos, 1983).

III.2.1. O tratado de Maastricht

Com a entrada em vigor, em 1 de Novembro de 1993, do Tratado da União Europeia (TUE), assinado em 7 de Fevereiro de 1992 em Maastricht, a construção europeia ganha uma nova dimensão. A Comunidade Económica Europeia, transforma-se numa União Europeia, ganhando dimensão política, e é doravante baseada em três pilares. O pilar comunitário (Apd F – O Pilar Comunitário), regido pelos procedimentos institucionais clássicos, faz intervir a Comissão, o Parlamento, o Conselho e o Tribunal de Justiça; gere essencialmente o mercado interno e as políticas comuns. Os outros dois pilares envolvem os Estados-membros em domínios caracterizados até então como sendo da competência exclusivamente nacional: a Política Externa e de Segurança Comum, (PESC), e a Justiça e Assuntos Internos (JAI), tais como a política de imigração e de asilo, a polícia e a justiça. Com o tratado de Maastricht, estão criadas as condições para se atingir o “objectivo real e imediato” dos tratados comunitários iniciais, e dá-se o primeiro passo para o objectivo “virtual ou potencial” dos mesmos tratados.

Deste tratado destaca-se o seguinte (Hen, 2002):

- O alargamento das competências comunitárias, podendo assim a UE, definir políticas para a indústria, redes transeuropeias de infra-estruturas, saúde, educação, cultura e cooperação para o desenvolvimento, respeitando o princípio das identidades nacionais;
- Definição de uma PESC, na qual se prevê, a prazo a definição de uma política de defesa comum, compatível com a OTAN, sendo a UEO⁹ utilizada para a elaboração e concretização das decisões da UE;
- O reforço da cooperação entre os Estados Membros nos domínios da JAI;
- A criação de uma União Económica e Monetária (UEM), correspondendo a esta uma política monetária única, gerida pelo Banco Central Europeu (BCE);

As negociações que antecederam este tratado, foram realizadas de maneira considerada célere, mas as tradicionais rivalidades e tendências definidoras de uma linha continental oposta a uma

⁹ Na década de 90 esta organização sofre uma grande transformação. Portugal e Espanha aderem à UEO em 1990, a Grécia em 1995. Como Membros Associados aderem em 1992: Islândia, Noruega e Turquia; em 1999, Rep. Checa, Hungria e Polónia. Como Membros Observadores, em 1992, Dinamarca, e Irlanda; em 1995 Áustria, Finlândia e Suécia. Como Parceiros Associados, em 1994, Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia em 1996.



linha atlantista, fizeram-se sentir, quando as disposições relacionadas com a PESC se negociavam.

Ao aproximarmo-nos do final dos anos oitenta, as mudanças a Leste foram as circunstâncias a marcar o ritmo da integração europeia. Com a implosão da URSS, os EUA afirmam-se como única superpotência. O final da guerra fria trouxe as ilusões de uma paz duradoura, e concretizaram-se as mais drásticas mudanças no sistema internacional, que vão desde a reunificação da Alemanha à democratização dos países de Leste. A viragem histórica da política soviética vai claramente obrigar os doze a acelerar o processo de integração política e económica, uma vez que era necessário dar resposta adequada à nova situação do sistema político internacional. “A necessidade de ancorar a Alemanha na CEE, passou então a surgir com grande frequência como elemento justificativo de toda esta aceleração” (Silva, 1993, 125).

A Guerra da Golfo e mais tarde a guerra civil Jugoslava, vão dar mais dois impulsos ao aprofundamento político, uma vez que fizeram emergir de forma dramática a debilidade da CEE, e vão influenciar decisivamente o debate sobre a PESC, nomeadamente em matéria de segurança. A segurança da Europa, que tinha estado na génese das Comunidades, surge novamente como questão central no debate sobre o futuro. “Uns pretendiam uma entidade europeia de defesa subordinada à União Europeia, outros defendiam a preservação do papel da OTAN, e consideravam fundamental a presença das tropas americanas na Europa, advogando o desenvolvimento do papel da UEO como entidade autónoma, mas fazendo a ponte entre a OTAN e a UE” (Silva, 1993, 129).

É em Novembro de 1991, quando a OTAN revê o seu conceito estratégico, que se vai conseguir encontrar o compromisso consignado no tratado de Maastricht. Este reflecte a procura de um equilíbrio entre as vertentes Europeísta continental e atlântica, na definição da nova arquitectura de defesa. A vertente continental procura quebrar os laços com os EUA e levar os europeus a encarregarem-se da sua própria segurança. A corrente atlantista considera que, apesar de ter desaparecido a ameaça soviética, subsistiam riscos, pelo que a manutenção do laço transatlântico continuava a ser essencial. “Reconhecendo-se a necessidade de reforçar a identidade europeia em matéria de segurança e a prazo também de defesa, estabelece-se a UEO como componente de defesa da UE, e garante-se a compatibilidade com a OTAN. A UEO é o pilar europeu dentro da OTAN, e o reforço da UEO significa o reforço da Aliança” (Silva, 1993, 129).

Em relação à política externa, ao serem definidas áreas de definição comum, não significa que cada estado membro perca o seu direito de iniciativa, ou que sejam postas em causa as tradicionais vocações neste domínio. As acções comunitárias serão cumulativas e não substitutas das políticas externas dos Estados. Ou seja, haverá, se for decidido por unanimidade, uma



política externa comum, não uma política externa única. O tratado de Maastricht, vem ao encontro das pretensões Portuguesas (Silva, 1993).

Aquando da assinatura deste tratado, agendou-se para Março de 1996 uma primeira revisão, que se concretizou numa Conferência Intergovernamental (CIG), cujos trabalhos terminaram na Cimeira de Amesterdão, tendo sido adoptado um novo texto que revia o Tratado da União Europeia. Assinado em Outubro de 1997, o tratado de Amesterdão entra em vigor em Maio de 1999. No ano seguinte reúne-se uma nova CIG com a finalidade de modificar as instituições europeias, preparando-as para o alargamento a Leste. A conferência terminou na Cimeira de Nice, tendo o tratado com o mesmo nome sido assinado em Fevereiro de 2002, entrando em vigor em 2005 (Costa, 2002).

Nenhum destes tratados traz modificações fundamentais ao tratado de Maastricht. Constituem o desenvolvimento lógico das opções ali tomadas, tendo neste sentido, implementado importantes mecanismos que permitiram concretizar a UEM, desenvolver a PESC, e adaptar a tomada de decisão da UE, de modo a esta estar apta a acolher novos membros (Suécia, Finlândia e Áustria em 1995), e a proceder ao maior alargamento de sempre em 2004.

III.2.1.1. A Política Externa e de Segurança Comum

Desde o Tratado de Roma, a Comunidade Europeia pode estabelecer relações internacionais com países terceiros. Possui personalidade jurídica internacional, ou seja, a possibilidade de assinar Tratados. Mas até ao Tratado de Maastricht, essa capacidade só se manifestava no plano económico. Inscrevia-se normalmente no quadro da política comercial comum, com vista a concluir acordos com países terceiros relacionados com direitos aduaneiros, acordos de associação, ou acordos de cooperação económica e de ajuda ao desenvolvimento. Porém, embora não possam ser separados dos objectivos da política internacional, todos estes acordos continuam a ser, acima de tudo, de natureza económica. O Tratado de Maastricht tenta acabar com esta situação, no âmbito da PESC. Apesar da política externa ser do domínio de cada estado membro, a UE deve chegar tanto quanto possível a estratégias comuns, posições comuns, acções comuns, decisões e declarações (Anexo A –Os Instrumentos Específicos da PESC). Estes são os instrumentos que a UE dispõe, e que lhe permitem agir a uma só voz, no âmbito da cena internacional, tomando posição sobre conflitos armados, sobre os Direitos do Homem, ou acerca de qualquer outro assunto ligado aos princípios fundamentais e aos valores comuns em que a UE assenta os seus alicerces e que se comprometeu defender. Conforme iremos detalhar, o processo de tomada de decisão instituído, cuja regra é a unanimidade, raras vezes permite à UE tomar uma posição acerca de qualquer assunto. Por isso é voz corrente afirmar que a UE é um “gigante económico e um anão político”. Seja como for, dificilmente se pode imaginar o estabelecimento



de uma Política Externa sem a instauração de uma Política de Defesa e um Instrumento Militar credíveis.

III.2.1.1.1 A Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)

O conceito de segurança é muito vasto, extravasando os aspectos estritamente militares, abrangendo não só a segurança dos estados, mas também a dos cidadãos. Partindo desta noção lata de segurança, a PESC e a PESD, que dela faz parte integrante, favorecem a promoção da segurança internacional, apoiada em soluções multilaterais, no respeito pelo direito internacional. A prevenção de conflitos constitui um dos elementos essenciais da abordagem da UE, em matéria de relações internacionais. A PESD permite que a União disponha de opções militares, que se vêm juntar aos instrumentos civis de prevenção e gestão de conflitos, assentando assim nas dimensões civil e militar.

O nº 1 do Artº 17 do Tratado de Maastricht, define o alcance da PESD, que abrange ” todas as questões relativas à segurança da União, incluindo a definição gradual de uma política de defesa comum (...) que poderá conduzir a uma defesa comum se o Conselho Europeu assim o decidir”.

Especifica o nº 2 do mesmo artigo, que as questões de segurança englobam as “missões de Petersberg”, nomeadamente, “missões humanitárias e de evacuação, missões de manutenção de paz, e missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo missões de restabelecimento da paz”.

O tratado de Amesterdão vem aprofundar as relações entre a UEO e a UE. Embora o Conselho Europeu tenha recusado a perspectiva de uma integração mais profunda da UEO na UE, contrariando as propostas de alguns Estados Membros, o texto do tratado dispõe contudo que “ a União deve incentivar o estabelecimento de relações institucionais mais estreitas com a UEO com vista à sua eventual integração na União, se o Conselho Europeu assim o decidir”. Todas as “missões de Petersberg”, enunciadas no âmbito das competências operacionais da UEO serão integradas na UE (Lopes, 2001).

Apesar dos avanços, as ambições europeias continuavam a ser muito vagas. Foi necessário convencer o Reino Unido (tradicionalmente em oposição a qualquer ligação entre as Instituições Europeias e a Defesa) de que era útil para a Europa avançar para uma política de Segurança e Defesa Comum no quadro da PESC. Terão contribuído para esta mudança os acontecimentos que se desenvolveram no plano internacional como os casos da Albânia e Kosovo. A comunidade internacional mostrava-se favorável a uma intervenção externa no caso da Albânia, onde os Estados Unidos já tinham deixado indicações claras de não querer intervir militarmente, podendo assim a Europa agir autonomamente. Apesar da UEO se mostrar pronta para intervir no quadro das disposições do Tratado da União, as reticências Alemãs e Britânicas acabaram por



levar a que fosse uma coligação de países voluntários¹⁰ a conduzir a operação, sob a égide da OSCE e da ONU.

No caso do Kosovo, perante o fracasso das negociações de paz, não restava à Europa outra solução, que não fosse aceitar o que os Estados Unidos impusessem: os objectivos, o calendário e a estratégia. Neste caso e uma vez mais, os Europeus ficaram dependentes dos Estados Unidos e do seu poder militar, relativamente à gestão de uma crise no seu próprio continente.

É neste contexto que a Inglaterra decide tomar posição a favor da melhoria das capacidades europeias de defesa, declarando que para isso seria fundamental recorrer aos mecanismos próprios da União Europeia. Com a concordância da França, não foi difícil convencer os restantes parceiros de que era urgente avançar no sentido de dotar a Europa de uma capacidade autónoma para intervir na prevenção e gestão de crises.

Em Dezembro de 1999 no Conselho Europeu de Helsínquia, os quinze chegam a acordo no sentido da criação de um novo quadro político-militar, compreendendo a organização de uma força militar com capacidade para lançar e conduzir operações lideradas pela UE, sempre que não exista uma participação da Aliança Atlântica. “O objectivo político desta declaração, é obviamente o de reforçar a PESC sem enfraquecer a Aliança Atlântica” (Lopes, 2001).

Em Helsínquia, o Conselho Europeu estabeleceu o “Hedline Goal” a ser alcançado em meados de 2003: com base numa cooperação voluntária dos Estados Membros, a União deverá poder rapidamente mobilizar e manter, forças capazes de levar a bom termo todas as “missões de Petersberg”. Significa possuir uma capacidade para mobilizar até quinze Brigadas (50 mil a 60 mil militares), num prazo de 60 dias, e de nesse quadro, fornecer um número menor de elementos de reacção rápida, dotados de elevado nível de disponibilidade. Tal mobilização de forças deverá poder ser mantida, durante pelo menos um ano, com as rotações julgadas necessárias. Estas forças deverão ser auto-suficientes e estar dotadas das necessárias capacidades de comando, controlo e informação, de logística e de outras unidades de apoio de combate, e ainda, em caso de necessidade, de elementos navais e aéreos.

A definição deste objectivo foi acompanhado por uma evolução a nível institucional, começando pela nomeação do Alto Representante para a PESC, pela criação de estruturas específicas para a tomada de decisões e para o seguimento das acções de gestão de crises (União Europeia, 2003a) :

- Comité Político e de Segurança, que sob a responsabilidade do Conselho, exerce o controlo político e a direcção estratégica das operações de gestão de crise;

¹⁰ Espanha, França, Grécia, Turquia, Itália, Roménia, Áustria, Dinamarca, Eslovénia, Bélgica



- Comité Militar da União Europeia, composto por todos os CEMGFA, representados pelos seus representantes militares, competindo-lhe entre outras funções, a direcção militar de todas as actividades militares no âmbito da UE;
- Estado-Maior da União Europeia, a quem, entre outras funções compete: o alerta precoce; a avaliação da situação e o planeamento estratégico; a execução das políticas e decisões do Comité Militar (estando-lhe vedado, pelo menos por enquanto, o planeamento operacional e a condução das operações) e a emanção dos conhecimentos militares da UE.

A OTAN não fica indiferente a estes desenvolvimentos. Em 1996, em Berlim, tinha dado possibilidades à UEO de pedir emprestados meios e capacidades da Aliança para operações europeias de gestão de crises. Em 1999, na Cimeira de Washington, a OTAN reconhece que era a UE, e não a UEO, que estava decidida a desenvolver capacidades para uma acção autónoma em cenários onde a Aliança não estivesse envolvida (Cruz, 2003). Em Dezembro de 2002, a UE e a OTAN, no desenvolvimento das negociações do “Pacote Berlim Plus”¹¹, no âmbito da Identidade Europeia de Segurança e Defesa assinaram um acordo de parceria estratégica, permitindo que a UE, utilize os recursos Aliados em matéria de Informações, Transporte, e Sistemas de Planeamento de Forças (Meireles, 2002) que figuravam como as principais carências entre as Forças Armadas dos Estados Membros da União. Com este acordo, “evitam-se duplicações dispendiosas e politicamente melindrosas, e evita-se o risco da capacidade Europeia e da capacidade Euro-Atlântica de Segurança e Defesa começarem a afastar-se uma da outra. A OTAN ficará mais livre para eventuais intervenções em áreas distantes, e os Europeus empenhar-se-ão em intervenções na própria Europa”(Cutileiro, 2002).

A vertente militar da PESD tem especificidades que explicam porque o seu desenvolvimento está aquém do desejado e que convém analisar, uma vez que poderão ser determinantes para o futuro. Em primeiro lugar, tanto no plano nacional, como no plano europeu, insere-se nos mais sensíveis domínios de soberania, e recorre a meios de carácter essencialmente nacional. Em segundo lugar, as disposições relativas à PESD são por vezes distintas das que se aplicam à PESC: o Conselho não pode votar por maioria qualificada as decisões que tenham implicações no domínio militar ou da defesa, o que constitui entrave à tomada de decisão. Do mesmo modo, as despesas decorrentes de operações militares, não podem ser imputadas ao orçamento comunitário, sendo encargo dos Estados Membros que participam na operação em causa (União Europeia, 2003a).

¹¹ A OTAN desenvolveu um conceito que designa por Identidade Europeia de Segurança e Defesa, tendo em vista evitar duplicações de meios e capacidades entre as duas Organizações. Para conseguir este objectivo, realizaram-se reuniões ao mais alto nível, designadas por “Pacote Berlim Plus”. Neste fórum de discussão, um dos principais objectivos era estabelecer quais os meios comuns que podiam ser postos à disposição da UE, caso esta pretenda efectuar uma operação em que a OTAN não esteja interessada em participar.



As diferenças de estatuto dos Estados Membros também tem dificultado o desenvolvimento:

- onze membros¹² pertencem à OTAN, e estão portanto vinculados pela cláusula de Defesa Colectiva do Tratado da Aliança;
- estes estados (excepto a Dinamarca) são igualmente membros da UEO, e assumiram uma obrigação análoga no âmbito do Tratado de Bruxelas;
- quatro Estados¹³ têm o estatuto de países neutros ou não alinhados
- a Dinamarca, membro da OTAN, beneficia na UE de um regime especial, ao abrigo de um protocolo, não participando na elaboração nem na execução de decisões e acções com implicações em matéria de Defesa.
- entre os Países candidatos à UE, três deles¹⁴ já são membros da OTAN, e outros foram convidados a aderir na Cimeira de Praga realizada em 2002¹⁵. Por outro lado, os primeiros são membros associados da UEO, e os segundos têm o estatuto de parceiros associados. Malta e Chipre permanecem não alinhados.

Outra das fontes de diversidade é o esforço orçamental, a própria estrutura do orçamento de defesa bem como as capacidades militares. Dos quinze estados Membros, só três consagram mais de 2% do PIB às despesas militares (Apd G – Orçamentos de Defesa). Apenas a França e o Reino Unido anunciaram recentemente aumentos sensíveis dos orçamentos para equipamento. Há também que salientar as diferenças de estrutura dos orçamentos, uma vez que é determinante a percentagem das despesas consagradas à investigação, ao desenvolvimento e ao equipamento.

Alguns Estados Membros criaram unidades militares multinacionais, dispondo de QG's e de EM's: Eurocorpo¹⁶, Eurofor¹⁷, Euromarfor¹⁸, Grupo Aéreo Europeu¹⁹ e Divisão Multinacional (central)²⁰.

No domínio do armamento apenas alguns Estados Membros cooperam, no âmbito da OCCAR²¹ e da LOI²², onde se comprometeram a harmonizar e a simplificar as regras aplicáveis à indústria de defesa, representando estes o conjunto do potencial industrial de defesa da UE, participando maciçamente nas despesas.

¹² Portugal, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Reino Unido.

¹³ Áustria, Finlândia, Irlanda e Suécia.

¹⁴ Hungria, Polónia, Rep. Checa

¹⁵ Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia

¹⁶ Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Luxemburgo

¹⁷ Espanha, França, Itália, Portugal

¹⁸ Espanha, França, Itália, Portugal

¹⁹ Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália, Reino Unido

²⁰ Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Reino Unido.

²¹ OCCAR – Organização conjunta de cooperação em matéria de armamento. Participam nesta organização a Alemanha, Reino Unido, França e Itália.

²² Letter of Intent – assinada em Julho de 2002 pelos países da OCCAR, a Espanha e a Suécia.



Quanto às capacidades civis, a noção de objectivos de capacidade tem vindo também a ser aplicada, nomeadamente no que diz respeito às capacidades de polícia, ao estabelecimento de uma administração civil e de protecção civil. Foi criado um Comité para os Aspectos Cíveis da Gestão de Crises. Neste âmbito, desenvolveu procedimentos de gestão de crises, e aprovou uma política e um programa de exercícios. Os procedimentos foram testados pela primeira vez em Maio de 2002. Como curiosidade, constata-se que a possibilidade de realizar manobras militares no quadro da PESD não está, de momento, prevista no programa de exercícios da UE.

Durante a Conferência sobre as Capacidades de Gestão Civil de Crises, constatou-se que os compromissos voluntários dos Estados Membros foram mais longe do que os objectivos concretos estabelecidos, nos domínios prioritários (polícia, protecção civil e administração civil) (União Europeia, 2003a).

Tendo em conta os resultados até agora alcançados desde a instituição da PESD, o Conselho Europeu reunido em Laeken em Dezembro de 2001, aprovou uma declaração de operacionalidade, na qual observa: “graças à continuação do desenvolvimento da PESD, ao reforço das suas capacidades, tanto civis como militares, e à criação das estruturas apropriadas no seu interior, a União tem agora capacidade para conduzir operações de gestão de crises. O desenvolvimento dos meios e capacidades de que a união disporá permitir-lhe-á assumir progressivamente operações cada vez mais complexas” (União Europeia, 2003).

Contudo só em 2003 a UE desempenha as suas primeiras missões. Sucedeu às Nações Unidas na missão de polícia na Bósnia-Herzegovina, e à OTAN na operação militar na ARJM. Em Junho de 2003, é lançada a primeira operação fora da Europa, mais precisamente no Congo, com a operação Ártemis.

III.2.1.2. Os mecanismos de tomada de decisão

Para se analisar como se processa a tomada de decisão na UE, é necessário percebermos qual o papel que desempenha cada uma das suas instituições (Apd H – As Instituições da UE). O estudo institucional da União Europeia, permite perceber qual o equilíbrio de poderes entre os estados membros, uma vez que as instituições políticas (a sua constituição e a maneira como estas participam no processo de tomada de decisão), são um dos elementos essenciais do poder²³ no seio da UE.

O Conselho, instituição onde são tomadas a maioria das decisões, é o verdadeiro órgão de poder, ao passo que a Comissão, é um órgão de influência. Daí ser importante todos os Estados estarem representados, pois “constitui um decisivo meio de influenciar, através da projecção de cada

²³Poder- revelação da força de um estado ou coligação numa situação específica e que se traduz na capacidade de influenciar a decisão de outros actores (Couto, 88)



sensibilidade nacional, as grandes tendências da União, o que se torna mais relevante no caso de estados com escassa presença no aparelho burocrático da UE” (Costa, 2002, 292).

Até ao Acto Único Europeu, as decisões eram tomadas por unanimidade, e a Comissão funcionava acima de todas as outras Instituições, como emanção da vontade dos estados membros. Este tratado vem alterar o processo de decisão, impondo o voto por maioria qualificada, reforçando o papel do Parlamento Europeu, através da atribuição de maiores responsabilidades na adopção de normas comunitárias, e na aprovação dos acordos de adesão e de associação de outros Estados.

Com esta alteração, é assim dada resposta a uma necessidade premente de assegurar o funcionamento das principais políticas, que se encontravam ameaçadas quando sujeitas à unanimidade.

Com o tratado de Maastricht, como já vimos, a UE assume uma vertente política, passando a estar estruturada em três pilares: a UEM, de natureza supranacional, a PESC e a JAI de natureza intergovernamental. Esta diferente natureza dos pilares da UE, dá origem a diferentes processos de tomada de decisão, conforme Apêndice I – A Tomada de Decisão no Pilar Comunitário, e Apêndice J – A tomada de decisão na PESC.

O processo de tomada de decisão no seio da UE alterou-se profundamente com a adopção dos vários Tratados. O poder no seio UE, passou da Comissão para o Conselho, e depois para o Conselho Europeu, sem nunca passar pelo Parlamento.

A integração europeia apoia-se num triplo equilíbrio que é necessário preservar: entre a União e os Estados Membros, entre o Conselho e a Comissão, e entre os “grandes” e os “pequenos”. Estes equilíbrios fazem da União uma instituição complicada. Embora tenha elementos federais, não é uma federação. Os governos continuam a desempenhar um papel central, mas a União não é apenas uma organização intergovernamental. Contudo esta ambiguidade é positiva, uma vez que é o respeito por estes equilíbrios que garantem a legitimidade da UE, sendo portanto de manter no futuro. Para a União Europeia, o futuro começa em 2004, com o maior alargamento da sua história, e com a CIG que aprovará ou não a Constituição Europeia. Esta Constituição resulta de meses de trabalho de uma Convenção, criada na Cimeira de Laeken, em 15 de Dezembro de 2001, que tinha como objectivo responder a três desafios fundamentais: Como aproximar os cidadãos do projecto europeu e das instituições europeias? Como estruturar a vida política e o espaço político europeu numa Europa alargada? Como fazer da União um factor de estabilização e uma referência no novo mundo multipolar? (União Europeia, 2003).



CAPITULO IV – O FUTURO DA UE E AS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS

No dia 1 de Maio de 2004, a UE vai conhecer um novo alargamento, com a entrada de 10 novos membros²⁴. Em 2007 deverão aderir mais dois²⁵. Ou seja, em apenas três anos a UE passa de quinze Estados Membros para vinte e sete, quase o dobro.

Antes de abordarmos as consequências deste alargamento, importa analisar a sua razão de ser. O modelo comum adoptado pela UE, tornou-se apelativo para os novos regimes emergentes a Leste, porque no plano ideológico representa a vitória do padrão da democracia, o que para aqueles países significa a opção adequada para sedimentar novos projectos de Estado e de desenvolvimento, que podem alterar radicalmente as suas sociedades, cortando assim as ligações com o passado. Dar resposta positiva a esse movimento de aproximação, tornou-se assim um imperativo irrecusável para a UE, por três razões (Gaspar, 1998):

- razões de segurança: a integração pode ser uma forma de ultrapassar os perigos resultantes de uma instabilidade na faixa que separa a Rússia da Alemanha;
- razões de natureza política: a integração é a melhor forma de contribuir para a consolidação das tenras democracias destes países, representando este alargamento uma oportunidade única para a UE proceder à unificação das democracias europeias;
- razões de natureza estratégica: a integração representa uma forma de reconhecimento do estatuto e da identidade europeia das democracias desses países, delimitando-se assim as novas fronteiras da Europa do pós guerra-fria. Por outro lado, é importante conter um possível deslocamento do centro de gravidade da Alemanha, devido a uma possível bilateralização das relações entre esta e esses países, se não se desse a integração.

Analisadas as principais razões que levaram a este alargamento, importa agora referir as suas consequências para a UE.

IV.1. Consequências do Alargamento para a UE

A Europa alargada a 25 membros será o maior mercado único do mundo, com mais de 450 milhões de pessoas e um PIB pelo menos igual ao dos Estados Unidos. Será o principal mercado exportador de bens e serviços e uma fonte importantíssima de investimento directo estrangeiro, constituindo-se como o principal exportador para mais de 130 países. Será o maior mercado integrado da economia mundial, e a segunda maior reserva monetária, constituindo o maior parceiro comercial dos Estados Unidos, Japão, China e Rússia (Cruz, 2003). Este alargamento é de todos os que já existiram, o de maiores consequências e o que comporta mais desafios para a

²⁴ Eslovénia, Eslováquia, Chipre, Letónia, Lituânia, Malta, Estónia, Polónia, República Checa, Hungria.

²⁵ Roménia e Bulgária. A Comissão deu um parecer negativo à adesão da Turquia, propondo, no entanto, uma parceria com vista à adesão no futuro.



UE. Expande a área e a população da comunidade em cerca de trinta por cento, mas o seu produto interno bruto em apenas dez por cento (Apd D – O Peso dos “Vinte Sete”). Contudo, o numero de membros a sentar-se à mesa das decisões aumenta cerca de 80%, o que vai tornar bastante mais complexa a operação das instituições comunitárias.

Os dez países candidatos são extraordinariamente parecidos entre si: são todos mais pobres que o mais pobre dos países membros, localizam-se na mesma área geográfica, arrastando assim para Leste o centro de gravidade europeu, e são todos pequenos, se exceptuarmos a Polónia. Pequenos, pobres e a Leste, estes países vão com certeza partilhar as mesmas preocupações e ser capazes de alinhar as suas preferências. Ainda mais quando vivem uma cultura de emancipação do período comunista, reforçada pela consciência do papel dos EUA para pôr fim a esse período. O atlantismo dos novos membros, também membros recentes da OTAN, ou em vias de ingressar nessa organização, inverteu a relação de forças na UE, a favor de uma forte ligação aos EUA.

Em termos económicos, a Europa que emerge deste alargamento é menos homogénea, alargando o fosso que separa os ricos dos pobres. O alargamento que se avizinha, vai fazer com que a Europa económica fique repartida em três zonas: a Europa dos doze²⁶, próspera e rica, a Europa intermédia²⁷, onde o rendimento “per capita” se aproxima dos 80% da média comunitária, e uma zona mais pobre constituída pelos restantes oito países²⁸. A actividade económica está fortemente concentrada no triângulo Hamburgo-Dijon-Liverpool, que reúne um terço da população e quase metade do rendimento produzido (Apêndice D - O Peso dos “Vinte Sete”).

Quanto à dimensão dos países, a Europa vai no entanto, tornar-se mais homogénea. Por outras palavras, a UE vai tornar-se um conjunto de estados pequenos. Os países que entram, são mais como Portugal e a Bélgica, e menos como a França e a Alemanha. Este facto vai ter muitas consequências, e a forma como a estrutura política da União lhe vai responder determinará em muito a sua eficácia.

Outra consequência importante deste alargamento é o surgimento de novas fronteiras e de, consequentemente, novos vizinhos. Em 12 de Março de 2003, em comunicado, a UE definiu as novas fronteiras e propõe um novo quadro para as relações nos próximos dez anos com os “países que não têm perspectivas de poderem ser membros da UE, e que passarão brevemente a ter fronteiras com a União²⁹”(Azevedo, 2003). Na ultima década, o instrumento de política externa mais eficaz da União tem sido a promessa de adesão. Na próxima década, (uma vez que

²⁶ Alemanha, França, Itália, Luxemburgo, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Dinamarca, Irlanda, Suécia, Finlândia, Áustria.

²⁷ Grécia, Espanha, Portugal, Chipre, Malta, Eslovénia, Rep. Checa.

²⁸ Eslováquia, Letónia, Lituânia, Estónia, Polónia, Hungria, Roménia e Bulgária.

²⁹ Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Moldávia, Síria, Líbano, Israel, Palestina, Jordânia, Egipto.



mais alargamentos não estão previstos), terão que ser encontradas novas formas de exportar a estabilidade, segurança e prosperidade para os países fronteiriços, que deverão passar por estreitar relações políticas e económicas.

A Europa que vai emergir do alargamento é, sem dúvida, mais marcada pela diversidade, mas reforçada na sua própria capacidade de se projectar externamente como um todo cada vez mais forte.

Wim Kok, ex-primeiro ministro da Holanda, nomeado pela UE, elaborou um relatório sobre as consequências do alargamento. Nesse relatório refere que “os benefícios e as oportunidades do alargamento excedem claramente os potenciais obstáculos”. Contudo avisa de que “se a UE não avançar com as reformas e ajustamentos que o alargamento exige, falhará, talvez para sempre, no objectivo de tornar a Europa mais forte e segura” (Azevedo, 2003).

IV.2. As opções de futuro da União Europeia

No mundo bipolar da Guerra Fria, dividido e organizado em blocos, a Europa estava geopoliticamente dividida em duas, cada uma delas inserida num dos blocos. O papel da Europa era claro e inequívoco: um subsistema do bloco ocidental sob a liderança americana. O fim da Guerra Fria, trouxe consigo uma nova ordem internacional, inequivocamente unipolar. Mas trouxe também alguns equívocos para a relação transatlântica, e para o papel internacional da Europa. A implosão da União Soviética e a reunificação da Alemanha alteraram a geopolítica da Europa, e a UE com este alargamento ganha uma dimensão continental. Deixou de ser um subsistema de outro sistema. Pode desempenhar agora um papel internacional importante, que pode aspirar a ser global. E esse é o verdadeiro desafio da UE: saber o que quer ser e que papel quer desempenhar no sistema internacional. A resposta irá condicionar toda a sua vida interna, e as escolhas para o seu funcionamento (Teixeira, 2003a).

A UE é hoje uma potência mundial na esfera económica. “Em comércio e concorrência está à altura dos Estados Unidos, e deles recebe, por isso, a consideração devida. Nessas duas áreas soube organizar-se e as relações entre Washington e Bruxelas são entre iguais” (Cutileiro, 2003). Mas não tem voz política. E quando a tenta, não tem força militar. Mas em vários momentos tem expressado uma visão do que pretende para a ordem internacional: quer um mundo multipolar, baseada no respeito pelo direito internacional. Quer uma acção externa que ponha a tónica nas chamadas *soft policies*, ou seja, a cooperação, a ajuda ao desenvolvimento, as missões humanitárias, e as operações de paz. Isto é, quer ser um pólo na cena internacional, equilibrando e multilateralizando as relações internacionais. Só que, no mundo unipolar de hoje, não é possível desenvolver uma visão própria orientada para as *soft policies*, e fazê-la valer na ordem



internacional, sem desenvolver simultaneamente *hard policies*, isto é, sem ter uma voz única no plano externo e uma capacidade militar que lhe dê credibilidade.

A UE, como vimos, tem um mecanismo de funcionamento dualista, dividido entre a esfera económica, de natureza supranacional, e a esfera de política externa e segurança, de natureza intergovernamental. Naturalmente que a eficácia e os resultados obtidos são muito diferentes. E esta é a principal razão porque é um gigante económico e um anão político.

De acordo com o que quiser ser, a UE tem diferentes adaptações a fazer e são três os cenários possíveis (Teixeira, 2003a):

- quer continuar a ser apenas uma potência económica: neste caso, não precisa de fazer qualquer adaptação ao seu mecanismo de funcionamento, uma vez que já o é;
- Para além de potência económica, quer constituir-se como potência política, mas exclusivamente civil, através do desenvolvimento de *soft policies*: terá que ultrapassar a estrutura interpilares e aproximar os dois mecanismos de acção externa comunitário e intergovernamental
- Quer constituir-se como uma potência global: para além do referido anteriormente terá que repensar as suas capacidades militares.

Desde Junho de 2003, a UE fez a sua opção: quer ser um actor global. É este o ponto de partida do relatório “Uma Europa Segura num Mundo Melhor”, apresentado por Javier Solana³⁰, uma espécie de embrião do conceito estratégico da UE, que deverá ser aprovado no final de 2003, depois de discutido pelos Estados Membros (União Europeia, 2003d). Diz o texto que “uma união de 25 Estados com mais de 450 milhões de pessoas, e uma produção que representa um quarto do PIB mundial, é, quer queira quer não, um actor global. Deve pois, estar pronta a assumir a sua parte de responsabilidade pela segurança global”. Neste relatório foram levantadas as ameaças à Europa no novo quadro de segurança: considera-se ser altamente improvável que algum Estado Membro venha a sofrer uma agressão em alta escala, mas que novas ameaças, mais diversificadas, menos visíveis, e menos previsíveis são agora merecedoras de especial atenção: o terrorismo, a proliferação de armas de destruição maciça, os estados falhados e a criminalidade organizada, (Apd L – O Que Temem os Cidadãos da UE).

O multilateralismo é considerado a base da ordem internacional, a Carta das Nações Unidas deve ser o quadro fundamental das relações internacionais, pelo que “se quisermos que as organizações, regimes e tratados respondam eficazmente às ameaças à paz e à segurança, devemos estar prontos para actuar quando as suas regras forem violadas”.

³⁰ Alto Representante da UE para a PESC



A luta pelo multilateralismo é um dos três objectivos estratégicos da União, a par do contributo para a estabilidade e boa governação nas regiões mais próximas e do combate às novas e antigas ameaças.

No âmbito da procura de um sistema multilateral efectivo, a UE preconiza o reforço da ordem internacional, tendo por objectivo “o desenvolvimento de uma sociedade internacional mais forte, de instituições internacionais que funcionem sem atritos e de uma ordem internacional que respeite as regras estabelecidas”.

É também objectivo da União alargar a zona de segurança em torno da Europa, promovendo uma cintura de países bem governados, a Leste e na orla do Mediterrâneo, com os quais possa estabelecer estreitas relações de cooperação. Neste âmbito assume especial importância a resolução do conflito Israelo-Árabe, sem o qual, poucas serão as probabilidades de resolver, com sucesso, outros problemas do Médio Oriente .

No âmbito do combate às ameaças, a UE dá ênfase à prevenção. “ Devemos estar prontos a actuar antes de ocorrerem as crises. Em matéria de prevenção de conflitos e ameaças, nunca é demasiado cedo para começar”. Reconhecendo que, no quadro das novas ameaças, a primeira linha de defesa situa-se muitas vezes no exterior, o seu combate tem que ser feito através da conjugação de meios militares e não militares, onde as pressões políticas, diplomáticas e económicas podem assumir lugar de destaque, não enjeitando contudo, recorrer aos meios militares para restabelecer a ordem.

Destas considerações decorrem um certo número de implicações para a Europa. Pretende-se uma Europa mais activa, mais coerente e mais capaz. Mais activa na prossecução dos objectivos estratégicos, desenvolvendo uma cultura estratégica que promova a intervenção precoce, rápida e, se necessário, enérgica. Mais coerente, congregando os vários instrumentos e capacidades, tais como os programas de assistência europeus, as capacidades militares e civis e outros, como por exemplo o Fundo Europeu de Desenvolvimento. Pede-se maior coerência, também, entre a UE e os estados membros. A ajuda externa da União cifra-se em cerca de 7 mil milhões de euros e a dos estados cifra-se em 10 vezes mais, muitas vezes descoordenada. Mais capaz através da consagração de mais recursos para a Defesa, da partilha de meios, da maior capacidade diplomática, através da partilha de recursos dos 45000 diplomatas do conjunto dos países membros. Pretende-se ainda mais cooperação internacional, preconizando-se parcerias entre a Rússia, Índia, Japão, China e Canadá. Está ausente a menção ao Brasil e a África, falta a que Portugal irá, concerteza, estar atento para que se corrija. As relações transatlânticas e a OTAN, são consideradas elementos fulcrais do sistema.



Conclui este documento: "uma UE activa e capaz terá um forte impacto à escala mundial, contribuindo assim para um efectivo sistema multilateral, conducente a um mundo mais justo e mais seguro".

É com esta opção como pano de fundo, a que se junta o alargamento da União, com as consequências já anteriormente descritas, que a convenção Europeia sobre o Futuro da Europa elaborou o projecto de Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, com os objectivos descritos na parte final do capítulo anterior. Iremos de seguida expôr as principais alterações impostas pela Constituição, se for aprovada pelos vinte e cinco países. A aprovação da referida Constituição, será precedida de negociações entre os estados membros, que terão início em 03 de Outubro de 2003, estando prevista a sua assinatura em Maio de 2004. Naturalmente, os países deverão impor alterações a esta proposta inicial, alterações essas que poderão desvirtuar as análises que por nós irão ser efectuadas. Estas, e por imperativos de tempo, reportar-se-ão aos factos conhecidos em Outubro de 2003.

IV.3. O projecto de Constituição Europeia

Na impossibilidade de realizar uma análise a todas as alterações preconizadas no tratado, iremos focar as que consideramos mais importantes, com especial ênfase para as alterações na PESC, uma vez que os assuntos de política externa, bem como as questões de segurança e de defesa que lhe estão associadas, atingem o coração da soberania dos estados. Outra razão para esta escolha, é que o sistema económico encontra-se já delineado com a UEM, sendo a construção da dimensão externa que se assume como questão central do projecto europeu.

O projecto de Tratado Constitucional da UE, é composto por quatro partes: a primeira trata da natureza, objectivos, competências e quadro institucional, enquanto a segunda é inteiramente dedicada à Carta dos Direitos Fundamentais. A terceira parte é dedicada às políticas da União, e a quarta parte às disposições gerais e finais, num total de 460 artigos, distribuídos pelas quatro partes.

Destacaríamos as seguintes alterações:

- a unificação de todos os Tratados, sendo todos os anteriores revogados;
- a eliminação da estrutura da UE em pilares;
- o reconhecimento da personalidade jurídica da União, podendo doravante celebrar acordos com um ou vários estados ou organizações internacionais, nomeadamente no âmbito da PESC;
- generalização da co-decisão (exceptuando as matérias relativas à PESC) e simplificação dos procedimentos decisórios;
- reconhecimento de valor jurídico à Carta dos Direitos Fundamentais;



- participação directa dos Parlamentos Nacionais na verificação da observância do princípio da subsidiariedade;
- consagração do direito de iniciativa da Comissão como regra;
- extensão das matérias decididas por maioria qualificada;
- alteração das regras de obtenção de uma maioria qualificada. Esta será definida como uma maioria dos Estados Membros, que represente no mínimo, três quintos (60%) da população da UE. Quando a deliberação não for por proposta da Comissão ou por iniciativa do Ministro Negócios Estrangeiros (MNE), a maioria qualificada será definida por uma maioria de dois terços (66,6%) dos Estados Membros que represente no mínimo três quintos (60%) da população da UE. Desaparece a ponderação que atribuía um certo número de votos a cada estado, passando a população a ser o critério principal;
- cria o cargo de Presidente do Conselho Europeu, eleito por maioria qualificada, por um mandato de dois anos e meio, renovável uma vez. As suas responsabilidades são, para além de representar externamente a UE, dirigir e dinamizar os trabalhos do Conselho Europeu e actuar no sentido de facilitar a coesão e o consenso.
- cria o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE, eleito pelo Conselho Europeu por maioria qualificada, com o acordo do presidente da Comissão. Participa nas reuniões do Conselho Europeu e é um dos vice presidentes da Comissão. Tem como principal missão contribuir com as suas propostas para a definição da PESC, executando-a na qualidade de mandatário do Conselho. É o presidente do Conselho dos Negócios Estrangeiros. As restantes formações do Conselho, serão presididas durante um ano, rotativamente pelos representantes dos Estados Membros.
- a Comissão passará a ser constituída por um presidente (eleito por maioria pelo Parlamento Europeu, sob proposta do Conselho Europeu), o MNE, um vice presidente e treze comissários escolhidos com base num sistema de rotação igualitária entre os Estados. O presidente da Comissão escolherá mais doze comissários, não tendo estes direito a voto (um de cada estado membro que não estejam representados nos primeiros).

IV.3.1. Principais alterações na PESC

A convenção entendeu que o desenvolvimento da PESC será inevitavelmente um processo gradual, que deverá ser realizado incentivando a convergência e a solidariedade mútua, prevendo na Constituição mecanismos mais eficazes que permitam apoiar e assistir este processo. Esta constituição não altera de forma alguma o facto de, em áreas políticas diferentes serem aplicadas modalidades diferentes. Os processos de tomada de decisão, os instrumentos e o papel dos diversos intervenientes variam em função do domínio político em questão.



Com a finalidade de aumentar a coerência da política externa da UE, o MNE, reúne as funções anteriores do Alto Representante e do Comissário para as Relações Externas, tendo assim responsabilidades em matérias dos antigos 1º e 2º pilar, uma vez que é um dos vice presidentes da Comissão. Terá, tal como os Estados Membros, o direito de proposta para as questões do âmbito da PESC, e um papel expresso na formulação e implementação de decisões políticas.

Foram também propostas alterações destinadas a incentivar o reforço da consulta prévia, a convergência recíproca de pontos de vista e a solidariedade mútua, devendo os estados antes de empreenderem qualquer acção no plano internacional, consultar os parceiros no âmbito do Conselho ou do Conselho Europeu.

A deliberação no âmbito da PESC continuará a ser por unanimidade, mas prevê-se uma cláusula, nos termos da qual, o Conselho Europeu pode alargar o recurso à maioria qualificada no Conselho, para as questões relativas à PESC.

A Política de Segurança e Defesa Comum, continuará a fazer parte integrante da PESC. Houve uma alteração de nome, (PSDC, em vez de PESD), uma vez que se pretendeu reforçar o sentido de Defesa Comum. Considera-se esta, uma consequência lógica da Política de Defesa Comum, constituindo assim um objectivo a atingir pelo Conselho Europeu, logo que assim este o decida.

Na definição desta política, não se trata de transformar a União numa aliança militar, mas de lhe fornecer os instrumentos para defender os seus objectivos e valores, bem como contribuir para a paz no Mundo (União Europeia, 2003a). Esta política continuará a não afectar o carácter específico da Segurança e Defesa de alguns estados membros, nomeadamente no quadro da OTAN. A PSDC, será executada mediante recurso aos meios que os países membros ponham à disposição da UE, podendo estes integrar na União as Forças Multinacionais já criadas no âmbito da UEO. Foi incluída uma cláusula de solidariedade que será activada em caso de ameaça ou ataque terrorista. Neste caso, a União mobilizará todos os instrumentos ao seu dispôr para prevenir e proteger os seus membros. As missões de “Petersberg” foram acrescentadas, podendo a União executar missões conjuntas de desarmamento, aconselhamento e assistência em matéria militar, prevenção de conflitos, acções de apoio na luta contra o terrorismo e operações de estabilização no termo de conflitos. As disposições relativas à gestão de crises prevêm uma utilização mais coerente dos instrumentos civis e militares, através da coordenação do MNE.

Foram introduzidas diversas formas de flexibilidade, com base nas cooperações reforçadas, por forma a permitir que os grupos de países que desejem empreender uma cooperação mais estreita o façam no âmbito da União. Assim, e dado que numa União a 25 será difícil prever uma missão cuja realização seja levada a cabo por todos, o Conselho pode, por unanimidade, confiar a missão a alguns deles.



Vários membros da convenção propuseram uma cláusula de defesa colectiva. Tal cláusula foi considerada inaceitável, em virtude do estatuto de não alinhados de alguns membros, e devido ao facto de outros considerarem que a defesa colectiva está assegurada no âmbito da OTAN. Foi considerado dar uma oportunidade aos estados que pretendam aprofundar a cooperação no âmbito da defesa, mantendo o compromisso decorrente do tratado de Bruxelas, poder fazê-lo no seio da UE. As regras de funcionamento e os processos de decisão próprios dessa cooperação seriam especificados no diploma que a instituisse (União Europeia, 2003a). Neste âmbito, foi criado um mecanismo de “cooperação estruturada”, (diferente das cooperações reforçadas, que inclusivamente não podiam ser adoptadas nas questões de defesa) que permitirá que um grupo de países avance para a criação de estruturas militares integradas e autónomas, incluindo a existência de um QG europeu fora das estruturas da OTAN, para dirigir as operações militares da UE. A França, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo já anunciaram a intenção de formar uma cooperação estruturada. O Reino Unido começou por opôr-se a esta ideia, mas acabou por reconhecer o princípio de que a UE tem de estar preparada para planear e conduzir operações militares sem os recursos da Aliança. Esta evolução da posição britânica terá provocado fortes reacções de Washington (Sousa, 2003).

Outra novidade é a criação da Agência Europeia de Armamentos e de Investigação Estratégica. Esta permitirá que determinados estados membros cooperem no âmbito de programas específicos, trazendo para o quadro da União formas de cooperação que actualmente existem fora do quadro institucional. Estará aberta a todos os membros que nela queiram participar, devendo o Conselho definir o estatuto, a sede, e as regras de funcionamento. Terá como missão genérica avaliar o respeito dos estados membros pelos compromissos assumidos em termos de capacidades, contribuir para a identificação dos objectivos de capacidades militares, promover a adopção de métodos de aquisição eficazes e compatíveis, propor projectos multilaterais, apoiar a investigação em tecnologia de defesa.

IV.4. As principais críticas ao projecto de Constituição Europeia

À excepção dos governos dos três maiores países³¹, todos criticaram o documento. Não só os governos (Anexo F – Os Estados e as Questões Chave para o Futuro da Europa), como os membros da Comissão, e os deputados europeus. Na comunicação social Portuguesa houve títulos para todos os gostos. Desde “A Constituição Franco-Prussiana”(Blanco, 2003), passando por “Constituição Europeia, ou a Institucionalização do Directório das Grandes Potências”(Lopes, 2003), ou ainda “Constituição à Força” (Rosário, 2003), muito havia para

³¹ Alemanha, França e Reino Unido.



escolher. Importa pois esclarecer, para que sentido encaminha a União este documento. Parece não haver dúvidas que a integração política vai aumentar, na medida em que a votação por maioria qualificada se estende a matérias onde no anterior não era permitida. Ou seja, os Estados vão ficar mais sujeitos às decisões da UE. Será que estamos perante mais um passo no sentido de uma Federação ou, pelo contrário, esta constituição encaminha a UE no sentido de um Directório?

É essencialmente à parte institucional que são levantadas as maiores reservas. Desde logo com a criação dos cargo de Presidente do Conselho Europeu, que implica o fim das presidências rotativas e põe em causa o princípio da igualdade entre Estados. Também o cargo de MNE, que reúne competências de âmbito transversal na UE, aponta no sentido de retirar poderes à Comissão e poderá acarretar tensões inter-institucionais entre a Comissão e o Conselho Europeu. Está também por avaliar qual o impacto que estes dois cargos terão no sistema institucional.

Também a proposta de constituição da Comissão, com comissários com direito a voto e outros sem esse direito (comissários de primeira e de segunda), fere o princípio de igualdade entre estados.

Também alvo de muitas críticas é a alteração das regras para obtenção de uma maioria qualificada. O tratado de Nice estabelece como critério o número de países, a população de cada estado e um número de votos ponderado atribuído a cada estado. Esta ponderação tem por base a população, mas é corrigida a favor dos estados menos populosos, tendo em conta a individualidade de cada país. Este facto tem sido um grande factor de equilíbrio, permitindo a formação de minorias de bloqueio razoáveis. A alteração da ponderação dos votos pode constituir um golpe profundo no equilíbrio entre os estados. Segundo um estudo da Eurosondagem (Oliveira, 2003), o poder de Portugal para bloquear uma decisão, passa de 13,3 % para 5,5% (Anexo G – Peso de cada estado no bloqueio das decisões do Conselho). Se esta proposta for aprovada, o peso da Alemanha passa a ser superior aos dezasseis países com menor população, e o peso do Reino Unido ou da França superior aos catorze estados de menor população. Só a Alemanha, a França e o Reino Unido reforçam o seu poder de bloqueio. Este facto implica que a possibilidade de bloqueio passa a estar exclusivamente nas mãos dos maiores estados, o que transforma todo o equilíbrio necessário e imprescindível ao funcionamento da UE. Este facto, parece vir dar razão aqueles que defendem que a Convenção esqueceu o interesse comum europeu e apenas se preocupou em defender o interesse das grandes potências europeias, especialmente a Alemanha e a França. "Pode mesmo dizer-se que a convenção transformou-se num instrumento de um golpe de Estado que visa abandonar os princípios fundadores da UE " (Almeida, 2003).



Todos os factos acima relacionados, estão a criar uma UE organizada em dois blocos. Em 04 de Outubro, dezassete pequenos estados reuniram-se em Nova Iorque³², com o objectivo de concertarem posições para a CIG. Contestam sobretudo as questões institucionais, nomeadamente a composição da Comissão, os poderes do Presidente do Conselho Europeu e as competências do MNE (Naves, 2003). O mesmo tinham feito a Alemanha, França e Reino Unido, quando discutiam as posições a tomar na ONU acerca do pós-guerra no Iraque, aproveitando para discutir também a questão europeia. Bélgica, Luxemburgo e Holanda já decidiram colocar-se do lado dos “grandes”. Não se conhece a posição da Espanha e Polónia.

Outra questão que está a levantar polémica é a flexibilização das cooperações reforçadas, uma vez que pode converter-se na potencial criação de uma eterna “Europa a várias velocidades”, fruto da acentuação das diferenciações entre Estados. Estes modelos de flexibilidade podem passar a contribuir para a sedimentação de um “núcleo duro”, cada vez mais integrado, que funcionaria como centro ou directório de um grupo de países crescentemente ligado.

Segundo Seixas da Costa (Costa, 2002), as estruturas da UE, onde reside o poder de decisão, estão dominadas por uma burocracia altamente dependente dos estados de maior dimensão, ou dos que se situam há muito na sua proximidade estratégica. Se a este facto juntarmos as propostas feitas no sentido de diminuir os poderes da Comissão e o reforço dos poderes do Conselho, a chave do sucesso funcional parece ser a diferenciação de poder entre os países de diferentes dimensões, erigido este como o princípio essencial do modelo. Assim, e ao contrário do modelo federal, estamos já sob a capa de um projecto que se situa nas margens de um modelo de puro directório.

Pretende-se então construir uma União assente na hegemonia franco-germânica, que retira poder aos pequenos estados e à Comissão, que apesar de tudo, garantia uma certa imparcialidade no interior da União e tem uma concepção do que é o interesse europeu. Ao mesmo tempo, tenta criar-se uma potência europeia, que dadas as recentes posições dos Estados “directores”, poderá pôr em perigo a relação transatlântica.

IV.5. A importância da Relação Transatlântica para a UE

A Europa nunca foi tão próspera, segura e livre como é hoje. À violência que marcou a primeira metade do Séc. XX, seguiu-se um período de paz e estabilidade sem precedentes na história europeia. Como vimos, os Estados Unidos desempenharam um papel crucial no êxito deste processo, através do seu apoio à integração europeia e do seu compromisso de segurança para com a Europa, no âmbito da OTAN.

³² Os dez Estados que vão aderir em 2004, Portugal, Áustria, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Irlanda e Grécia.



Em consequência das profundas alterações ocorridas durante a última década, a OTAN acompanha esta evolução, procurando adaptar-se ao novo quadro político-estratégico mundial: revê por duas vezes o seu Conceito Estratégico³³ pondo a tónica numa concepção de segurança mais ampla através da parceria, diálogo, e cooperação; abre as suas portas aos países da Europa Central e de Leste através do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, depois transformado no Conselho de Parceria Euro-Atlântico³⁴, de que a Parceria para a Paz é componente essencial; alarga as suas fronteiras, através da admissão de novos membros³⁵, assume uma relação especial com a Rússia, a Ucrânia e estabelece o “Diálogo com o Mediterrâneo³⁶”. Desenvolve a IESD, no âmbito das relações com a UE, apoiando o “Head Line Goal” definido em Helsínquia. Internamente desenvolve capacidades necessárias para a realização de missões não incluídas no âmbito do Art.º 5 do Tratado de Washington, o que lhe permite actuar, pela primeira vez na sua história “out of area”, assumindo uma importante responsabilidade em matéria de operações de resposta a crises.

Após os acontecimentos do 11 de Setembro, o Conselho do Atlântico Norte invocou, pela primeira e única vez na sua existência, o Artigo V do Tratado de Washington. Activava assim, o sistema transatlântico de defesa colectiva que a OTAN corporiza. Um dia após os atentados de 11 de Setembro, o Conselho reafirmou a solidariedade transatlântica e agiu em defesa de um aliado. Fê-lo através de medidas práticas, como a transferência de meios aéreos operacionais da NATO para protecção das principais cidades dos Estados Unidos.

A Europa cerrou fileiras com os Estados Unidos, reproduzindo num plano político e militar, outros momentos em que o parceiro norte-americano veio em socorro do Velho Continente.

Na Cimeira de Praga, a OTAN reinventou-se. Foi aprovado um Conceito Militar de Defesa contra o Terrorismo, sendo parte de um pacote de medidas para fortalecer as capacidades da Aliança no Combate contra as novas ameaças. Ao integrar os países do Centro e Leste da Europa, e ao assumir novas missões, que a tornam apta a enfrentar as novas ameaças, a OTAN antecipou-se à UE, confirmando a sua posição central na arquitectura de segurança e defesa da Europa.

³³ Aprovados em Roma a 07NOV91 e em Washington em 24ABR99

³⁴ Criado durante as reuniões ministeriais de Sintra em 1997. Para além dos dezanove aliados e dos sete países convidados (Lituânia, Letónia, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Roménia, e Bulgária) fazem parte do CPEA a Albânia, Antiga Republica Jugoslava da Macedónia, Arménia, Áustria, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Croácia, Finlândia, Geórgia, Irlanda, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Suécia, Suíça, Tadjiquistão, Turquemenistão, Ucrânia, e Uzbequistão.

³⁵ Hungria, Polónia e Republica Checa tornam-se membros da OTAN em 1999, foram convidados a aderir durante a Cimeira de Praga (Dez2002) a Lituânia, Letónia, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Roménia, e Bulgária

³⁶ Fazem parte do Diálogo do Mediterrâneo a Argélia, Egipto, Israel, Jordânia, Marrocos, Mauritânia, e Tunísia



“A comunidade transatlântica é uma comunidade de valores...A aliança assenta num compromisso comum em prol da democracia, da liberdade e do estado de direito. Estamos vinculados ao compromisso solene de defesa mútua. Sublinho, de defesa mútua daqueles valores. Foi essa a razão de ser da Aliança Atlântica durante a Guerra Fria. É essa a razão de ser da Aliança Atlântica sempre que, como agora sucede, os seus valores e sociedades são alvo de forças visando a sua destruição. Derrotar estas forças que visam a destruição dos nossos valores é mais do que imperativo moral, é uma necessidade real. Uma amnésia selectiva acerca do significado da relação transatlântica foi uma das causas dos choques que recentemente abalaram a solidez do nosso edifício comum”(Barroso, 2003).

A Guerra do Iraque provocou uma profunda divisão da Aliança Atlântica, e fez ressurgir a ideia de uma Europa autónoma e equilibradora, rivalizando com os Estados Unidos. Grande parte da opinião pública europeia encaminhou-se para o anti-americanismo, encorajada pelas posições assumidas pelos governos da França e Alemanha (Transatlantic, 2003). Se estas teses vencerem, se o elo transatlântico for quebrado, as consequências poderão ser devastadoras. A criação de uma potência europeia para se opor à hegemonia americana, ameaçaria a igualdade entre estados e a liberdade europeia. Não há potências políticas sem a centralização do processo de tomada de decisão. Na actual UE, isso significaria o reforço da hegemonia franco-alemã. Num clima de insegurança provocado pela colapso da OTAN, os países europeus recorreriam ao armamento. A Alemanha, confrontada com a capacidade dos seus vizinhos, não teria outra opção senão adquirir um arsenal nuclear dissuasor. Mesmo que fosse possível ultrapassar as desconfianças e as rivalidades históricas, os investimentos suficientes para dar à Europa uma capacidade militar suficiente para equilibrar com os Estados Unidos, levariam à destruição do “modelo social europeu”, construído debaixo do chapéu da OTAN.

Por outro lado, os Estados Unidos perante este cenário não ficariam de braços cruzados. A Europa passaria de aliada a rival. Neste cenário, a ONU deixaria de fazer sentido, uma vez que, com certeza, não viabilizariam um órgão onde a Rússia, a França e a Inglaterra têm o poder de veto, ficando assim libertos das amarras do multilateralismo. Quanto à dimensão económica, o proteccionismo à sua economia seria uma forma de retaliação, fechando o mercado e os capitais à Europa. Consequência? A Europa mergulharia numa depressão económica. Na realidade o futuro europeu com que muitos sonham, não passa de um regresso aos pesadelos do passado.

“A Europa deve ser uma contraparte, mas não um contrapeso” (Barroso, 2003). Como já vimos a Europa quer ter uma palavra a dizer no contexto mundial, que não poderá passar por ser oposição aos Estados Unidos. Também não poderá ter uma política seguidista destes. Para ter uma voz mundial tem que se tornar credível em termos políticos, assumindo seriamente a sua parcela de



responsabilidade em termos de segurança. “Gastar mais e melhor é a única maneira de nos levarem a sério. A responsabilidade do unilateralismo americano recai sobre os governos europeus em primeiro lugar. Durante muito tempo pediram-nos que agíssemos seriamente e não o fizemos. Com a excepção do Reino Unido e da França, todos os países quiseram recolher os dividendos da paz, não consagrando à defesa nem o que seria necessário só para a manutenção dos equipamentos, quanto mais para o seu desenvolvimento ou remodelação” (Morillon, 2003).

A Europa deve pois esforçar-se em melhorar as suas capacidades militares, trazendo para dentro da Aliança mais Europa, potenciando o arranjo com a OTAN no âmbito das acções preconizadas em “Berlim Plus”. Uma Europa com uma PSDC articulada com a OTAN, representa um reforço da contribuição europeia para a Segurança e Defesa, e uma correcta articulação dos seus esforços comuns, pois impede duplicações de meios que teriam como consequência o próprio enfraquecimento militar da Aliança. No desenvolvimento da sua PSDC, não necessita de cláusulas de defesa colectiva como o que foi proposto na Convenção. Esta é assegurada pela OTAN. A PSDC, não deve apontar para fazer da Europa um novo pólo estratégico, mas sim para um pilar europeu de defesa, encarado este como mais uma equitativa repartição de encargos.

A iniciativa protagonizada pelos 4 países³⁷, em Fevereiro de 2003, foi mais uma iniciativa a favor de uma defesa europeia autónoma. A França, mais uma vez, aparece à cabeça destas iniciativas autonomistas. O presidente Francês, age assim, talvez inspirado pelo pensamento de De Gaulle: “no que respeita à Europa, ela pode voltar-se para o Atlântico, ou para o Mediterrâneo. No caso de se voltar para o Atlântico, o federalismo europeu transformar-se-á em federalismo da OTAN. Mas nesta federação, a França perderá a sua originalidade, a sua independência e a até a sua linguagem. Mas se a Europa se voltar para o Mediterrâneo, voltará às suas fontes...e esta Europa não poderá ter outra capital senão Roma ou Paris, e a sua linguagem será o Francês” (Moreira, 1976). Mas julgamos que a França está a cometer um erro de cálculo. Parece estar a sobrevalorizar-se. A Alemanha do tempo de De Gaulle, era uma parte da Alemanha de hoje, que se reunificou, e está a ganhar uma poderosa influência nos países de Leste, readquirindo assim todas as condições para liderar a Europa. Quando a França se aperceber disto, talvez seja ela a encabeçar todas as iniciativas pró-atlantistas.

Do lado americano, haverá sobretudo que contrariar a tendência, de alguns círculos, de encararem o seu relacionamento com a Europa numa perspectiva puramente utilitarista, sendo a relação transatlântica um instrumento para fazer avançar a agenda Americana.

A relação transatlântica necessita ser revitalizada porque nada voltará a ser como antes. O 11 de Setembro revelou um mundo mais complexo e ameaças maiores do que se poderia ter

³⁷ França, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo.



imaginado. Uma melhor colaboração com os Estados Unidos continua a ser a chave para um multilateralismo mais eficaz. É nomeadamente por esta razão que a Aliança continua a ser insubstituível. Da sua força depende uma boa parte da segurança mundial. Do equilíbrio da relação transatlântica depende a eficácia da luta contra as novas ameaças. O seu combate tem que ser feito através de estratégias integradas, requerendo mais segurança colectiva, mais democracia, mais diálogo entre as civilizações, mais desenvolvimento e uma drástica redução da pobreza à escala global. “Apenas seremos plenamente eficazes quando conseguirmos uma combinação adequada dos elementos de ambos, e é nesse sentido que estamos a trabalhar com os Estados Unidos e os nossos aliados europeus (Barroso, 2003).

Como referiu o Professor Adriano Moreira³⁸ a altura não é para arrogâncias, como a que foi iniciada pela França, aquando da guerra do Iraque, mas sim de ponderação, serenidade, moderação e solidariedade, sem as quais corre-se o risco de perder “um património atlântico que tem na sua história duas guerras mundiais, milhões de mortos por uma concepção comum de vida, e meio século de solidariedade sem quebra de respeito mútuo.”

CAPITULO V - PERSPECTIVAS PARA PORTUGAL

Entre 1974 e 1986 a descolonização, a integração europeia e a democratização em Espanha conduzem ao desaparecimento do modelo de inserção internacional atlantista, velho de cinco séculos e à adopção por Portugal de um terceiro modelo: o euroatlantismo. Tradicionalmente, Portugal pensava-se como país Atlântico e colonial. Hoje pelo contrário, Portugal é um país da União Europeia, procurando ter uma presença activa nas organizações multilaterais a que pertence. Como ficou atrás descrito, a UE encontra-se num momento crucial para o seu futuro, com a realização do maior alargamento da sua história, a adopção de um Conceito Estratégico e da Constituição Europeia, com as transformações que acarretam no seu seio.

Antes de analisarmos quais as implicações que estas transformações acarretam para Portugal, importa analisar qual a evolução Portuguesa desde 1986 ano em que entrou para a então CEE , e o impacto que teve nos domínios deste estudo.

V.1. A Evolução Portuguesa após a adesão à CEE

A pertença de Portugal à UE pode dividir-se em dois grandes períodos: um primeiro em que a prioridade foi o desenvolvimento económico e social, e uma grande prudência em relação à integração política, marcada por uma enorme desconfiança relativamente à supranacionalidade, e um segundo período que se inicia em 1992, em que Portugal foi gradualmente assumindo uma

³⁸ Declaração proferida no Seminário “Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa”, realizado no IAEM, em 22/05/2003.



atitude mais afirmativa nas questões comunitárias, afastando-se das posições britânicas, e defendendo a integração política. Esta mudança foi particularmente visível a partir de 1995, com o tom que o Primeiro Ministro imprimiu ao discurso e à acção político-diplomática: “Portugal quer estar, e está no centro do processo de construção europeia” (Guterres, 1999). “António Guterres cortou com o alinhamento luso-britânico e deu prioridade à relação com a Alemanha, o motor da construção europeia”(Vasconcelos, 2000). Portugal assume definitivamente a sua condição de membro da UE, expressando o seu ponto de vista sobre as grandes questões europeias, sejam elas políticas, económicas ou sociais. A alteração desta atitude decorre essencialmente de três factores: consciência do caminho percorrido em termos de desenvolvimento e da importância fulcral do factor europeu no salto qualitativo da economia e do bem estar em Portugal; forte sustentação pública à ideia da Europa; o regresso das grandes discussões políticas na própria UE, no seu lento acordar para a necessidade de construir a União Política com uma dimensão de segurança e defesa e o início da discussão sobre o alargamento.

V.1.1.Evolução da Política Externa e Política de Defesa

Um dos debates mais persistentes em Portugal após 1974, é o modo como a integração europeia afecta as relações de Portugal com o mundo extra-europeu, com os seus vizinhos mais próximos, e muito especialmente com os países da CPLP, cuja história nos liga. Em traços gerais este debate opõe europeístas a atlantistas. No âmbito da Política Externa, esta dicotomia foi sendo resolvida a favor dos defensores da integração europeia, com o poderoso argumento dos factos. A participação na União Europeia, longe de ser incompatível, ou sequer diminuir a dimensão da política externa de Portugal, pelo contrário, acrescenta e potencia o relacionamento externo de Portugal. A participação na UE, foi fundamental para reforçar as relações de Portugal com os países de língua Portuguesa, nomeadamente os países Africanos, após a descolonização.” Após a adesão de Portugal, os países Africanos passaram a encarar-nos de outro modo, até porque também eles queriam aderir à Convenção de Lomé. Portugal passava a ter outra importância prática para eles. Só então começaram a perceber que o nosso país poderia ser um importante ponto de referência e de ajuda. Ao contrário das teorias de que a nossa opção europeia era prejudicial a uma maior aproximação e a um melhor relacionamento com os PALOP, sempre pensei que foi a opção europeia que nos deu a possibilidade de passarmos a cumprir melhor as nossas responsabilidades em relação a África, voltando a ter uma presença efectiva no continente Africano” (Soares, 2001, 77). O mesmo testemunho nos oferece José Luís Jesus (Jesus, 2001, 101) “No início da nossa independência, não víamos Portugal como parceiro viável. Portugal era visto como antigo colonizador, sem influência política e sem poder económico. Numa palavra, era também coitado como nós. O que veio mais tarde dar importância aos olhos dos países



Africanos de Língua Portuguesa, foi não só o facto de Portugal ter entrado, como também ter começado a desempenhar determinadas tarefas de prestígio ao nível da UE. Foi essa influência renovada de Portugal como parceiro, que contribuiu para a formação da vontade política necessária para que o projecto da CPLP fosse viabilizado”. A institucionalização da CPLP é uma opção que se articula com o vector fundamental da política externa portuguesa, que é a inserção na UE. Deste ponto de vista é absolutamente complementar e convergente com essa opção estruturante de inserção externa portuguesa e contribui para o reforço da especificidade de Portugal no quadro da União.

Particularmente notórias foram as alterações das relações com o Brasil, que durante anos foram afectiva e culturalmente fortes, mas despidas de substância económica e política. O facto de Portugal ser membro da UE, é um factor importante para o Brasil, que passa a ver Portugal como um aliado interregional. Portugal (tal como a Espanha) tem tido um papel significativo no estreitamento de relações entre a UE e a América Latina, especialmente entre o Brasil e o Mercosul. Em vésperas da concretização do Mercado Único, o Brasil realizou investimentos em Portugal, com o óbvio intuito de se implantar no mercado europeu. O movimento em sentido inverso, atingiu valores incomparavelmente maiores (Apd M – O investimento Português no Brasil, e vice-versa). Entre 1996 e 1998, Portugal foi o 4º investidor europeu no Brasil, e 5º a nível mundial, constituindo o mais importante destino do investimento directo português, suplantando mesmo o investimento em toda a UE (Vasconcelos, 2000).

A adesão provocou uma alteração radical nas relações com a Espanha, criando um campo de colaboração sem precedentes. Portugal partilha com Espanha objectivos importantes de política europeia, não só na defesa da coesão económica, mas na abertura da Europa à América Latina e ao Mediterrâneo.

Com a adesão, o Mediterrâneo veio a acrescentar-se aos interesses estratégicos Portugueses, onde há séculos não figurava, passando a fazer parte da agenda política externa Portuguesa, numa perspectiva iminentemente europeia.

O balanço positivo do impacto da pertença à UE na política externa, é evidente na questão de Timor. Em 1986, Timor não existia na agenda política europeia, e desaparecia da agenda internacional. Portugal conseguiu introduzir Timor na agenda da PESC, tendo conseguido uma posição comum em 1996 e uma declaração do Conselho em 1998, onde se afirmava a importância de conhecer a vontade popular. Os resultados são os que hoje se conhecem.

“Hoje é claro que Portugal tem um peso internacional, que não é de forma alguma proporcional à sua dimensão como nação” (Soares, 1994, 162).



De 1974 até 1991, a acção externa portuguesa era só diplomacia, esquecendo a outra dimensão fundamental: as Forças Armadas. Segundo Medeiros Ferreira (Ferreira, 2001, 24), “a interligação entre a política externa e a política de defesa aparece mais nítida no caso Português”. Até 1991 era claro que a política externa detinha a preponderância, imprimindo a sua marca e garantia o essencial da segurança nacional, pelo jogo das alianças internacionais onde Portugal estava inserido. Depois do fim da Guerra Fria, inicia-se um movimento no sentido contrário. As Forças Armadas passam a actuar como um instrumento indispensável da política externa. “Durante muitos anos, a política de defesa esteve dependente da acção externa do governo para ser credível, mas ultimamente é a política externa que se afirma através das missões militares internacionais” (Ferreira, 2001, 25). Neste sentido, se o vector fundamental da política externa portuguesa, se alterou com a inserção na UE, a política de defesa também se “europeizou”. “Portugal que em matéria de orientação estratégica tinha tradicionalmente uma posição atlantista e radicalmente oposta a qualquer aproximação continental, percorre com a integração europeia, e sobretudo depois da primeira presidência da UE em 1992, um caminho de europeização da sua política externa, que a aproxima de uma posição euro-atlântica. Essa evolução europeia de orientação estratégica portuguesa, tem naturalmente reflexos sobre a política de defesa e em particular sobre a IESD” (Teixeira, 1999, 39).

A corrente atlantista, cujo efeito na política interna se reduziu a uma expressão ínfima, manteve significativa influência em matéria de segurança e defesa. Assim se explica a posição de alinhamento pelas posições britânicas na oposição à defesa europeia assumida por Portugal, durante as negociações do tratado de Maastricht. Nos anos que se seguiram a posição portuguesa continuou a ser prudente, admitindo que uma IESD que mais favorece o Estado Português é aquela que permite continuar a ser um membro activo na OTAN e um membro tranquilo na UEO (Ferreira, 2001). Contudo, a nova atitude perante a Europa política, leva a que se redefinam as prioridades no ponto de vista de intervenção militar, e pode sintetizar-se no debate “Angola ou Bósnia”. O primeiro governante a afirmar claramente a prioridade das questões europeias, em relação ao atlântico foi Durão Barroso, então MNE. Questionado sobre se os interesses Portugueses estavam mais em causa na Bósnia ou em Angola, respondeu sem hesitação “Na Europa e na União Europeia” (Vasconcelos, 2000). Tornara-se claro para a diplomacia portuguesa que, apesar da importância das relações com o espaço de língua portuguesa, a consolidação da democracia e a resolução dos conflitos na Europa, era essencial para o futuro da União Europeia, e logo para Portugal. O envio de um significativo contingente para a Bósnia, foi a forma de Portugal assumir plenamente a sua condição de membro da UE e da OTAN. Esta participação representa um marco importante na europeização da política de defesa portuguesa,



pois marca a passagem de uma posição atlantista para uma posição que alguns autores chamam de “euro-atlântica” (Barroso,1998). Esta intervenção, a primeira de forças portuguesas em território europeu desde a IGM, foi um sinal inequívoco da opção e comprometimento europeu de Portugal, inclusive no domínio de segurança.

O problema do Kosovo, e o modo como os Americanos decidiram intervir, fizeram novamente com que a questão da autonomia da Europa relativamente aos Estados Unidos, viesse novamente ao de cima. As correntes pró-europeístas continentais vieram novamente defender a necessidade de uma política de defesa para que a Europa não continuasse subordinada à hegemonia americana, e que tiveram os desenvolvimentos já analisados. O envolvimento português neste conflito, foi visto como o cumprimento das obrigações decorrentes de sermos membros da UE e da OTAN, em contraste com a posição tomada na Bósnia de afirmação de que Portugal tinha um interesse vital na estabilidade dos Balcãs, o que se confirmou pelo abandono das tropas portuguesas do Kosovo, e a continuação na Bósnia.

Numa outra perspectiva, o debate “Angola ou Bósnia”, reapareceu em 1999, sob a formula “Kosovo, Angola ou Timor”. Para o antigo primeiro ministro Cavaco Silva, Portugal deveria usar o argumento extra-europeu para “não envolver forças excessivas naqueles teatros de guerra, (Balcãs), porque tem outras zonas de preocupação que se chamam Timor, por um lado, e África por outro”(Vasconcelos, 2000).

Apesar das leituras diferentes da questão da Bósnia e do Kosovo, da política de defesa portuguesa passou a fazer parte a constatação de que, em consequência da sua pertença à União Europeia e à OTAN “a fronteira de segurança não coincide com a fronteira geográfica, e os interesses estratégicos de segurança de Portugal, permanecendo Atlânticos, estão também na Europa e no seu contorno meridional, e por isso os Balcãs constituem área de interesse para Portugal (Teixeira, 1999a).

No âmbito da política externa e de defesa, a complementaridade entre a vertente Europeísta e Atlântica é total. Definido o relacionamento entre a UE e a OTAN, o reforço da PESD representa o reforço da OTAN, sendo que “esta complementaridade é a que melhor serve o interesse nacional, evitando a duplicação de esforços ou de investimentos, que resultariam de uma visão conflitual ou concorrencial entre as políticas de defesa atlântica e europeia” (MDN, 2002).

V.1.2 Evolução no Plano Económico

No plano económico, o debate Europa/Atlântico, foi desencadeado com a adesão à EFTA, e reacendeu-se com a assinatura do Acordo Comercial em 1973 entre Portugal e a CEE, devido à impossibilidade de se poder ir mais longe.



Foi um debate que durou muitos anos, sempre desvalorizado pelo regime, para o qual a Europa não era opção. “A meu ver, já nessa altura não fazia grande sentido. O interesse bem compreendido do país era o cumprimento da sua vocação europeia...” (Constâncio, 2001, 40).

A adesão à Europa foi economicamente muito bem sucedida. Portugal, na década de 90, ficou conhecido como o bom aluno da Europa, e “do ponto de vista de convergência real e de níveis de vida, Portugal foi o que teve a progressão mais rápida e o que melhor aproveitou economicamente a adesão” (Constâncio, 2001, 48).

A análise dos principais indicadores económicos não deixam margem para dúvidas quanto à evolução económica portuguesa. O PIB quase que duplicou, e o PIB *per capita*, passou dos 52,8% para os 73% da média comunitária (Apd N – A Evolução do PIB).

As condições impostas pela UE para aderir à UEM, fizeram baixar a taxa de inflação de 21%(1985) para 3%(2001), com as respectivas baixas das taxas de juro, de 25% (1985) para 3,5% (2001) (Constâncio, 2001). Este facto significou um enorme benefício em termos de qualidade de vida, permitindo a aquisição de habitações e outros bens de consumo duradouro. Por outro lado, as empresas puderam obter financiamentos que lhes permitiam investir, criando-se assim mais riqueza.

As nossas correntes comerciais alteraram-se. Em 1985 exportávamos para os outros catorze países membros 62% e importávamos 46% (Constâncio, 2001). Hoje exportamos 79,4% para a UE e importamos 74% (Apd P – Relações Comerciais). Ou seja, o nosso grau de interdependência económica e a sincronização da evolução económica com a Europa acentuaram-se imenso, para o bem e para o mal, mas até agora para o bem, julgamos nós.

O crescimento económico modificou radicalmente o país. A transformação da estrutura produtiva foi radical (Apd O – População Activa por Sectores). “Neste momento Portugal apresenta uma estrutura entre os três grandes sectores, própria de um país desenvolvido” (Constâncio, 2001).

V.2. As transformações na Europa e as perspectivas para Portugal

A Europa apresenta-se numa fase de acelerada mudança. Estas mudanças irão ter reflexos em Portugal. Se o alargamento, em termos de perspectivizar uma Europa Atlantista favorecem as posições defendidas por Portugal, no plano económico as consequências poderão ser mais nefastas.

V.2.1. No Plano Económico

Vários estudos divulgados na Europa sobre o possível impacto do alargamento nos diferentes países, apontam para que, muito provavelmente, Portugal será o grande perdedor deste processo, onde as perdas serão mais significativas, avaliadas em termos de deslocalização industrial, na



perda de captação de investimento directo estrangeiro, além do provável desvio de fundos estruturais para os novos membros. A deslocação do eixo da Europa para Leste, e a sua subsequente “germanização”, fará de Portugal um país ainda mais periférico, onde ao agravamento da distância económica, se juntará o aumento da distância política. A ser aprovada a Constituição, assistir-se-á ao reforço dos “grandes” que se preparam para dominar a UE, e satelitizar alguns países mais pequenos. Portugal terá de coordenar com a Espanha, mas com a sua dimensão e localização terá tendência para se transformar num satélite espanhol (Leitão, 2003). São quatro os problemas concretos que o alargamento trará a Portugal (Henriques e Costa, 2003):

- custos de trabalho muito menores : os países de Leste têm custos de trabalho claramente inferiores a Portugal, entre 70 a 50% menos (Anexo H – Custos de Trabalho)
- factor trabalho muito mais qualificado: embora as despesas com a educação sejam inferiores comparativamente com o nosso país, a eficácia que deles se consegue obter é favorável aos países do alargamento, que satisfazem em maior grau as necessidades de uma economia competitiva (Anexo I – Graus de Resposta).
- maior proximidade aos centros consumidores: os países do alargamento têm uma maior vantagem, dada a sua proximidade aos grandes centros de consumo europeus, nomeadamente França e Alemanha (Apd Q- O Factor Geográfico).
- margem de manobra de política cambial: os novos membros podem ter sempre o recurso de depreciação das suas moedas para fazer face a problemas económicos conjunturais, tornando-se ainda mais competitivos, liberdade que Portugal já não tem.

Decorre assim a necessidade de construir novos factores de competitividade e de procura de novos mercados. Portugal tem combater as tendências de periferização e procurar valorizar linhas onde possa ter alguma centralidade. Integrado no espaço europeu, o mercado português e as suas empresas correm o risco de periferização e de subordinação a Espanha. Num estudo realizado por Félix Ribeiro (Ribeiro, 2002), e num cenário de continuação da actual situação, o carácter periférico de Portugal será gerido através de uma crescente integração ibérica.

Será completamente diferente o campo de oportunidades no quadro de uma estratégia de expansão da economia europeia, que se traduza em programas de cooperação e de apoio à modernização de economias e de sociedades do Sul, nomeadamente África e América do Sul. Esta também será uma estratégia europeia para a sua posição no campo competitivo mundial, tanto em termos económicos como em termos de segurança.

No referido estudo, o carácter periférico de Portugal poderá ser reduzido por duas vias:



- pela via política, através da aproximação de Portugal aos países do Benelux, no contexto da UE e aos EUA no contexto mundial, procurando actuações convergentes com os interesses americanos, em especial no Atlântico Sul, incluindo a bacia energética da África Oriental;
- pela via económica, mediante a exploração das oportunidades da globalização, tornada possível por um conjunto de transformações estruturais que reforçariam a capacidade de atracção de actividades e operadores. Aponta esta segunda via no sentido de tornar Portugal na plataforma atlântica da Europa (Anexo H – Plataforma Atlântica da Europa: Infra-Estruturas Necessárias).

O desenvolvimento das relações com África e o Brasil, na óptica de inserção na economia global, terá que ser efectuada estabelecendo polígonos de potencial de crescimento pela articulação com o conjunto da UE, constituindo este para Portugal, o mecanismo básico para a criação de vectores de compensação permitindo assim, estabelecer um sistema de equilíbrio, onde o vector de modernização, consequência da integração na UE fique incorporado, proporcionando novas possibilidades de afirmação de Portugal, quebrando-se assim o constrangimento da integração europeia. Para as autoridades Portuguesas a cooperação com o exterior aparece como uma necessidade, mas que só pode ser satisfeita através de instituições e de recursos que terão de ser inteligentemente negociados para terem uma dimensão europeia. Portugal tem condições para vir a desencadear esse processo estratégico (Saer, 2001).

Numa perspectiva de médio prazo, Portugal poderá assim, articular as duas vertentes que articulam o seu enquadramento de referência e extrair dessa articulação o seu posicionamento. A vertente dominante desde 1986 (Europeísta) não é contraditória com a vertente tradicional (Atlantista) agora subalternizada: uma e outra reforçam-se mutuamente.

V.2.2. Na Política Externa e Política de Defesa

“O binómio Europa-Atlântico, não corresponde a um dilema que se coloque hoje a Portugal enquanto opções estratégicas alternativas. A aposta certa é a Europa, pelo que devemos potenciar a nossa pertença europeia a partir das especificidades que o país poderá oferecer, no âmbito das relações transatlânticas, na área de Segurança e Defesa da Europa, ou ainda no papel específico que a história nos confere na busca de entendimentos com outras áreas do mundo, especialmente África e o espaço da Lusofonia” (Sampaio, 2003). Vimos como a adesão à UE foi essencial para o desenvolvimento de Portugal nos últimos anos. Parece-nos que seria um erro de incalculáveis consequências negativas, conceber um futuro que passe à margem da integração europeia. Vivemos num mundo globalizado, em que só pertencendo a um espaço integrado, partilhando soberania para ganhar capacidade de afirmação, se conseguirá assegurar a defesa eficaz dos nossos interesses, seja no plano político ou económico. É pois pela e não contra a Europa que



nos devemos bater. Mas não uma Europa a qualquer preço. Portugal deve estabelecer como limites à sua integração os seguintes pontos³⁹:

- a PESC deverá ser sempre decidida por unanimidade, pois só assim Portugal pode defender os seus interesses;
- em relação à acção externa da UE, Portugal não pode perder o seu direito de iniciativa, ou consentir que sejam postas em causa as suas tradicionais vocações neste domínio. As acções comunitárias deverão ser cumulativas e não substitutas da política externa portuguesa. Ou seja, haverá, se for decidido por unanimidade, uma política externa comum, não uma política externa única. A liberdade de acção neste campo, é fundamental para Portugal poder garantir a sua independência.

Para além disto, Portugal tem que se bater para que princípios fundamentais que possibilitaram a UE, não sejam esquecidos. Desde logo, a igualdade entre estados, que parece esquecida nas propostas para a constituição da Comissão e o fim das presidências rotativas. Outro aspecto são as novas regras de obtenção de maioria qualificada. O Tratado de Nice, proporcionava um equilíbrio maior no processo de decisão, pelo que Portugal deve lutar para que não seja abandonado. Terá que encontrar maneira de resistir a uma reforma institucional da União que possa conduzir a um directório dos grandes países, e consequentemente a projectos de defesa que visam desarticular a Aliança Atlântica. Ou seja, o ponto crucial para os interesses de Portugal é não permitir que a Europa deixe de ser atlântica. Sem a OTAN, a Europa seria mais perigosa e Portugal seria um país relegado para a periferia da política continental europeia. A manutenção e o reforço do vínculo transatlântico é completamente essencial para o nosso país. Só ele é capaz de proporcionar uma Europa unida e em paz, e como consequência, a continuação da estabilidade na área euro-atlântica que propicia o desenvolvimento. Em termos de importância estratégica, a ligação transatlântica permite a Portugal conservar uma posição privilegiada no quadro de ligação entre os dois lados do Atlântico, aumentando esta importância em tempos de crise, quando os Estados Unidos têm que projectar poder. Neste capítulo, os Açores continuam a ser um ponto de fundamental importância que pode ser capitalizado por Portugal. A pertença de Portugal à UE, potencia assim o nosso relacionamento com a América do Norte, sendo que o inverso também se verifica, pois um entendimento sólido com os Norte Americanos exponencia o peso da nossa actuação na UE.

Com a alteração do conceito estratégico da OTAN em 1999, onde se prospectava uma futura articulação da segurança do Atlântico Norte com o Atlântico Sul, fazem com que Portugal tenha

³⁹ Segundo Loureiro dos Santos, em entrevista concedida ao autor, em 10Out2003.



uma importante função a desempenhar. Os países da CPLP, ocupam posições chave a Sul. Por outro lado, estes países situam-se em regiões carentes que é necessário desenvolver, regiões essas, possíveis exportadoras de instabilidade e consequentemente eventuais origens de novas ameaças que é preciso conter. O facto de termos relações especiais com estes países, quer no seio da CPLP, quer em termos bilaterais, faz crescer o peso específico na União Europeia e na OTAN, assim como a nossa pertença a estas organizações nos dá crédito junto dos aliados lusófonos. Portugal tem condições para se assumir como um mediador privilegiado da UE, junto dos países da CPLP e dos EUA, constituindo-se também na PESC como uma plataforma atlântica da Europa.

Daqui resulta que enquanto a Europa permanecer atlantista, a Portugal estará reservado um papel importante na segurança e defesa internacional. Conforme referiu Loureiro dos Santos⁴⁰, as vantagens da nossa posição interessam tanto a Norte-Americanos como a Europeus. Quer eles sejam aliados ou antagonistas. Mas se forem antagonistas, o controlo dos Açores será forçosamente disputado. Mesmo a ligação à América do Norte com apenas uma parte da Europa, nomeadamente a Europa Marítima, não evitará a instabilidade e até a conflitualidade entre as duas margens do Atlântico, de que resultará uma situação de grande instabilidade para a região em que Portugal se insere, que pode mesmo transformar-se em área de fronteira de um conflito. Portanto, quando se refere e destaca a prioridade da concretização de uma ligação transatlântica, estamos também a salientar a semelhante prioridade que tem para Portugal a unidade entre os países da UE. Como a realidade histórica tão bem demonstra, a primeira linha de preocupação de Portugal em termos de segurança nacional, deverá ser para a manutenção e o reforço dos vínculos transatlânticos, entre os EUA e uma UE unida pelos mesmos interesses estratégicos, com capacidade militar para poder influenciar e moderar a estratégia norte americana, por forma a que os interesses europeus não sejam afectados.

É neste quadro que se considera imprescindível, a participação de Portugal com estatuto pleno, e desde a primeira hora, na integração europeia no âmbito da PESC, tal como o fez para a UEM, a fim de evitar ausências subalternizadoras, possibilitando assim exercer influência para que os nossos interesses não sejam afectados. Assim, Portugal deverá bater-se para que a PSDC não seja a construção de uma super estrutura política, mas antes um objectivo preciso de desenvolvimento de uma capacidade militar efectiva, em função de um tipo de missões em concreto: as “missões de Petersberg”, aproveitando a já relevante experiência em matéria de estabilização pós intervenção, que está no coração da própria PESC, graças à capacidade de associar a componente civil e a componente militar na gestão de crises. Este tipo de missões

⁴⁰ Em entrevista concedida ao autor, em 10Out2003.



correspondem ao figurino geoestratégico da UE após o alargamento, que implica uma redefinição das fronteiras externas, aproximando-se de zonas limítrofes de natureza problemática e assinalável potencial de crise, e consequentemente, de terrenos de afirmação das políticas de estabilização da União no seu conjunto. Neste âmbito, não nos podemos esquecer também de África, onde a Europa tem grandes responsabilidades, fruto do seu passado colonialista.

CONCLUSÕES

Com o final da II GM nascem projectos de organização do espaço europeu propostos pelos EUA e pela URSS que oscilam entre a “finlandização” e a “atlantização”. No seio da Europa surgem também projectos que doutrinam um europeísmo politicamente activo, mas que não encontram um princípio e uma ideologia aceite por todos e a Europa une-se formalmente apenas em face de um catalisador: primeiro a ameaça alemã, posteriormente a ameaça comunista. A construção europeia nasce assim subordinada a um europeísmo pragmático, que se desdobra em organizações especializadas: um espaço militar e um espaço económico, que não têm significado sem a OTAN, que vem colmatar a vulnerabilidade estratégica da Europa, constituindo-se como factor de estabilização entre os vários estados europeus.

Embora fundada sobre a Europa económica, a construção europeia teve sempre o desígnio de atingir a União Política. Durante os primeiros anos assentou sobre o princípio da intergovernamentalidade e da cooperação, depois sobre o princípio da supranacionalidade e integração. É de acordo com o princípio da intergovernamentalidade que se organizam no pós-guerra a OECE, ao nível económico, o Tratado de Dunquerque, o Tratado de Bruxelas e a UEO ao nível militar. É de acordo com o princípio da supranacionalidade e da integração que se organizam a CECA e a CEE no domínio económico, e a Comunidade Europeia de Defesa (CED) ao nível político e militar. É precisamente o fracasso da CED que separa a Europa económica da Europa política: a primeira desenvolve-se e aprofunda-se sob o princípio da integração, a segunda entra em crise, e sob o espectro da CED quase desaparece.

Novo catalisador vem alterar, a partir de 1989, o lugar e o papel internacional da Comunidade Europeia, conferindo-lhe um papel de pólo de atracção e mecanismo de estabilização, onde a fronteira entre a esfera económica e as esferas política e de segurança, se existem, são muito ténues e difíceis de traçar. Vê-se assim, atribuída de um papel internacional muito próximo da política externa, na concepção clássica dos estados, embora sem ter os instrumentos que lhe permitam realizar essa capacidade. Face a esta necessidade, nasce em Maastricht a PESC, constituindo o segundo pilar da UE, não permitindo o Tratado agrupar os dois níveis e os dois mecanismos de relações externas. A UE funciona assim, assente num dualismo entre as políticas



comuns do pilar comunitário, na esfera das relações económicas internacionais e o nível intergovernamental no domínio da PESC, com regras de procedimento e processos decisórios diferentes, que fazem da União um “gigante económico e um anão político”.

As questões de segurança e sobretudo da defesa, que estiveram na génese da construção europeia, sempre foram as mais delicadas. Se por um lado foi conseguido um consenso sobre a necessidade de afirmação de uma IESD e a aceitação a prazo de uma defesa europeia, isso só foi possível porque se introduziu a distinção entre Política de Defesa Comum e defesa comum, remetendo o problema para um calendário longínquo, afastando da agenda qualquer questão de natureza militar. Após os acontecimentos da Albânia e do Kosovo consegue-se finalmente o compromisso de desenvolver um quadro político-militar, compreendendo a organização de uma força militar com capacidade para lançar e conduzir operações de paz lideradas pela UE, sempre que não exista uma participação da OTAN. A questão da defesa continua prisioneira da fractura entre as duas concepções estratégicas para a defesa da Europa: a Atlântica e a Europeia.

Com o alargamento, a Europa ganha uma dimensão continental. Em termos económicos torna-se menos homogénea, mas em termos de dimensão geográfica dos estados membros a UE torna-se uma União de pequenos estados, agora com ambições políticas, querendo tornar-se numa potência global. Para isso pretende encetar uma série de reformas: é atribuída personalidade jurídica à UE, são articuladas competências entre a União e os estados, são simplificados os processos decisórios e reformulado o modelo de poder. A natureza institucional é a que sofre maiores alterações: é ultrapassada a estrutura interpilares, aproximando os dois mecanismos de acção externa, comunitário e intergovernamental, através da criação do cargo de MNE, tentando desta forma tornar-se mais activa, mais coerente e mais capaz. Como não há potências políticas sem a centralização do processo de decisão, este também foi alterado, reforçando o poder das três maiores potências europeias, encaminhando a UE no sentido de um directório.

Instalado o bem estar, um outro catalisador parece estar na origem da Europa política: o anti-americanismo. Contudo, uma Europa potência política, pólo de poder mundial, tornar-se-ia numa Europa fortaleza, geradora de antagonismos internos e de tensões externas, originando um ambiente conflitual e de potencial violência, como única forma de alterar equilíbrios no plano mundial. Esta opção é contraditória à que esteve na base da primeira integração da história europeia. A continuidade da ligação com os Estados Unidos, corresponde à exploração e ao aprofundamento da solução encontrada no final da II GM, sendo geradora de potencialidades de cooperação com a superpotência mundial, integrada na OTAN que se transforma e alarga para responder aos desafios globais e às ameaças que continuam a ser comuns. A ligação aos EUA de uma UE constituindo um verdadeiro pilar de defesa na OTAN, proporciona à Europa a



componente estratégica que lhe falta, possibilitando-lhe assumir com credibilidade uma parceria com os EUA na gestão de um mundo globalizado e de novas ameaças, onde o terrorismo assume especial ênfase.

Até ao Séc. XV, Portugal vive um modelo de inserção internacional medieval, onde as relações externas se processam no interior da Península Ibérica. Com a unificação de Espanha, a independência de Portugal fica ameaçada pelo desequilíbrio criado no seio da Península. Após esta altura, Portugal adopta um segundo modelo de inserção internacional: o atlantismo. Este modelo é caracterizado por uma percepção contraditória e exclusiva entre Europa e Atlântico, pela aliança com a potência marítima, os ciclos do império colonial, a procura de alianças extrapeninsulares que visavam a oposição a Espanha, e o exercício de uma diplomacia bilateral. O modelo atlântico foi preponderante para Portugal se afirmar como país independente. Os principais factos da história de Portugal, que atitudes recentes vieram confirmar, levam-nos a concluir que a atitude de Portugal para com a Europa está claramente dependente das possibilidades desta em relação ao atlântico. Portugal não colabora com a Europa quando esta toma posições de teor anti-atlântico.

Com a adesão à UE, o vector fundamental da política externa Portuguesa alterou-se e Portugal percorre um caminho de europeização da sua política externa, adoptando um terceiro modelo de inserção internacional: o euroatlantismo. Neste permanecem as áreas de interesse: a Europa e o Atlântico. Mudaram contudo as orientações estratégicas, agora mais complexas e flexíveis. Mudou antes de tudo a percepção contraditória e exclusiva da relação Europa-Atlântico. Hoje, estes termos não são contraditórios como são complementares. Para Portugal, ser Atlântico significa um valor acrescentado na Europa, tal como ser Europeu tem valor acrescentado no Atlântico, em particular no Atlântico Sul onde se desenvolvem as relações pós coloniais. O triângulo estratégico bilateral Lisboa-Madrid-Londres, foi substituído por outro, agora multilateral: UE-OTAN-CPLP.

O futuro de Portugal pode jogar-se nas decisões que forem tomadas quanto ao futuro da UE, o qual só podemos influenciar se participamos com estatuto pleno e desde a primeira hora, afim de evitarmos ausências subalternizadoras. No mundo globalizado em que vivemos, só pertencendo a um espaço integrado se conseguirá assegurar a defesa eficaz dos nossos interesses, partilhando soberania para ganhar capacidade de afirmação, não constituindo assim opção estratégica a exclusividade entre Europeísmo ou Atlantismo. A opção euro-atlântica é a que melhor serve o interesse de Portugal. Devemos pois assegurar, no momento em que a Europa se alarga e transforma, os seguintes aspectos:



- contrariar qualquer tentativa de centralismo político europeu, preservando e dinamizando os princípios fundamentais que possibilitaram a UE, tais como a igualdade entre os estados e a subsidiariedade.
- preservar e dinamizar os laços transatlânticos, indispensáveis para a estabilidade e segurança da Europa. Não permitir que a Europa deixe de ser atlântica é completamente essencial para o nosso país, pois só assim não seremos relegados para a periferia da política continental europeia, mantendo uma posição privilegiada no quadro da ligação entre os dois lados do Atlântico. Neste capítulo, os Açores continuam a ser um ponto de fundamental importância que pode ser capitalizado por Portugal. A pertença de Portugal à UE, potencia assim o nosso relacionamento com a América do Norte, sendo que o inverso também se verifica, pois um entendimento sólido com os Norte Americanos exponencia o peso da nossa actuação na UE.
- se a Europa enveredar por uma política de oposição aos EUA, a instabilidade e até a conflitualidade entre as duas margens do Atlântico será inevitável, de que resultará uma grande instabilidade para a região em que Portugal se insere, que pode mesmo transformar-se numa zona de fronteira de um conflito. Dado o valor da nossa posição geográfica e numa situação de antagonismo, o controle dos Açores será forçosamente disputado.
- a capacidade militar da Europa deve ser obtida para que seja credível numa parceria estratégica com os EUA e não numa perspectiva de dialéctica de vontades antagónicas. A IESD deve responder às necessidades específicas da UE, que se alteraram com o alargamento e constituir o pilar europeu da OTAN, que se tem vindo a transformar para responder à globalização e às novas ameaças. Neste aspecto a posição geográfica Portuguesa ganha importância acrescida. Também a articulação da segurança do Atlântico Norte com o Atlântico Sul, fazem com que Portugal tenha uma importante função a desempenhar. O facto de termos relações especiais com estes países, quer no seio da CPLP, quer em termos bilaterais, faz crescer o peso específico na União Europeia e na OTAN, assim como a nossa pertença a estas organizações nos dá crédito junto dos aliados lusófonos.
- o alargamento a Leste da UE envolve mais riscos para os interesses económicos do que para os interesses de segurança e defesa de Portugal. Neste sentido, devemos promover uma cooperação em parceria com a Espanha, para minimizar o efeito do deslocamento do centro de gravidade da UE para leste, com vista a desenvolver uma estratégia europeia cooperativa que permita vencer os desafios económicos do novo mapa europeu. Por outro lado, Portugal deve procurar valorizar linhas onde tenha alguma centralidade, formulando estratégias que liguem a Europa ao Brasil e África, a serem assumidas pela UE, na medida em que Portugal não dispõe de recursos para potenciar a dimensão necessária dessas estratégias.



BIBLIOGRAFIA

Livros

- BONIFACE, Pascal, (2000), *Atlas das Relações Internacionais*, Edições Plátano, Lisboa.
- CAMPOS, João Mota, (1983), *Direito Comunitário*, Vol I – O Direito Institucional, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- CARVALHO, Virgílio, (1995), *A Importância do Mar para Portugal*, Bertrand Editora, Venda Nova.
- CONSTÂNCIO, Vítor, (2001), "Portugal e a Opção Europeia", in *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, Edições Colibri, Lisboa.
- CORREIA, Pedro Pizarat, (2002), *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – conceitos, teorias e doutrinas*, Vol. I, Quarteto Editora, Coimbra.
- COSTA, Francisco Seixas da Costa, (2002), *Diplomacia Europeia*, Publicações D. Quixote, Lisboa
- COUTO, Abel Cabral. (1988), *Elementos de Estratégia*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
- FERREIRA, Medeiros, (2001), "Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático", in *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, Edições Colibri, Lisboa.
- FONTAINE, Pascal, (1998), *A construção Europeia de 1945 aos Nossos Dias*", Gradiva – Publicações, Lisboa.
- GASPAR, Carlos, (1998), "Notas sobre o alargamento da União Europeia", in *O desafio Europeu, Passado, Presente e Futuro*, Fundação Serralves, Principia, Lisboa.
- HEN, Christian, e LEONARD, Jacques, (2002), *O essencial sobre a União Europeia*, Editorial Bizâncio, Lisboa.
- IAEM, (2000), *Geografia, Geopolítica, e Geoestratégia. Realidade Geopolítica*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
- JESUS, José Luis, (2001), "A CPLP na perspectiva dos Países Africanos" in *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, Edições Colibri, Lisboa.
- LOPES, António J. Figueiredo, (2001), *Portugal na Europa da Defesa*, Academia de Marinha, Lisboa.
- LOPES, et al, (2002), *Processos de Decisão da União Europeia*, Trabalho de Estratégia, CEM 2001-2003, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.



- MACEDO, Jorge Borges, (1988), *Portugal-Europa para Além da Circunstância*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa.
- MDN, (1997), *Conceito Estratégico Militar*, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.
- MOREIRA, Adriano, (1976), *A Europa em Formação, a crise do Atlântico*, Editora Resenha Universitária, São Paulo.
- MOREIRA, Adriano, (1998), "O século XX Português: uma visão histórica", in *Portugal na transição do milénio*, Fim de Século Edições, Lisboa.
- POLIS, (1983), *Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Editorial Verbo, Lisboa
- RIBEIRO, José Manuel Félix, (2002), *Portugal 2015, Internacionalização da Economia, Uma Reflexão Prospectiva*, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Lisboa
- SAER, (2001), *Estratégia Económica e Empresarial de Portugal em África*, Vol. VI, Saer/Fernave.
- SILVA, Aníbal Cavaco, (1993), *Afirmar Portugal no Mundo*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa.
- SOARES, Mário, (1994), *Intervenções - 8*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
- SOARES, Mário, (2001), "Portugal e a Opção Europeia" in *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, Edições Colibri, Lisboa.
- TELO, António José, (1999), "Portugal e a NATO: um pequeno poder numa grande Aliança" in *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, Edições Colibri, Lisboa.
- TIISS, (2003), *The military Balance 2002-2003*, The International Institute for Strategic Studies, London .

Revistas

- BARROSO, Durão, (1998), "A Identidade Europeia de Segurança e Defesa", in *Nação e Defesa*, nº 84, Inverno de 1998, IDN, Lisboa.
- CARVALHO, Virgílio, (1992), "O desafio da opção Europeia", in *Nação e Defesa*, nº 64, Out-Dez, IDN, Lisboa.
- CASTANHEIRA, Ana, (2002), "A Globalização e o Poder", in *Estratégia*, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Vol. XIII, Lisboa
- CONCEIÇÃO, Pereira, (1952), "A Estratégia Nunca Foi uma Ciência Puramente Militar", in *Separata da Revista Militar*, 1952, Lisboa.
- HENRIQUES, Manuel, e COSTA, António, (2003), "Portugal a Oeste do Paraíso" In *Economia Pura*, nº 58, Junho-Julho.



- LOUSADA, Abílio Pires, (2003), “Das Relações Euro-Americanas”, In *Revista da Administração Militar*, n.º 2, Abril-Junho, 2003
- MARTINS, José Sebastião, (1991), ”Significado da Posição Geoestratégica de Portugal para a Defesa do Mundo Ocidental”, in *Estratégia*, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Vol. II, Lisboa.
- MARTINS, Raul François, (1996), “Geopolítica e Geoestratégia – o que são e para que servem”, in *Nação e Defesa*, nº 78, Abril-Junho, IDN, Lisboa.
- MOREIRA, Adriano,(1991), “Redefinição Estratégica”, in *Estratégia*, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Vol. II, Lisboa.
- MOREIRA, Adriano, (1999), ”Portugal e a plataforma atlântica da Europa”, in *Estratégia*, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Vol. V, Lisboa.
- NUNES, Isabel Ferreira, (1993), “Delineamento de uma Estratégia Diplomática Portuguesa. Portugal na II Guerra Mundial” in *Estratégia*, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Vol. XI, Lisboa.
- RAMALHO, et al, Pinto, (1991), “Evolução do Conceito Estratégico Nacional”, in *Estratégia*, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Vol. II, Lisboa.
- SILVA, Joaquim Ramos, (2000), “Mil Milhões em cinco anos”, In *O Mundo em Português*, nº 7, Abril de 2000.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, (1998), “A União Europeia Como Actor Internacional: a Política Externa da União”, In *Nação e Defesa*, nº 85, IDN, Lisboa .
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, (1999), “Portugal e a NATO: 1949-1999”, in *Nação e Defesa*, nº 89, IDN, Lisboa .
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, (1999a), “Das Campanhas de Guerra às Operações de Paz”, in *Estratégia*, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 14, 2º Semestre 1999.

Jornais

- ALMEIDA, João Marques, (2003), “Em defesa da Europa”, in *O Independente* (30-05-2003).
- AZEVEDO, Virgílio, (2003), “As novas fronteiras”, in *Expresso*, (12-04-2003).
- BLANCO, Carlos, (2003), “A Constituição Franco-Prussiana”, in *O Independente* (11-07-2003).
- CUTILEIRO, José, (2002), “Defesa da Europa”, in *Expresso*, (21-12-2002).
- CUTILEIRO, José, (2003), “A força da Europa”, in *Expresso*, (07-06-2003).



- LEITÃO, Alexandra, (2003), “O Impacto em Portugal”, in *Economia Pura*, nº 58, Junho-Julho.
- LOPES, Agostinho, (2003), “Constituição Europeia, ou a Institucionalização do Directório das Grandes Potências”, in *O Independente*, (12-09-2003).
- MEIRELES, Luisa, (2002), “NATO Faz Acordo com UE”, *Expresso*, (21-12- 2002).
- MEIRELES, Luisa, (2003), “O Cavalo de Batalha Português”, *Expresso*, (31-03- 2003).
- MOREIRA, Adriano, (2003), “Herança Portuguesa”, *Diário de Notícias*, (21-10-2003).
- MORILLON, Philippe, (2003), “Sejamos sérios”, in *Expresso*, (28-06-2003)
- NAVES, Luís, (2003), “Grupo dos pequenos cresce para dezassete”, in *Diário de Notícias*, (20-09-2003).
- OLIVEIRA, Maria Teresa, (2003), “Portugal perde poder no Conselho Europeu”, in *Expresso*, (09-09-2003).
- ROSÁRIO, Daniel, (2003), “Constituição à Força”, in *O Expresso*, (07-06-2003)
- SOUSA, Teresa de, (2003), “França e Reino Unido Tentam Aproximar posições em Matéria de Defesa”, in *Público*, (17-10-2003).
- TEIXEIRA, N. Severiano, (2003), “Mais que jardim à beira-mar” in *Diário de Notícias*, (23-07-03)
- TEIXEIRA, N. Severiano, (2003a), “UE, (im)potência internacional” in *Diário de Notícias*, (13-08-03)

Sítios da Internet

- BARROSO, Durão, (2003), “Revitalizar a Relação Transatlântica” *Conferência Internacional sobre "Portugal, a Europa, e os Estados Unidos"*, <http://www.flad.pt>, 02 Outubro 2003, 20h30
- CNU (2003), Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, in http://www.infomarmb.hpg.ig.com.br/direitos_do_mar.htm, em 15 Junho, 22h15.
- CRUZ, Martins, (2003), “O Futuro da Segurança e da Defesa Europeias”, in <http://www.min-estrangeiros.pt/politica/discursos>, Discurso proferido na conferência sobre Política Externa e Segurança e Defesa, em 28 de Setembro, 23h30
- GUTERRES, António, (1999), “Visão Estratégica da Política Externa Portuguesa com relevo para a Construção Europeia”, in http://www.parlamento.pt/actividade_parlamentar, debate mensal na AR, em 08 de Abril de 1999, 06 de Outubro de 2003, 19h30.



- ICEP, (2003), <http://www.icep.pt/> , em 09 Outubro, 17h30.
- ICS, (1999), “A Situação Social Em Portugal, 1960-1999”, in <http://www.ics.ul.pt/> , em 09 Outubro, 15h30.
- MAGALHÃES, José Calvet, (2003), “Portugal e a Integração Europeia”, www.ics.ul.pt/publicacoes, 16 de Agosto, 23h00.
- MDN, (2002), Bases do CEDN, em <http://mdn.gov.pt/>, em 10 Novembro de 2002, 22h30.
- OTAN,(2003), <http://www.nato.int/>, em 08 de Setembro, 12h30.
- SAMPAIO, Jorge, (2003), “Portugal nas encruzilhadas do Sec XXI”, alocução por ocasião da Conferência Internacional “Portugal, a Europa e os Estados Unidos” in <http://www.presidenciairepublica.pt>, 02 de Outubro de 2003, 15h30
- TRANSATLANTIC Trends, (2003), “Sondagem Sobre as Relações Transatlânticas” em <http://www.flad.pt>, 13 de Setembro, 11h30
- UNIÃO EUROPEIA, (2003), “Conselho Europeu de Laeken”, <http://eu.eu.int/pesc>, 11 Setembro, 22h30.
- UNIÃO EUROPEIA, (2003a), “Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre a Defesa”, Convenção Europeia, <http://eu.eu.futurum/documents/contrib/conv-pt.htm>, 13 de Setembro, 23h30.
- UNIÃO EUROPEIA, (2003b), <http://www.europa.eu.int>, 25 de Agosto, 11h30.
- UNIÃO EUROPEIA, (2003c), “Eurostat Year Book 2003”, <http://www.europa.eu.int>, 15 de Setembro, 14h30.
- UNIÃO EUROPEIA, (2003d), “Uma Europa Segura num Mundo Melhor”, Conselho Europeu, <http://eu.eu.futurum/documents-pt.htm>, 28 de Setembro, 15h30.
- VASCONCELOS, Álvaro, (2000), “Portugal 2000: a Via Europeia”, <http://www.notre-europe.asso.fr> , 25 de Maio de 2003, 16h30



APÊNDICES



ANEXOS



ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A - INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS DA PESC.....	Anx A/1
Anexo B – PROCEDIMENTO POR COOPERAÇÃO	Anx B/1
Anexo C – PROCEDIMENTO POR CO-DECISÃO.....	Anx C/1
Anexo D – DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS NO CONSELHO	Anx D/1
Anexo E – DISTRIBUIÇÃO DOS LUGARES NO PARLAMENTO	Anx E/1
Anexo F – OS ESTADOS E AS QUESTÕES CHAVE PARA O FUTURO EU	Anx F/1
Anexo G – PESO DOS ESTADOS NO BLOQUEIO DAS DECISÕES DO CONSELHO.	Anx G/1
Anexo H – OS CUSTOS DO TRABALHO.....	Anx H/1
Anexo I – GRAUS DE RESPOSTA.....	Anx I/1
Anexo J – PLATAFORMA ATLÂNTICA DA EUROPA.....	Anx J/1



Anexo A - INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS DA PESC

As estratégias comuns são decididas pelo Conselho Europeu, por recomendação do Conselho, em domínios em que os Estados-Membros têm interesses importantes. Em cada estratégia especificam-se os objectivos, a duração e os meios a fornecer pela União e pelos Estados-Membros. O Conselho executa-as, nomeadamente pela aprovação de acções e posições comuns por maioria qualificada (tal não se aplica, porém, às questões que tenham implicações militares ou em matéria de defesa, uma vez que, neste domínio, as decisões são sempre tomadas por unanimidade). Se um membro do Conselho desejar opor-se a uma dessas decisões, por motivos importantes de política nacional, o Conselho pode remeter a questão para o Conselho Europeu. Este último dirime então a questão por unanimidade. Até este momento, o Conselho aprovou três estratégias comuns relativas, respectivamente, à Rússia, à Ucrânia e à Região Mediterrânica.

O Conselho pode aprovar **posições comuns** que definam a posição da União sobre uma questão específica de natureza geográfica ou temática, relativamente a um Estado terceiro ou por ocasião de uma conferência internacional, por exemplo. Os Estados-Membros velam então pela coerência das suas políticas nacionais com as posições comuns.

O Conselho aprova **acções comuns** quando determinadas situações reclamam uma acção operacional que envolva os Estados-Membros da União Europeia. Em cada acção fixam-se os objectivos, o alcance, os meios a pôr à disposição da União, as condições de execução e a duração (se necessário).

No âmbito da PESC, o Conselho pode igualmente aprovar **decisões** que, tal como as posições e as acções comuns, têm um valor vinculativo para os Estados-Membros.

Quando se torna necessário **celebrar um acordo** com um ou vários Estados ou organizações internacionais no domínio da PESC, o Conselho pode autorizar a Presidência a encetar negociações. Nessas negociações, a Presidência é coadjuvada pelo Secretariado-Geral e, eventualmente, pela Comissão. Os acordos são seguidamente celebrados pelo Conselho por unanimidade, por recomendação da Presidência.

As declarações exprimem publicamente posições, pedidos ou expectativas da União Europeia em relação a países terceiros ou a questões internacionais. Este instrumento flexível permite reagir muito rapidamente à eclosão de incidentes que ocorram em qualquer parte do mundo, com a afirmação do ponto de vista da União. São designadas por "**Declaração da União Europeia**" quando o Conselho se reúne e se pronuncia sobre determinada questão internacional, ou "**Declaração da Presidência em nome da União Europeia**" quando o Conselho não se reúne.

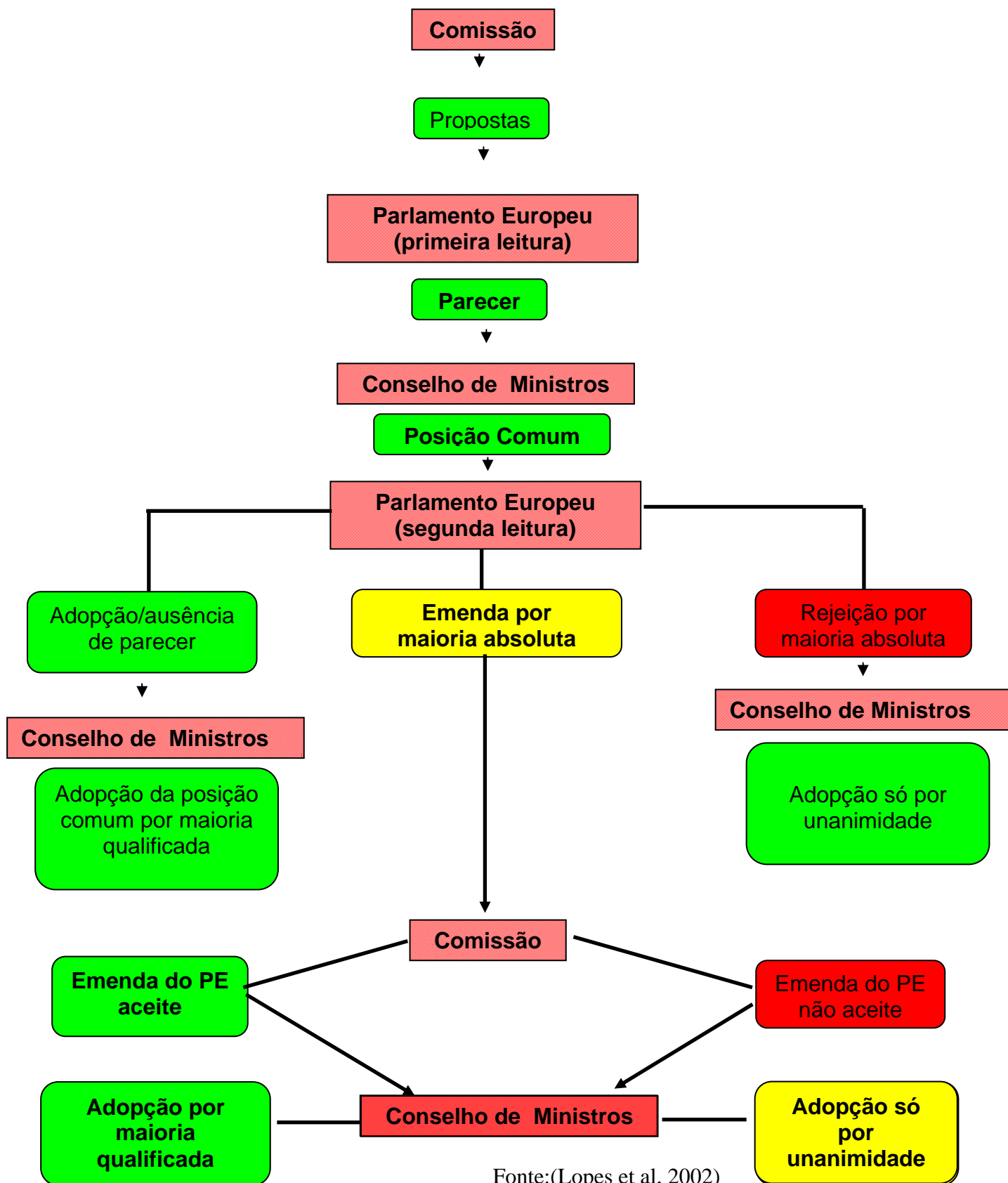


Os contactos com países terceiros estabelecem-se principalmente através de reuniões de "diálogo político" e de "diligências". A União Europeia mantém um diálogo político com grande número de países ou de grupos de países sobre questões de política internacional. Essas reuniões, em número superior a 200 por ano, realizam-se a todos os níveis: Chefes de Estado, ministros, directores políticos, altos funcionários, ou peritos. Nessas reuniões, a União Europeia é representada pela Presidência, coadjuvada pelo Alto Representante para a PESC, pelo próprio Alto Representante, a pedido da Presidência, pela Tróica, ou ainda, num número reduzido de casos, pelos delegados dos Estados-Membros e pelo Representante da Comissão. Quanto às diligências, de carácter confidencial, são empreendidas junto de países terceiros pela Presidência ou pela Tróica em nome da União Europeia, e visam geralmente, resolver com esses Estados questões relacionadas com os direitos do Homem, a democracia ou a acção humanitária.

Fonte: (Lopes, et al, 2002)



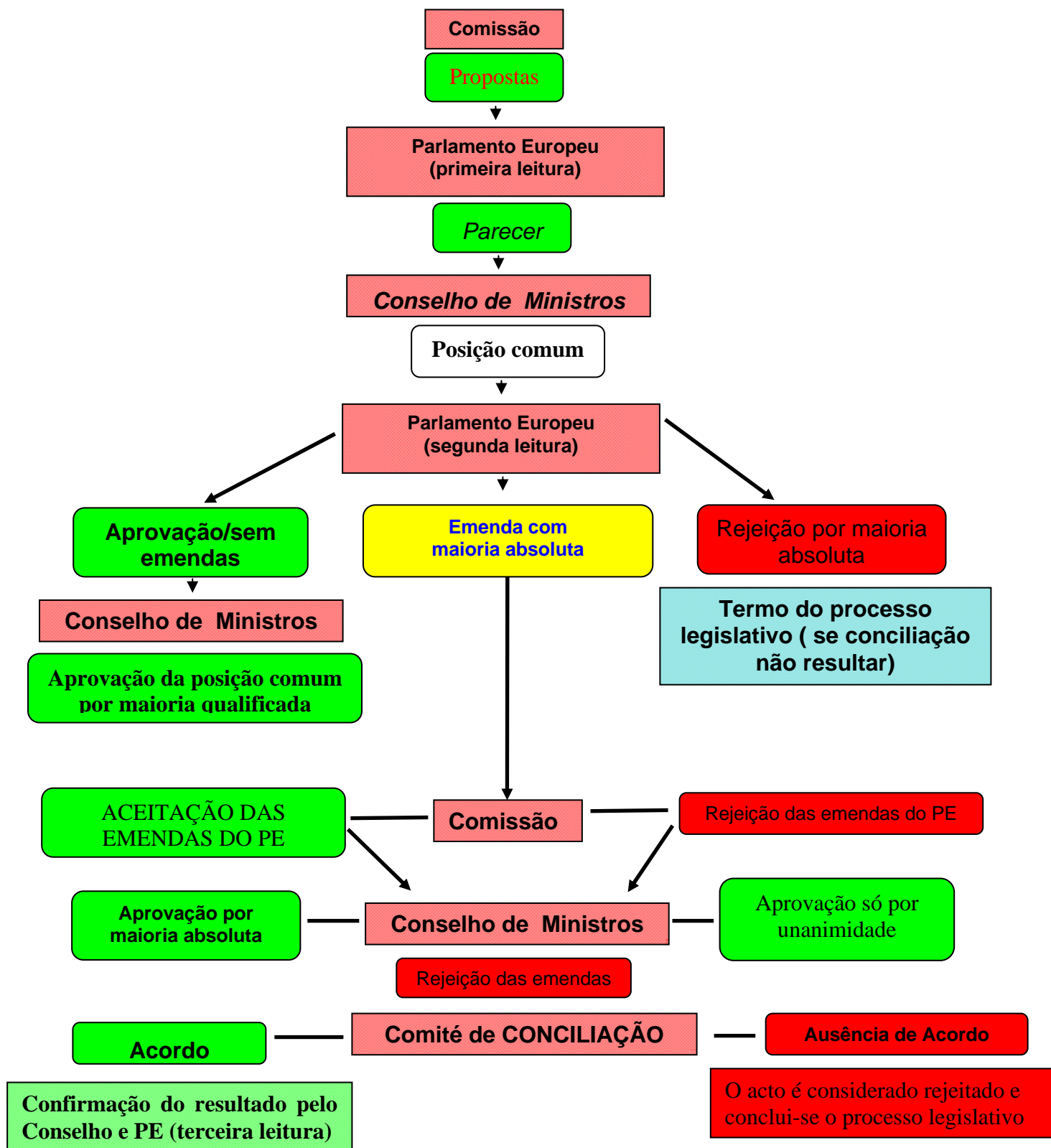
Anexo B – PROCEDIMENTO POR COOPERAÇÃO



Fonte: (Lopes et al, 2002)



Anexo C – PROCEDIMENTO POR CO-DECISÃO



Fonte:(Lopes et al, 2002)



Anexo D – DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS NO CONSELHO

PAÍSES	Tratado de Amesterdão		Tratado de Nice	
	VOTOS	%	VOTOS	%
Alemanha	10	11,5	29	8,4
França	10	11,5	29	8,4
Itália	10	11,5	29	8,4
R.Unido	10	11,5	29	8,4
Espanha	8	9,2	27	7,8
Bélgica	5	5,7	12	3,5
Grécia	5	5,7	12	3,5
Holanda	5	5,7	13	3,8
Portugal	5	5,7	12	3,5
Áustria	4	4,6	10	2,9
Suécia	4	4,6	10	2,9
Dinamarca	3	3,4	7	2,0
Irlanda	3	3,4	7	2,0
Finlândia	3	3,4	7	2,0
Luxemburgo	2	2,3	4	1,2
Polónia			27	7,8
Roménia			14	4,1
Rep. Checa			12	3,5
Hungria			12	3,5
Bulgária			10	2,9
Eslováquia			7	2,0
Lituânia			7	2,0
Letónia			4	1,2
Eslovénia			4	1,2
Estónia			4	1,2
Chipre			4	1,2
Malta			3	0,9
TOTAL		87	345	100,0

Fonte: (Hen, 2002)



















Anexo E – DISTRIBUIÇÃO DOS LUGARES NO PARLAMENTO

QUADRO DE REPARTIÇÃO DOS LUGARES NO PARLAMENTO		
ESTADOS MEMBROS	Nº lugares	%
Bélgica	22	3,01%
Dinamarca	13	1,78%
Alemanha	99	13,52%
Grécia	22	3,01%
Espanha	50	6,83%
França	72	9,84%
Irlanda	12	1,64%
Itália	72	9,84%
Luxemburgo	6	0,82%
Países Baixos	25	3,42%
Áustria	17	2,32%
Portugal	22	3,01%
Finlândia	13	1,78%
Suécia	18	2,46%
Reino Unido	72	9,84%
Bulgária	17	2,32%
Chipre	6	0,82%
Estónia	6	0,82%
Hungria	20	2,73%
Letónia	8	1,09%
Lituânia	12	1,64%
Malta	5	0,68%
Polónia	50	6,83%
Republica Checa	20	2,73%
Roménia	33	4,51%
Eslováquia	13	1,78%
Eslovénia	7	0,96%
Total	732	100%

Fonte: (Hen, 2002)



Anexo F – OS ESTADOS E AS QUESTÕES CHAVE PARA O FUTURO EU

	REFORMA CONSELHO EUROPEU E CONSELHO MINISTROS	CARGO PRESIDENTE CONSELHO EUROPEU	REFORMA COMISSÃO EUROPEIA	CRIAÇÃO CARGO MNE
PORTUGAL 	Defende presidências rotativas	Contra	Exclusividade quanto á iniciativa; 1Comissário por País	Aceita, com funções clarificadas. Eleito por unanimidade
ALEMANHA 	Defende presidências rotativas	A favor; mandato 5 ou 2,5 anos renováveis	Comissão independente e forte com reforço poderes	Aceita, eleito por maioria qualificada
AÚSTRIA 	Defende presidências rotativas	Contra	Reforço das funções executivas; comissário por País	Aceita, devia acumular cargo de Solana e Patten
BÉLGICA 	Defende Sistema rotativo	A favor; mandato 5 ou 2,5 anos renováveis	Reforço das funções executivas; comissário por País	Aceita, eleito por maioria qualificada
DINAMARCA 	Aceita, articulando presidências nacionais nos Conselhos Sectoriais	A favor; rodando entre 3 grupos eleitorais (Grd, Md, Pq países)	Aceita	Aceita e reforçava a PESC
ESPANHA 	Aceita presidência a longo prazo	Presidente nomeado por um período de 4 anos	Defende Comissão forte e independente	Reforço da figura do alto representante
FINLÂNDIA 	Defende presidências rotativas	Contra	1Comissário por País	Aceita, devia acumular cargo de Solana e Patten
FRANÇA 	Aceita presidência estável	A favor; mandato 5 ou 2,5 anos renováveis	Comissão independente e forte com reforço poderes	Aceita, eleito por maioria qualificada
GRÉCIA 	Aceita com mandato curto	Presidente do conselho Europeu sufrágio universal	Presidente da União deve ser presidente da Comissão	Aceita, devia acumular cargo de Solana e Patten
HOLANDA 	Defende presidências rotativas	Contra	1Comissário por País	Aceita, eleito por maioria qualificada
IRLÂNDIA 	Aceita, eleito por maioria qualificada	Contra. Defende Secretário Geral	1Comissário por País	Não é hostil, mas prefere Altos Representantes
ITÁLIA 	Advoga os moldes presentes com alargamento mandato	Aceita	Exclusividade quanto á iniciativa	Aceita, devia acumular cargo de Solana e Patten
LUXEMBURGO 	Defende presidências rotativas	Forte oposição	1Comissário por País	Aceita, eleito por maioria qualificada
SUÉCIA 	Não se opõe	Presidente deve ser apoiado por equipas rotativas	Defende a eleição do presidente da Comissão	Favorável a uma única voz em toda a política externa
REINO UNIDO 	Favorável a presidência estável	Presidente nomeado por período 5 anos	Presidente eleito por maioria qualificada	Aceita, devia acumular cargo de Solana e Patten

Fonte:(Rosário, 2003)



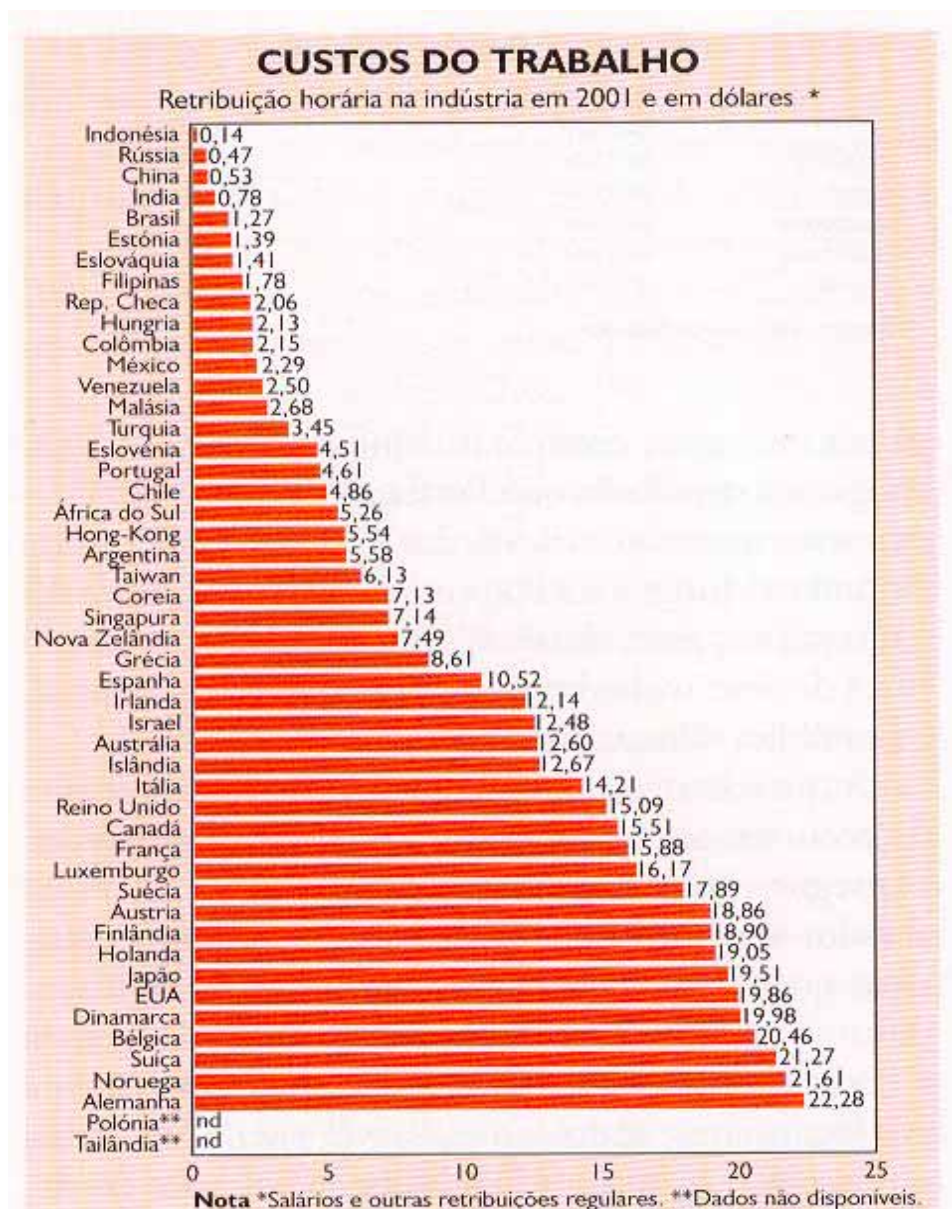
Anexo G – PESO DOS ESTADOS NO BLOQUEIO DAS DECISÕES DO CONSELHO

PESO DE CADA ESTADO NO BLOQUEIO DAS DECISÕES DO CONSELHO		
ESTADOS MEMBROS	TRATADO DE NICE (%)	CONSTITUIÇÃO (%)
Bélgica	13,3	5,7
Dinamarca	7,8	3,0
Alemanha	32,2	45,5
Grécia	13,3	5,8
Espanha	30	21,9
França	32,2	32,7
Irlanda	7,8	2,1
Itália	32,2	32,0
Luxemburgo	4,4	0,2
Países Baixos	14,4	8,8
Áustria	11,1	4,5
Portugal	13,3	5,5
Finlândia	7,8	2,9
Suécia	11,1	4,9
Reino Unido	32,2	32,9
Hungria	13,3	5,6
Chipre	4,4	0,4
Estónia	4,4	0,8
Letónia	4,4	1,3
Lituânia	7,8	2,1
Malta	3,3	0,2
Polónia	30	21,5
Republica Checa	13,3	5,7
Eslováquia	7,8	3,0
Eslovénia	4,4	1,1

Fonte: (Oliveira, 2003)



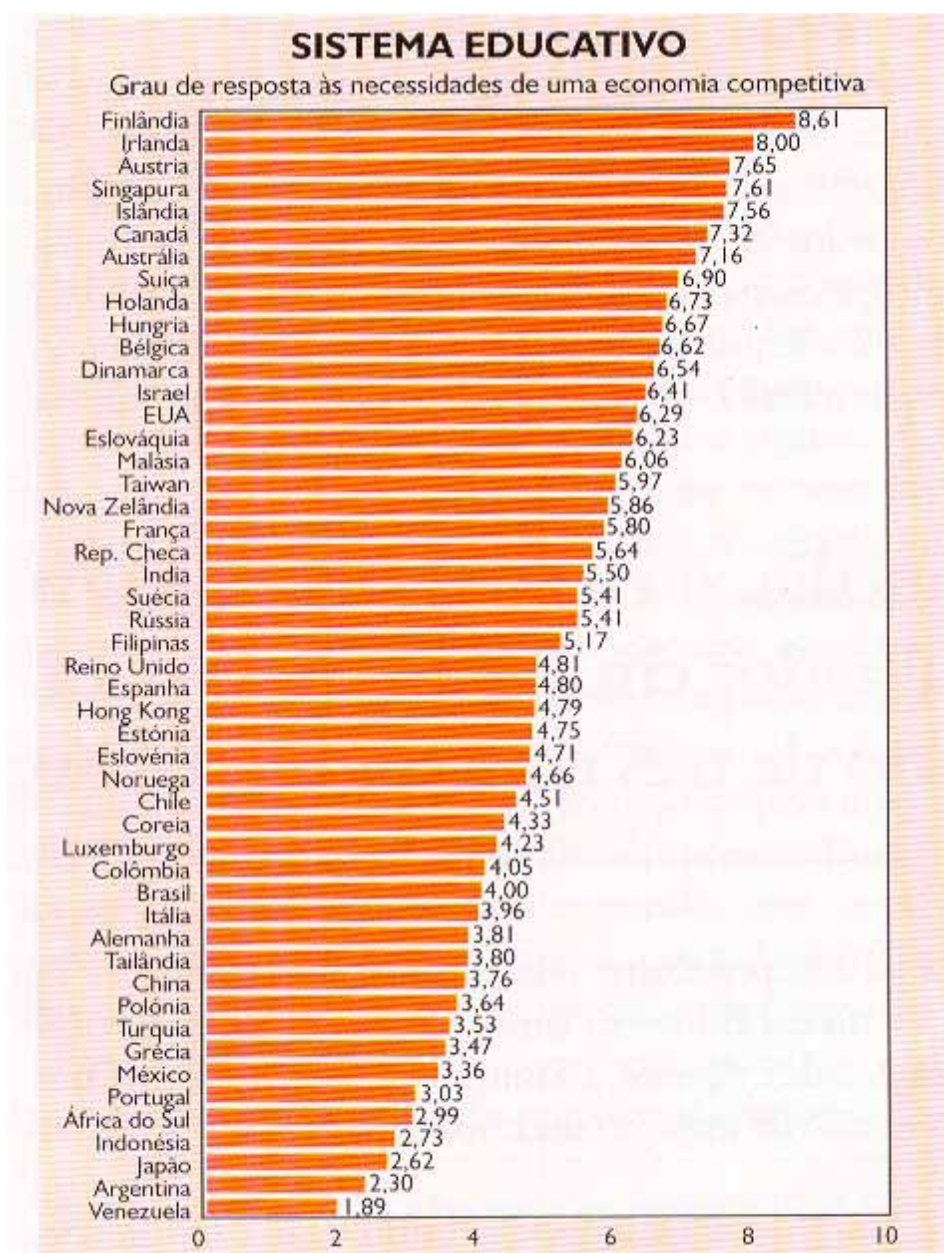
Anexo H – OS CUSTOS DO TRABALHO



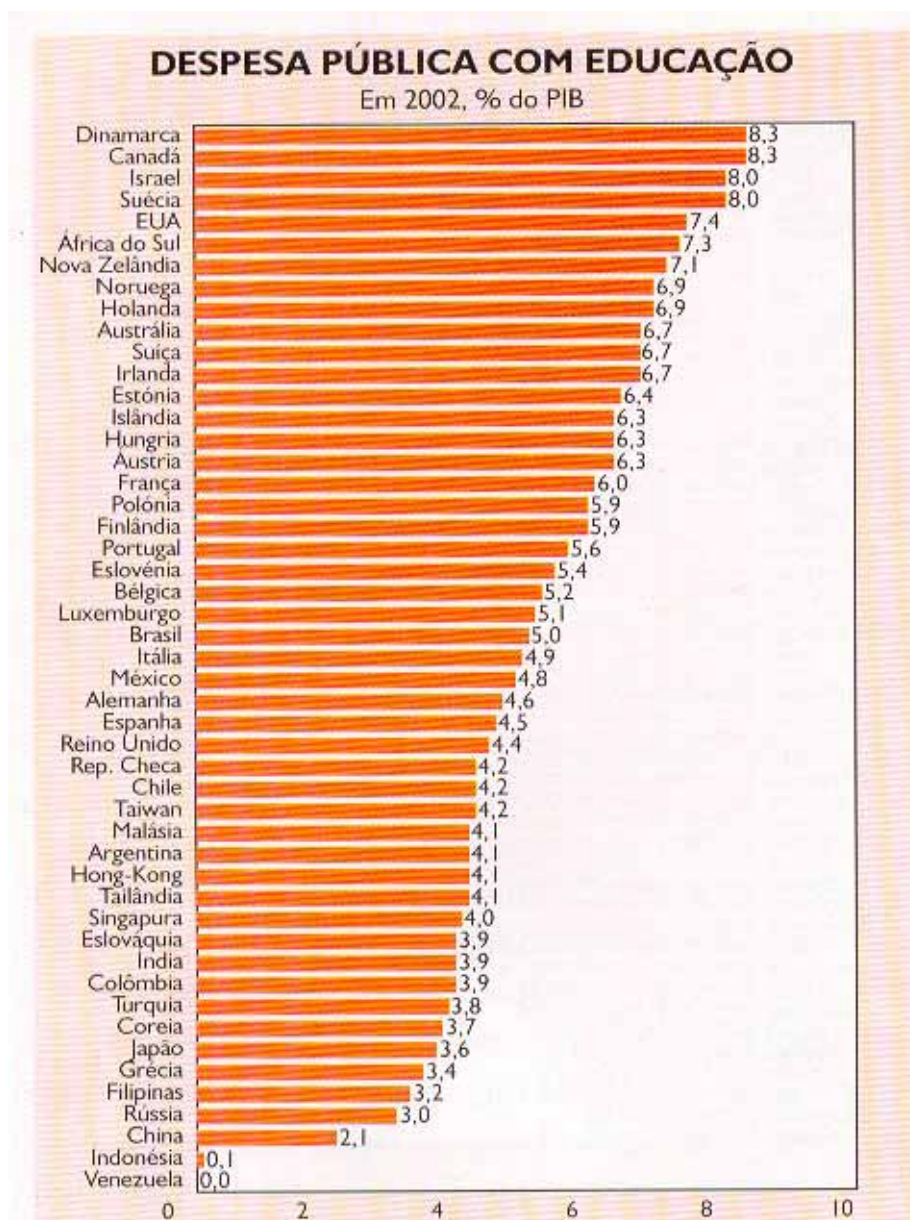
Fonte: (Henriques e Costa, 2003)



Anexo I – GRAUS DE RESPOSTA



Fonte: (Henriques e Costa, 2003)



Fonte: (Henriques e Costa, 2003)



Anexo J – PLATAFORMA ATLÂNTICA DA EUROPA

OS PRINCIPAIS PROJECTOS DE INFRA-ESTRUTURAS NECESSÁRIOS (Ribeiro, 2002)

- **Construção de um novo Aeroporto de Lisboa**, a situar na margem sul do Tejo, numa localização em Rio Frio (ou próxima), servindo o tráfego gerado internamente por uma grande bacia turística que englobaria Lisboa, Alentejo, Algarve. Desempenharia sobretudo, importantes funções de trânsito quer na movimentação de passageiros, quer de carga aérea. Este aeroporto posicionar-se-ia como “hub” de distribuição de fluxos turísticos mundiais Este/Oeste dirigidos à Europa, permitindo a sua utilização pelos aviões de maior porte, actualmente em desenvolvimento. A sua localização numa zona fracamente povoada, mas próxima da capital, bem como a possibilidade de expansão futura vocacioná-lo-iam para aquelas funções;
- **Construção junto do aeroporto do Porto** (desenvolvido para ser o maior e mais movimentado aeroporto do Noroeste peninsular) de uma grande plataforma logística multimodal (aérea, ferroviária e rodoviária e marítima) que se tornaria num factor de atracção de actividades e num factor de irradiação para a Galiza;
- **Redução do investimento no caminho de ferro** de alta velocidade apenas à ligação Madrid-Lisboa, feita pelo Alentejo, passando por Badajoz e com estação terminal na margem sul do Tejo (numa concepção de “Lisboa cidade com duas margens”). Internamente finalizar-se-ia a modernização do eixo ferroviário Norte-Sul com base na tecnologia de pendulação activa. Este eixo prolongar-se-ia até Vigo, e teria uma variante com terminal em Lisboa (norte) e uma outra que atravessaria o Tejo a norte de Lisboa e passaria ao lado do novo aeroporto;
- **Ampliação das funções do porto de Sines**, como porto energético, com a construção de uma unidade de desliquefação do gás natural, permitindo diversificar as fontes de abastecimento energético do País e a expansão das actividades de refinação em ligação com a bacia energética da África ocidental;
- **Consolidação de um sistema portuário Lisboa/Setúbal**, com a vertente Lisboa aumentando as funções de movimentação de carga unitizada (contentores), passando a ser mais escalado por linhas regulares de longo curso; a expansão destas capacidades dar-se-ia na margem norte (incluindo a construção de um cais para contentores, de grandes dimensões – Alcântara/Santos) e



seria completada por uma substancial melhoria das ligações ferroviárias e em transporte combinado com o Norte do País e com a Galiza; as funções de Setúbal em termos de carga seriam menos relevantes neste cenário, dado que seria em Sines que se realizaria a articulação com o transporte marítimo de curta distância para o Norte da Europa;

- **O desenvolvimento de uma bacia de produção automóvel** entre Douro e Vouga permitiria activar Leixões como porto especializado no transporte marítimo de curta distância, ligado aos portos da Flandres;
- **desenvolvimento do aeroporto de Beja**, como base de produção e serviço da indústria aeronáutica e aeroespacial.



INDICE DE APÊNDICES

Apêndice A – CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PORTUGUÊS	Apd A/1
Apêndice B - A TEORIA DE SPYKMAN	Apd B/1
Apêndice C - A ESTRUTURA DA OTAN.....	Apd C/1
Apêndice D - O PESO DOS “VINTE SETE”	Apd D/1
Apêndice E – OS PRINCIPAIS FACTOS QUE SUSTENTAM O ATLANTISMO ..	Apd E/1
Apêndice F – O PILAR COMUNITÁRIO.....	Apd F/1
Apêndice G – ORÇAMENTOS DE DEFESA	Apd G/1
Apêndice H – AS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA	Apd H/1
Apêndice I – A TOMADA DE DECISÃO NO PILAR COMUNITÁRIO.....	Apd I/1
Apêndice J – A TOMADA DE DECISÃO NA PESC	Apd J/1
Apêndice L – O QUE TEMEM OS CIDADÃOS DA UE	Apd L/1
Apêndice M – INVESTIMENTO PORTUGUÊS NO BRASIL E VICE-VERSA	Apd M1
Apêndice N – EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO	Apd N/1
Apêndice O – POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES.....	Apd O/1
Apêndice P – RELAÇÕES COMERCIAIS	Apd P/1
Apêndice Q – O FACTOR GEOGRÁFICO	Apd Q/1



Apêndice A – CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PORTUGUÊS

O território continental, cerca de um quinto do território da Península Ibérica onde se insere, estende-se pela quase totalidade da sua faixa atlântica, possuindo uma extensão de 89 000 Km². Constitui a posição chave do conjunto nacional, fazendo fronteira com Espanha a Este e a Norte, em cerca de 60% do seu perímetro. A sul e a oeste confina com o Oceano Atlântico. No território continental salienta-se: a sua localização no extremo sudoeste do continente europeu, com uma configuração rectangular, possuindo uma largura média de 180Km e um comprimento de cerca de 550Km; a existência de vários portos, nomeadamente, Sines, Lisboa, e Leixões, os quais proporcionam bons acessos às melhores vias de comunicação para o centro da Península Ibérica e através desta para o centro do continente europeu; a existência de infra-estruturas aeroportuárias e de uma boa rede de comunicações junto ao litoral. De salientar ainda a concentração dos principais centros políticos urbanos e económico-industriais na orla marítima.

A região autónoma da Madeira, um arquipélago situado no oceano Atlântico, constituído pelas ilhas da Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens, possuindo uma área de 800 Km², a cerca de 500 milhas náuticas do Continente e 300 milhas da costa Africana.

A região Autónoma dos Açores, um arquipélago situado no oceano Atlântico, de que fazem parte nove ilhas e alguns ilhéus, divididos em três grupos: ao Grupo Ocidental pertencem as ilhas do Corvo e das Flores; ao Grupo Central, as ilhas da Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico e Faial e ao Grupo Oriental as ilhas de S. Miguel, Santa Maria e os ilhéus das Formigas. No seu conjunto, os Açores estendem-se por cerca de 600 Km, no sentido Noroeste – Sueste, a cerca de 900 milhas a oeste do continente português e a 2110 milhas dos Estados Unidos. Tem uma superfície total de 2300 Km².

Zona Económica Exclusiva (ZEE), cujo conceito é definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNU, 2003), como sendo “uma zona situada além do Mar Territorial e a ele adjacente, que se estende até 200 milhas da linha da costa a partir da qual se mede a largura do Mar Territorial. Nessa área qualquer Estado goza do direito de navegação e sobrevoos, cabendo-lhe ainda, a liberdade de instalação de cabos submarinos. Nela, os Estados costeiros têm o direito de exercer a sua soberania para fins de exploração e aproveitamento dos recursos biológicos e minerais existentes no leito e subsolo do mar e nas suas águas sobrejacentes, devendo a pesca ser praticada dentro dos limites de captura exigidos para a preservação das espécies, cuja reprodução esteja gravemente ameaçada, cabendo-lhe a autorização, mediante licença, para que outros países completem o nível de captura recomendada pelos organismos internacionais, estabelecendo as cotas, o período de tempo em que a pesca

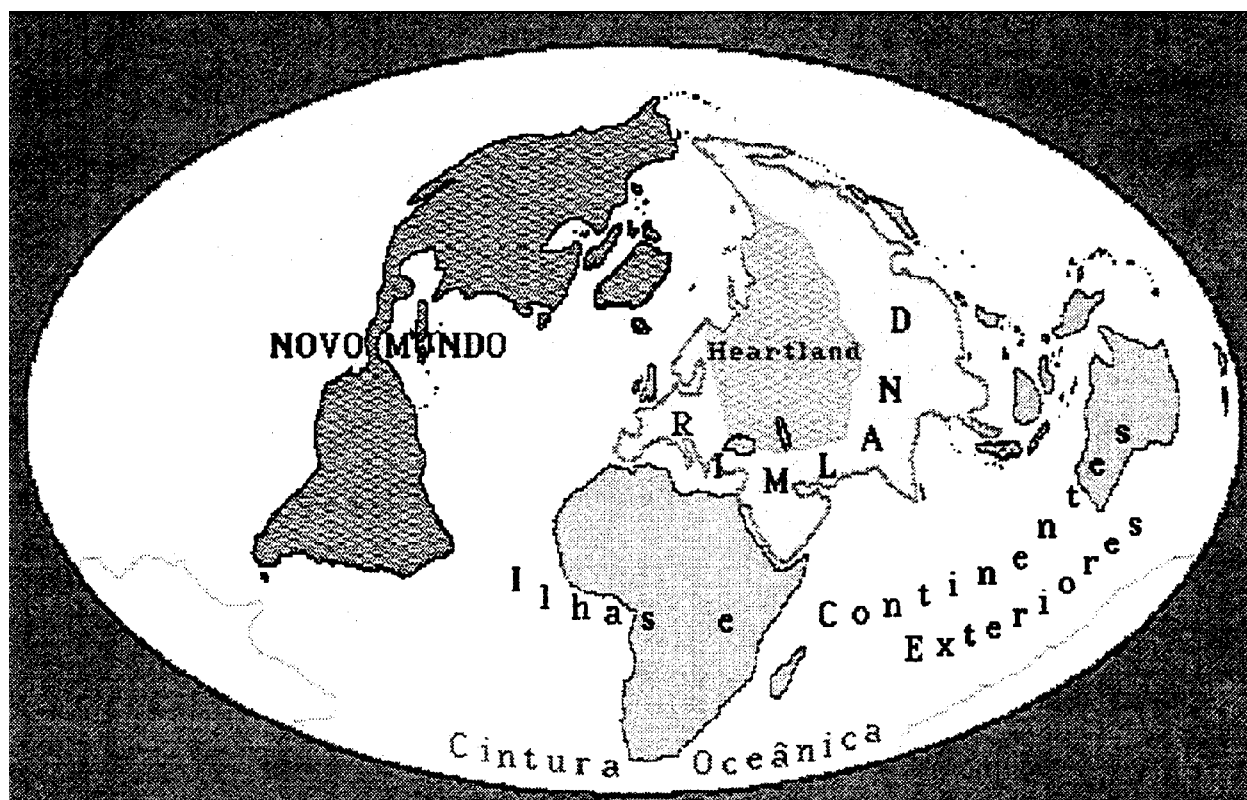


ocorrerá e as espécies que poderão ser capturadas. Caberá ainda ao estado costeiro, o direito de exploração dos minerais encontrados no solo e subsolo marinhos. Esse direito estender-se-á à produção de energia derivada da água, das correntes e dos ventos, além de abranger jurisdição para o estabelecimento e a utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas, para a investigação científica marinha e para a protecção e preservação do meio ambiente marinho”.

A configuração quase arquipelágica do território português possibilita ao nosso país dispôr duma vastíssima Zona Económica Exclusiva, podendo constituir uma base para um sólido desenvolvimento do potencial estratégico Português, aumentando o poder de negociação nacional. Na verdade, a exposição atlântica da longa costa portuguesa e o posicionamento dos arquipélagos da Madeira e dos Açores levam a que a zona económica exclusiva de Portugal seja a maior da Europa.



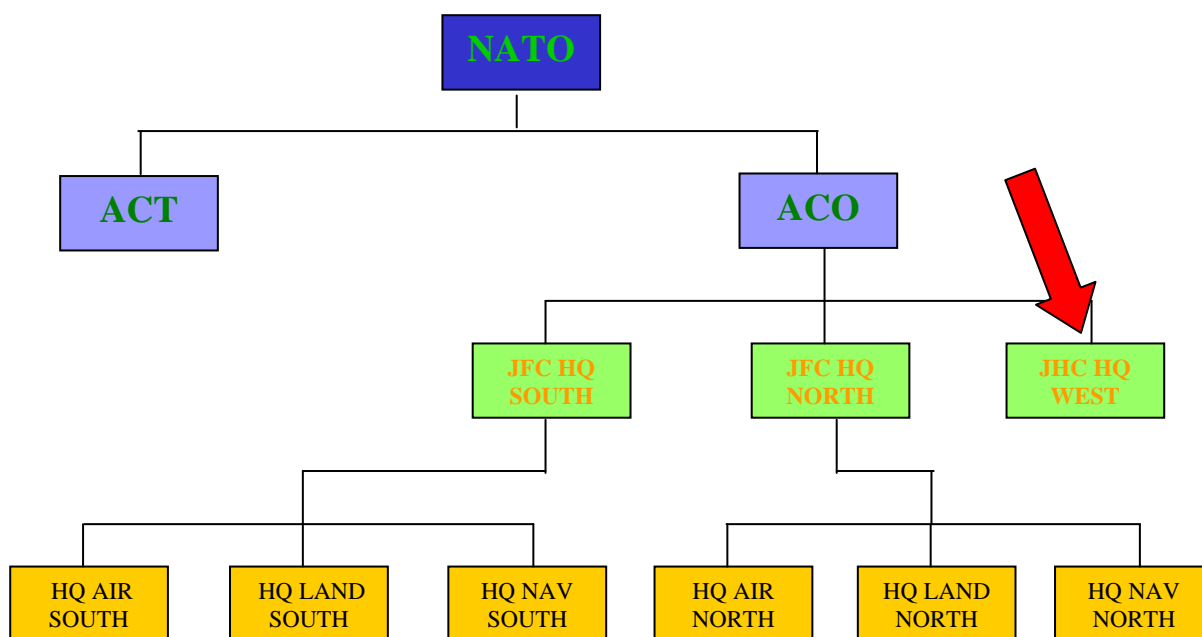
Apêndice B - A TEORIA DE SPYKMAN



Fonte: (IAEM, 2000)

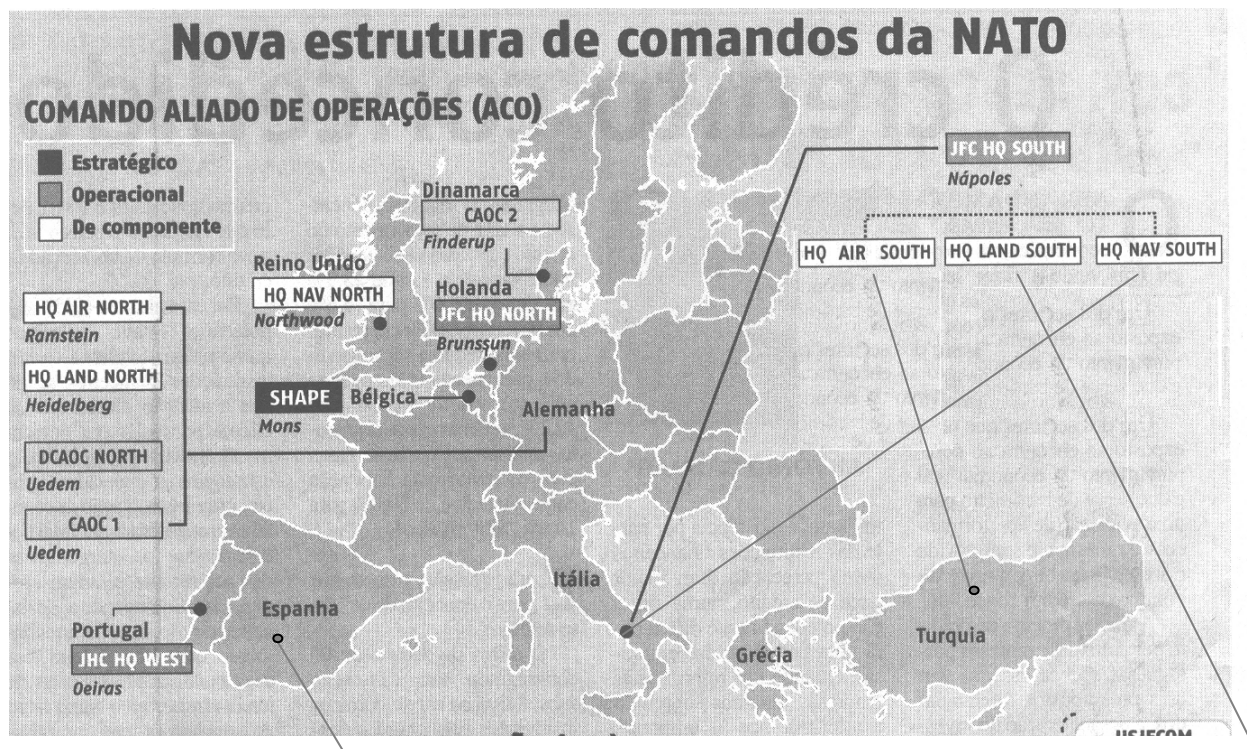


Apêndice C - A ESTRUTURA DA OTAN



- Comando Nível Estratégico
- Comando Nível Operacional
- Comando Nível Tático (de componente)

Fonte: (OTAN, 2003)





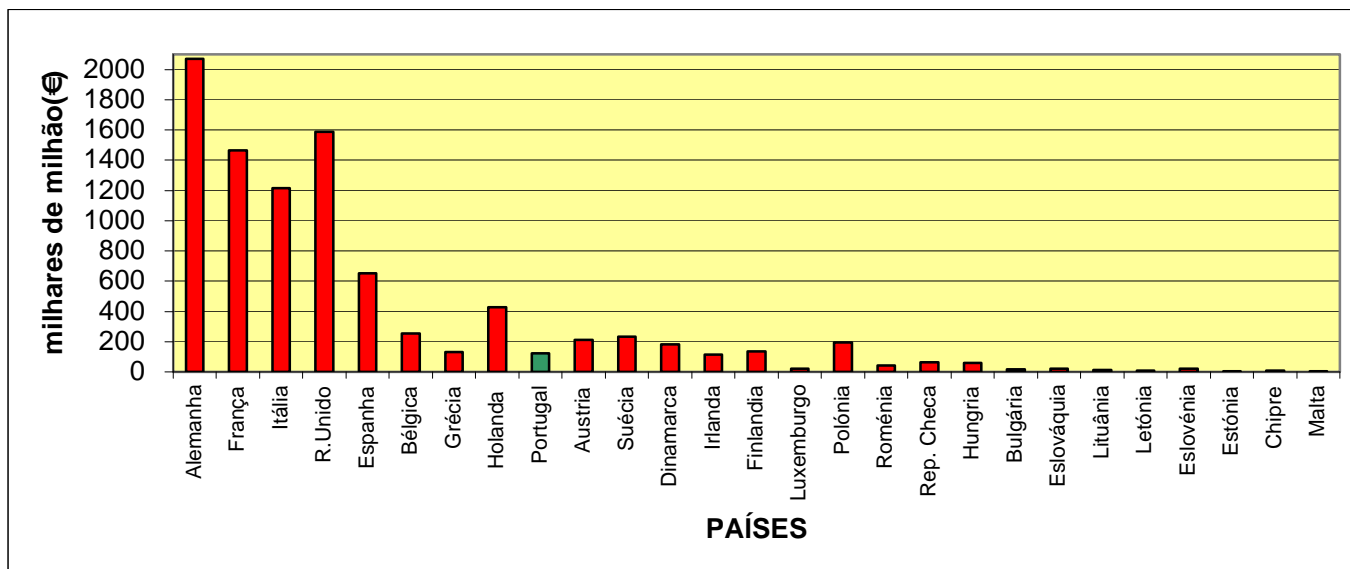
Apêndice D - O PESO DOS “VINTE SETE”

PAÍSES	POPULAÇÃO (2002)			SUPERFICIE			PIB (2002)			
	Milhões	% UE 15	% UE 27	Milhares km2	% UE 15	% UE 27	Milhares Milhão(€)	% UE 15	% UE 27	“per capita” (€)
Alemanha	82,43	21,7	17,0	357	11,0	8,27	2071,2	23,5	22,30	104,1
França	59,34	15,6	12,2	544	16,8	12,60	1463,7	16,6	15,76	101,9
Itália	58,02	15,3	12,0	301	9,3	6,97	1216,6	13,8	13,10	104,7
R.Unido	60,11	15,8	12,4	244	7,5	5,65	1588,3	18,0	17,10	99,9
Espanha	40,41	10,6	8,3	505	15,6	11,70	651,6	7,4	7,01	82,4
Bélgica	10,31	2,7	2,1	31	1,0	0,72	254,2	2,9	2,74	106,5
Grécia	10,60	2,8	2,2	132	4,1	3,06	130,9	1,5	1,41	68,1
Holanda	16,10	4,2	3,3	41	1,3	0,95	429,1	4,9	4,62	112,3
Portugal	10,34	2,7	2,1	92	2,8	2,13	122,7	1,4	1,32	73
Áustria	8,14	2,1	1,7	84	2,6	1,95	211,8	2,4	2,28	113,6
Suécia	8,91	2,3	1,8	450	13,9	10,42	234,1	2,7	2,52	99,8
Dinamarca	5,37	1,4	1,1	43	1,3	1,00	180,4	2,0	1,94	118,7
Irlanda	3,88	1,0	0,8	70	2,2	1,62	114,4	1,3	1,23	118,5
Finlândia	5,20	1,4	1,1	337	10,4	7,81	135,9	1,5	1,46	104,7
Luxemburgo	0,45	0,1	0,1	3	0,1	0,07	21,5	0,2	0,23	197,4
Polónia	38,67		8,0	311		7,20	196,7		2,12	40
Roménia	22,48		4,6	238		5,51	44,4		0,48	26
Rep. Checa	10,29		2,1	78		1,81	63,3		0,68	58
Hungria	10,09		2,1	93		2,15	58,0		0,62	51
Bulgária	8,23		1,7	111		2,57	15,2		0,16	29
Eslováquia	5,39		1,1	49		1,13	22,3		0,24	48
Lituânia	3,70		0,8	65		1,51	13,4		0,14	37
Letónia	2,44		0,5	64		1,48	8,5		0,09	33
Eslovénia	1,98		0,4	20		0,46	20,9		0,22	69
Estónia	1,45		0,3	45		1,04	6,2		0,07	42
Chipre	0,75		0,2	9		0,21	10,2		0,11	76
Malta	0,38		0,1	0,3		0,01	4,0		0,04	55
TOTAL	485,448	100,0	100,0	4317,3	100,0	100,0	9290	100,0	100,00	80,35556

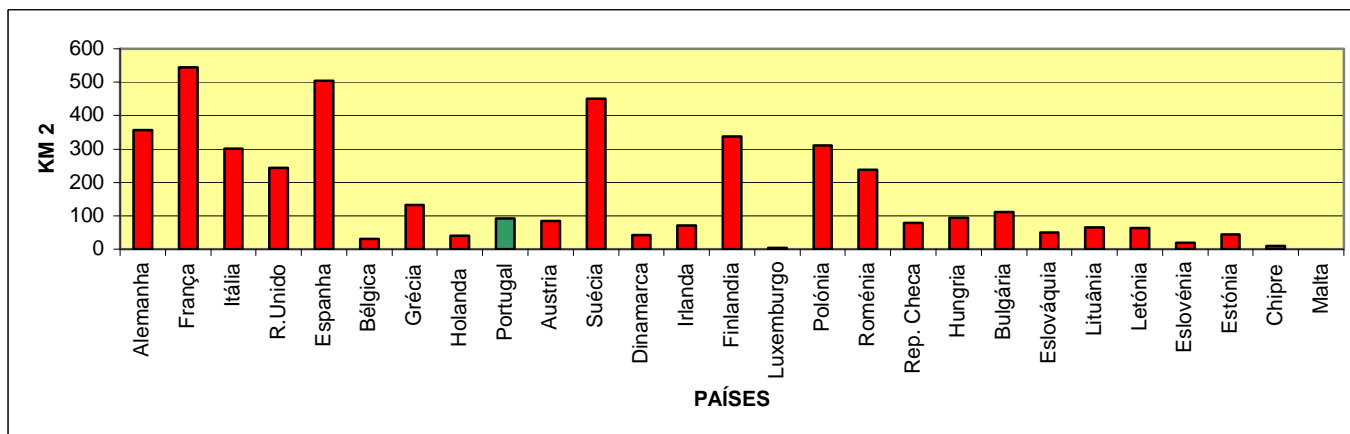
Fonte: (União Europeia, 2003c)



PRODUTO INTERNO BRUTO

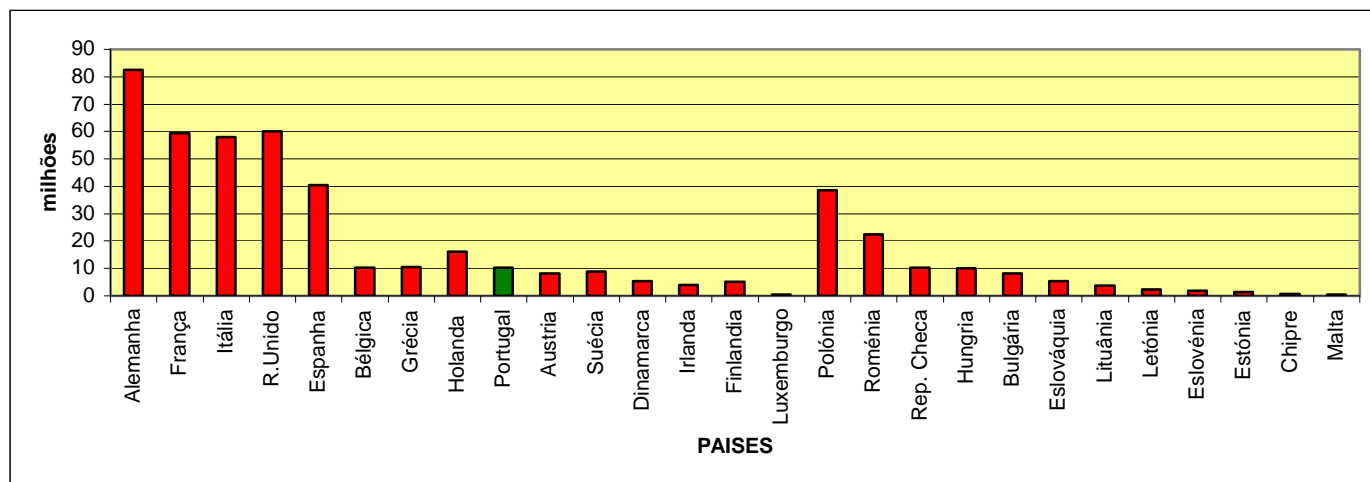


EXTENSÃO TERRITORIAL

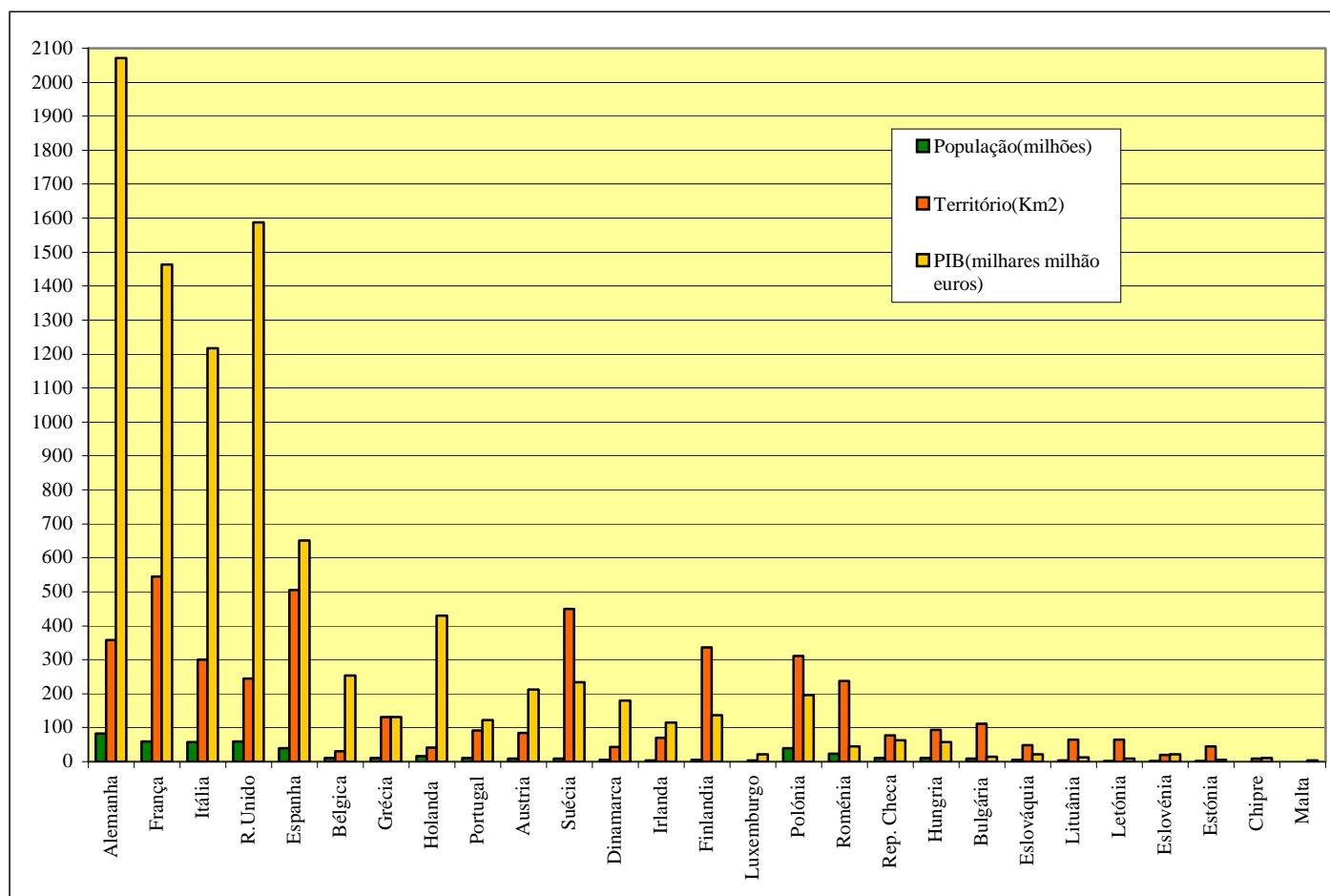




POPULAÇÃO

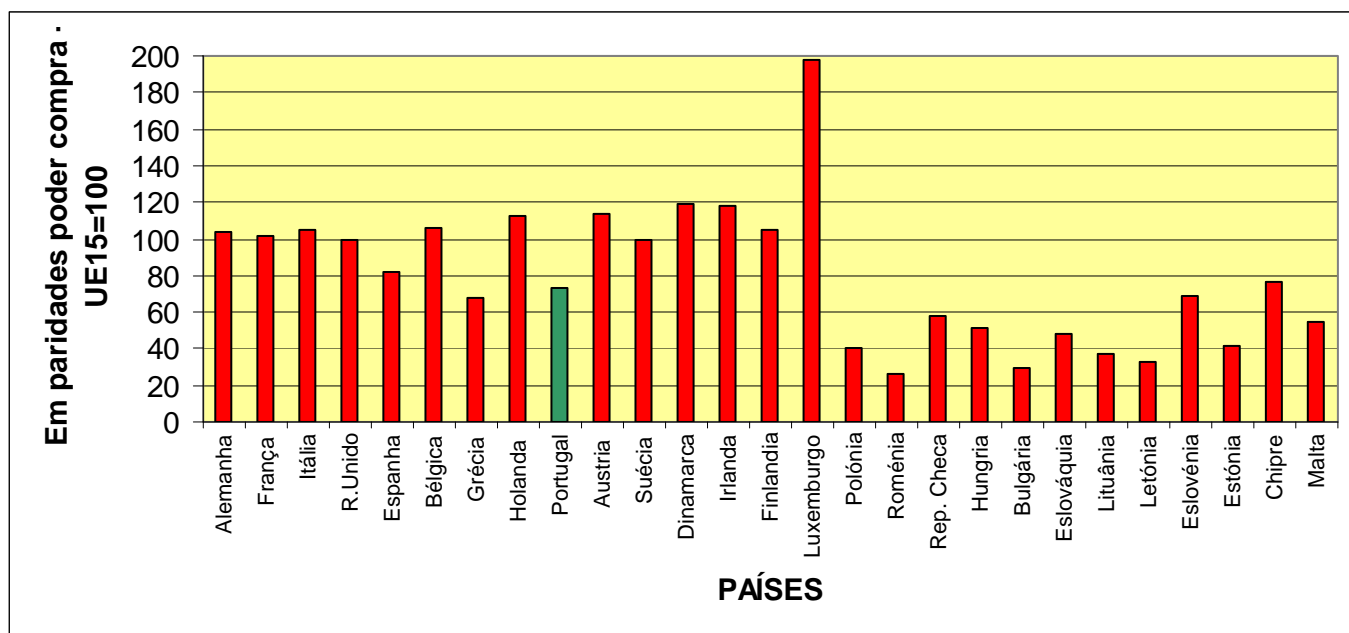


POPULAÇÃO – TERRITÓRIO - PIB





PIB “PER CAPITA”





Apêndice E – OS PRINCIPAIS FACTOS QUE SUSTENTAM O ATLANTISMO

O atlantismo tem a sua primeira expressão em 1372, na aliança realizada entre Portugal e Inglaterra, em plena guerra dos Cem Anos, onde a França aliada de Castela combatia com Inglaterra. Ao realizar esta aliança, Portugal pretende expulsar os castelhanos dos territórios Portugueses.

Em 1415, com a conquista de Ceuta, dá-se início a um período de ascensão nacional perante a comunidade internacional, o que fará com que Portugal se constitua como potência marítima. Portugal dá início ao processo de ultrapassagem do seu carácter exclusivamente peninsular, explorando as suas potencialidades geoestratégicas face ao Atlântico, ganhando assim a sua autonomia económica. D. João II constrói o seu império atlântico, e amplia as suas relações atlânticas com o Norte da Europa, nomeadamente com a Flandres. “O projecto de D. João II de presença política na Europa, contava com o peso dessa política Atlântica, não só nas relações com a Espanha, como também com a Inglaterra e a Borgonha”(Macedo, 1988, 89). A expansão marítima vai ser o grande projecto nacional, cuja motivação económica vai ajudar à sua aceitação. Todas as classes vão aderir porque todos esperavam ganhar com ele (Ramalho et al, 1991).

A chegada à Índia, a descoberta do Brasil, e a chegada de Cristóvão Colombo à América do Sul, alteraram profundamente o papel que o Atlântico representava no relacionamento entre Portugal e Espanha. A extrema dificuldade com que as viagens eram realizadas e a intenção de as proteger da guerra de corso, acabou por levar a uma estreita colaboração entre Portugal e Espanha. A estes factores, têm que se juntar o abandono de algumas posições no Norte de África, e outros de ordem religiosa e ideológica concorrentes para uma aproximação a Espanha, preterindo a Inglaterra. A partilha do Atlântico Sul, afastou Portugal dos apoios com que poderia contar para preservar a sua independência (Ramalho et al, 1991).

”Para defender o seu Atlântico é que Portugal entra em Aliança com a Espanha, defende as ilhas atlânticas e a própria posse da costa Brasileira. Para impedir o acesso dos turcos ao Atlântico é que, ingenuamente, D. Sebastião foi a Alcácer Quibir”(Macedo, 1988, 91). Com as relações Portugal-Espanha de modo exclusivamente bilateral, o resultado foi a anexação de Portugal pela Espanha.

A partir do início do Séc. XVII, acentuam-se os confrontos estratégicos tendo em vista a definição de uma hegemonia europeia. A restauração desenvolve-se assim, numa conjuntura internacional caracterizada pela “guerra dos trinta anos” e pelo antagonismo entre a Espanha e a França. Nesse sentido, a França garante apoio diplomático e militar aos Portugueses,



conseguindo assim diminuir a pressão sobre as suas fronteiras. Entretanto com a assinatura do tratado de paz entre a Espanha e França em 1659 (Tratado dos Pirinéus), Portugal necessita de procurar novamente um aliado extrapeninsular para garantir a independência reconquistada. Em 1661 é assinado novo tratado de aliança com a Inglaterra, contendo este cláusulas e compromissos para a defesa do território português, em troca de importantes concessões nos territórios ultramarinos portugueses. As negociações de paz são influenciadas pelo jogo de forças internacionais. “A Inglaterra pretende que a paz fosse restabelecida rapidamente, afim de que a Espanha pudesse dispôr de forças para enfrentar as ameaças francesas, relativamente aos Países Baixos Espanhóis. A França, por outro lado, não estava interessada em que a paz fosse instituída, visto que pretendia, mais uma vez, utilizar Portugal como arma para exercer pressão sobre Espanha, obrigando-a a ceder noutras áreas de interesse para os Franceses” (Ramalho, et al, 1991, 193). A influência Francesa cresce na corte Portuguesa, tendo sido assinado o tratado da “Liga Formal” entre Portugal e França. Contudo, perante a pressão da opinião pública, mobilizada pelo partido Inglês, e pelos grupos de interesses comerciais, o tratado de paz entre Portugal e Espanha, é assinado em Fevereiro de 1668.

A preponderância Atlântica Portuguesa manteve-se no decurso do Sec. XVIII, tendo Portugal participado pela primeira vez num conflito Europeu generalizado, durante a guerra da Sucessão de Espanha. O objectivo desta guerra era conjugar a força europeia e continental da França, a capacidade extra-europeia da Espanha e o poderio naval de ambos. Os adversários deste projecto, (Inglaterra, Holanda, Áustria) procuram impedir a união do poder continental com os recursos marítimos de outras potências europeias. Esta guerra obriga Portugal a tomar posições de fundo, relativamente á França e Inglaterra. Teve que optar entre duas correntes: a continental definida pela França e a Atlântica definida pela Inglaterra. Submetido perante as pressões contraditórias da França, Inglaterra e Holanda, alia-se às potências atlânticas, através do Tratado de Methewen (Ramalho et al, 1991).

Em meados do Sec. XVII, a Inglaterra tinha-se tornado hegemónica no mar e começa a ter grande influência na Europa Central e Oriental. Perante este facto, começa a desenvolver-se uma conjugação de forças continentais, essencialmente anti-britânicas, das quais faziam parte a Espanha, a França e a Áustria. Este conflito deslocava para o Atlântico a área dos confrontos entre a França e a Inglaterra. “Portugal encontrava-se assim em quase todas as áreas estratégicas onde aqueles confrontos se desenvolviam: a entrada do Mediterrâneo, a rota da Índia, e as rotas atlânticas de acesso à América do Sul” (Ramalho et al, 1991,195). Portugal sofreu grandes pressões para entrar nesta coligação contra a Inglaterra, mas o seu grau de participação é mínimo. Portugal mostrou-se reticente, porque a concepção estratégica da Europa, tal como era



concebida pela França, levaria a um corte ou a dificuldades com o Atlântico.“ Significa que a atitude de Portugal para com a Europa está claramente dependente das possibilidades desta em relação ao Atlântico. Portugal não colabora com a Europa quando esta toma posições de teor anti-atlântico” (Macedo, 1988, 95). O resultado foram as Invasões Francesas.

O atlantismo torna a ter expressão durante a I GM. A participação Portuguesa nesta guerra não tinha grande sentido, uma vez que os confrontos armados eram mantidos pelas potências da Europa Central, com os Exércitos dirigidos em direcção à Rússia, Bélgica e França. O facto de a Inglaterra ter entrado na guerra, e a percepção que a derrota dos aliados seria inevitável, se a Inglaterra não vencesse a luta submarina, fez com que Portugal abandonasse a sua posição de neutralidade. A Inglaterra pede a Portugal que entregue os navios alemães que se tinham abrigado em portos Portugueses. A resposta a esse pedido foi positiva, e teve como consequência a declaração de guerra da Alemanha. ”Portugal entrava, pois, no conflito Mundial por virtude dos modos Atlânticos da guerra...”(Macedo, 1988, 101).

Durante a II GM, o Atlântico continua a ser o vector que orienta a política externa Portuguesa. Apesar de Portugal reafirmar a sua aliança com a Inglaterra, sabia que um posicionamento pró aliado acarretaria a invasão da Península, e consequentemente de Portugal, e que um alinhamento com as tropas do eixo, significaria a perda da soberania sobre as ilhas Atlânticas e das Colónias Africanas. A neutralidade colaborante foi caracterizada por uma política regional diferenciada para as diversas componentes do território nacional, “em função da dicotomia gerada entre os interesses nacionais e os interesses dos beligerantes, e consequentes alterações pontuais da situação estratégica” (Nunes, 1993, 127). Do ponto de vista diplomático, a neutralidade colaborante, garantia:

- um posicionamento preferencial e de consenso com Espanha,
- assegurar a soberania e integridade dos territórios nacionais,
- a manutenção da aliança com a Inglaterra, potência marítima, importante para manter as comunicações entre a metrópole e o ultramar, para a defesa territorial destes, e garante de auxilio em caso de invasão de Portugal, por parte das forças do eixo. Esta aliança, foi ainda importante para sustentar externamente o regime, ao mesmo tempo que era um entrave às tendências unificadoras de Espanha. Em relação á Alemanha, actuou como factor de dissuasão, face às pretensões hegemónicas da potência continental.
- contactos com a Alemanha, ao mesmo tempo que mantinha acordos de cooperação no domínio de material de guerra com a Áustria, Itália e Jugoslávia.

A política peninsular constituiu um dos alicerces da neutralidade, tendo contribuído para a criação de uma zona de paz peninsular, graças a uma política concertada com o governo de



Madrid, tendo sido assinado um tratado de Amizade e Não Agressão, em 1939, e um Protocolo Adicional em 1940, reforçando as intenções iniciais. No âmbito peninsular, o desejo de estabilidade levou a procurar na neutralidade espanhola, o garante da nossa própria neutralidade. Recorrendo a mecanismos político-diplomáticos, Portugal assegurou o não envolvimento de Espanha, possibilitando, primeiro, a vitória na Guerra Civil daqueles que poderiam defender a neutralidade, e num segundo momento, sendo o interlocutor privilegiado na aproximação da Espanha a Inglaterra, garantindo assim o não alinhamento espanhol com as forças do Eixo (Nunes, 1993).

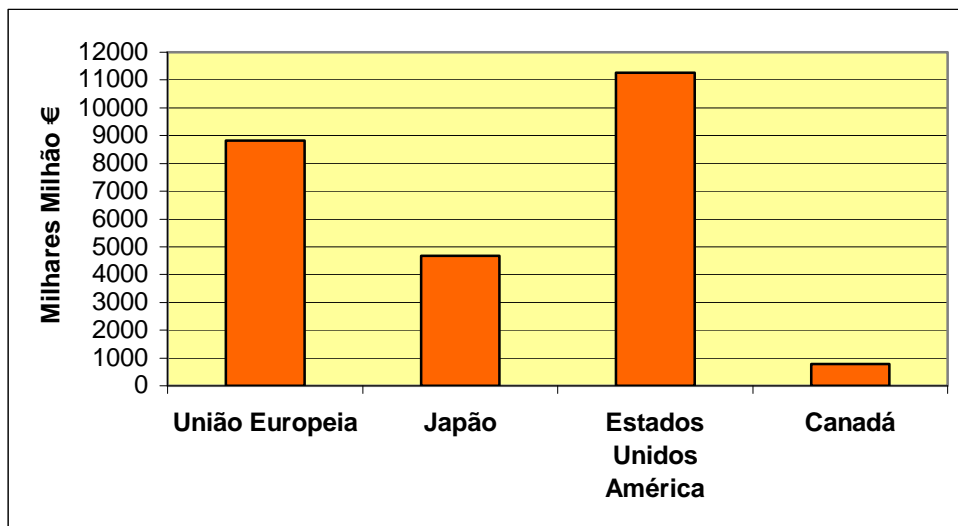
Portugal assegurava uma conduta nacional que perfilhava o não envolvimento na II GM, prevalecendo a sua posição de potência Atlântica, ligada á Espanha por imperativos geográficos, mas política e economicamente vocacionada para o mar e para as suas colónias. “ Garantindo a vitória dos que em Espanha poderiam defender a neutralidade, os governos da Península, asseguravam o bloqueio dos Alemães nos Pirinéus, a liberdade de circulação no Mediterrâneo, e uma posição favorável aos Aliados no Atlântico” (Nunes, 1993, 123).



Apêndice F – O PILAR COMUNITÁRIO

A União Europeia é a uma potência económica e comercial no mundo.

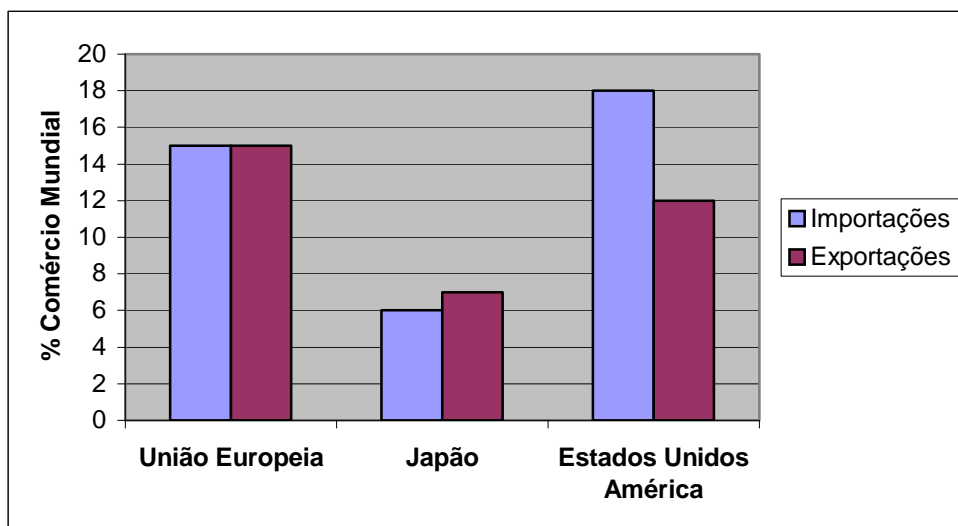
PRODUTO INTERNO BRUTO



Fonte: (União Europeia, 2003c)

Excluindo o comércio intracomunitário, a União representa cerca de um terço do total das trocas mundiais. Se incluirmos o comércio intracomunitário, que representa sessenta por cento do comércio da União, esta representa cerca de metade do comércio mundial.

COMÉRCIO MUNDIAL



Fonte: (União Europeia, 2003c)



Contudo, são diversas as dificuldades relacionadas com a política económica, devido por um lado, às disparidades de situações e de objectivos entre os países membros, e por outro lado, a uma coordenação ainda insuficiente das políticas económicas. Um dos objectivos do Tratado de Maastricht consiste em reduzir as disparidades, centralizando a política monetária e aumentando a interdependência dos países europeus por meio de uma maior integração económica e institucional. A liberalização dos movimentos de capitais em 1990, o mercado único em 1993, e a moeda única em 1999, reforçaram as interdependências, mas ao mesmo tempo aumentaram as disparidades de situação entre países, resultante de falhas de coordenação de políticas, que provocaram o aumento de escolhas estratégicas nacionais. O recurso crescente ao sistema das cooperações reforçadas, deu origem á chamada “Europa de geometria variável”, suportada pela iniciativa de um número limitado de Estados Membros, procurando cada um as suas vantagens.

A noção de convergência¹ ocupa um lugar central nos debates sobre as política económicas da União. Estas passam por estratégias globais que comportam três grandes elementos cujos efeitos se reforçam mutuamente (Hen, 2002):

- Políticas macroeconómicas que propiciem o crescimento, o emprego, e a estabilidade de preços;
- Políticas que melhorem o funcionamento global dos mercados de trabalho e favoreçam a empregabilidade, o espírito empresarial, e a capacidade de adaptação;
- Reformas económicas que permitam aumentar a eficiência e a flexibilidade do mercado de bens, de serviços e capitais.

No plano económico a União tem dois tipos de Políticas: as políticas comuns (onde os estados transferiram todas as competências para a UE, ficando assim vinculados às decisões por esta tomadas) e as políticas comunitárias (onde existe uma partilha de competências entre os Estados e a UE).

1.As políticas comuns

A **Política Agrícola Comum (PAC)**, tem por objectivo aumentar a produtividade da agricultura, assegurar um nível de vida justo à população agrícola, estabilizar os mercados, garantir a segurança dos abastecimentos e assegurar preços convenientes para o consumidor. O êxito desta política provém da concretização de princípios capazes de estabelecer um verdadeiro mercado comum: unicidade de mercado (pela supressão das barreiras aduaneiras, harmonização das regras

¹ A UE, preconiza dois grandes tipos de convergência macroeconómica: a convergência real (refere-se aos níveis de vida da população e pode ser entendida com a ajuda de indicadores tais como o PIB por habitante), e a convergência nominal (diz respeito às finanças publicas dos Estados Membros, e é percebida com a ajuda de indicadores tais como o défice publico, e a divida pública) .



sanitárias), preferências comunitárias (compra de produtos de origem comunitária) e solidariedade financeira (recursos atribuídos a despesas comuns e não em função das contribuições dos Estados Membros) (Hen, 2002). A PAC fez com que o rendimento agrícola aumentasse em quase todos os Estados Membros e que a produtividade duplicasse, triplicasse ou quadruplicasse, conforme os sectores, com duas ou três vezes menos necessidade de mão de obra. “ Inicialmente deficitária, a Comunidade passou a ser capaz de assegurar a totalidade dos seus abastecimentos em quase todos os produtos agrícolas, tornando-se mesmo excedentária (Hen, 2002, 150).

RENDIMENTO AGRICOLA (1995=100)	
Alemanha	128,8
França	106,6
Itália	112,6
R.Unido	58,4
Espanha	122,8
Bélgica	109,5
Grécia	96,4
Holanda	83,7
Portugal	117
Áustria	86,5
Suécia	110,5
Dinamarca	100,2
Irlanda	97,8
Finlândia	106,6
Luxemburgo	93,9
UE 15	106,6

Fonte: (Hen, 2002)

A **Política Comercial Comum** baseia-se na aplicação de uma tarifa exterior que se aplica a todos os Estados Membros. A aplicação desta tarifário exterior comum, traduz-se na uniformização dentro da União da protecção face a países terceiros, criando assim, de facto uma preferência comunitária. As importações provenientes de um outro estado membro, não estando sujeitas a direitos aduaneiros, beneficiam por definição de um regime mais favorável, do que as importações provenientes de um estado terceiro.

Esta política comum permite á UE, implantar medidas que actuam sobre as importações e exportações, a representação da Comunidade no seio da Organização Mundial do Comércio (OMC), onde contribui com todo o seu peso, para que se desenvolva o regime de trocas



multilaterais no mundo e se concluem acordos e medidas comerciais a nível global, em pé de igualdade com os EUA.

A União aplica em relação a países terceiros um sistema de preferências comerciais a vários níveis, numa base recíproca ou unilateral. Trata-se na prática de um tratamento mais favorável face a certos países terceiros. Os principais acordos são o Espaço Económico Europeu², os Acordos Europeus de Associação, com os países candidatos à União, e os Acordos de Lomé.

O sector dos transportes, como elemento fundamental para o desenvolvimento económico e para a livre circulação de pessoas, deu origem à **Política Comum de Transportes**, cujo objectivo é estabelecer e desenvolver redes transeuropeias, como parte integrante de uma acção mais geral a favor de uma maior coesão económica e social. Neste aspecto a melhoria das ligações ferroviárias e rodoviárias, a criação de uma rede europeia combinada comboio-estrada representam iniciativas fundamentais.

A política comum mais conhecida da maioria dos cidadãos europeus, é sem dúvida a **UEM**. Esta caracteriza-se por políticas económicas concertadas, pela existência de uma política monetária única e pela existência de um Banco Central, emissor de uma moeda que circula livremente. Cada país abandonou a sua soberania monetária, em proveito de uma soberania comum.

O lançamento do euro em 1 de Janeiro de 1999, assinalou uma viragem essencial no processo de integração europeia. É o remate de uma cooperação económica e política sem precedentes. Este processo transformou profundamente a estrutura e o funcionamento da economia da União, tendo desempenhado um papel de acelerador da integração europeia. Com o desaparecimento da liberdade cambial, desapareceu também um factor de flexibilidade nas relações entre os Estados Membros, no caso de distorções entre as economias dos países parceiros. Essa flexibilidade teve que ser procurada noutro espaço, sendo este, sem dúvida, o das empresas e as estratégias que traçam. Para além disso, o euro impôs às empresas um reforço de competitividade, uma vez que com a moeda única, não podem doravante, ser protegidas por políticas cambiais dos respectivos países. Assim se explica porque o aparecimento do euro fosse precedido por uma vaga de fusões, aquisições, e de reagrupamentos de locais de produção e de logística, na procura de ganhos resultantes de economias de escala. Contudo nem todos os Países Membros aderiram³. Estes conservam as suas competências nacionais em matéria de política monetária e de taxas de câmbio, não tendo que respeitar todas as disposições do pacto de estabilidade e crescimento.

A introdução do euro torna ainda mais sensível a heterogeneidade dos ambientes sociais e fiscais entre os países membros.

² Com a Noruega, Islândia, e o Liechtenstein

³ Reino Unido, Suécia, Dinamarca



2. As políticas comunitárias

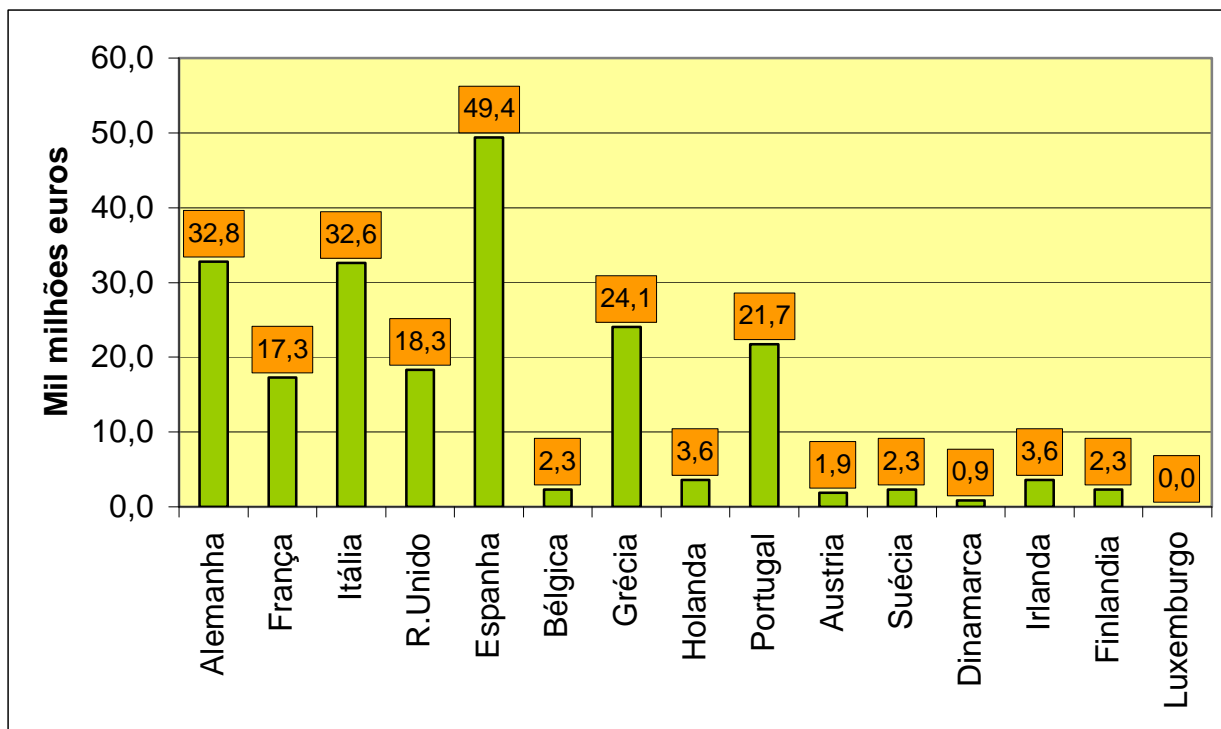
Neste contexto, a UE partilha as suas competências com os estados, privilegiando o acompanhamento e o apoio das políticas regionais dos estados membros, intervindo directamente por intermédio dos fundos estruturais, os principais instrumentos de que dispõe para reforçar a coesão económica e social. No âmbito geral desta política, em 1993, a UE criou o Fundo de Coesão com a finalidade de permitir aos países mais pobres⁴ participar o mais rapidamente possível na UEM, contribuindo assim para o reforço da coesão económica e social do conjunto.

Os fundos estruturais da UE, tem um orçamento global, para 6 anos de 213 mil milhões de euros sendo distribuído da maneira expressa:

FUNDOS ESTRUTURAIS		
PAÍS	%	Milhares de milhão (€)
Alemanha	15,4	32,8
França	8,1	17,3
Itália	15,3	32,6
R.Unido	8,6	18,3
Espanha	23,2	49,4
Bélgica	1,1	2,3
Grécia	11,3	24,1
Holanda	1,7	3,6
Portugal	10,2	21,7
Áustria	0,9	1,9
Suécia	1,1	2,3
Dinamarca	0,4	0,9
Irlanda	1,7	3,6
Finlândia	1,1	2,3
Luxemburgo	0	0,0

Fonte: (União Europeia, 2003c)

⁴ Irlanda, Grécia, Portugal, Espanha



A Política Regional visa reduzir as disparidades existentes entre as regiões. Constitui a segunda rubrica de despesas, a seguir à PAC e torna-se operacional através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

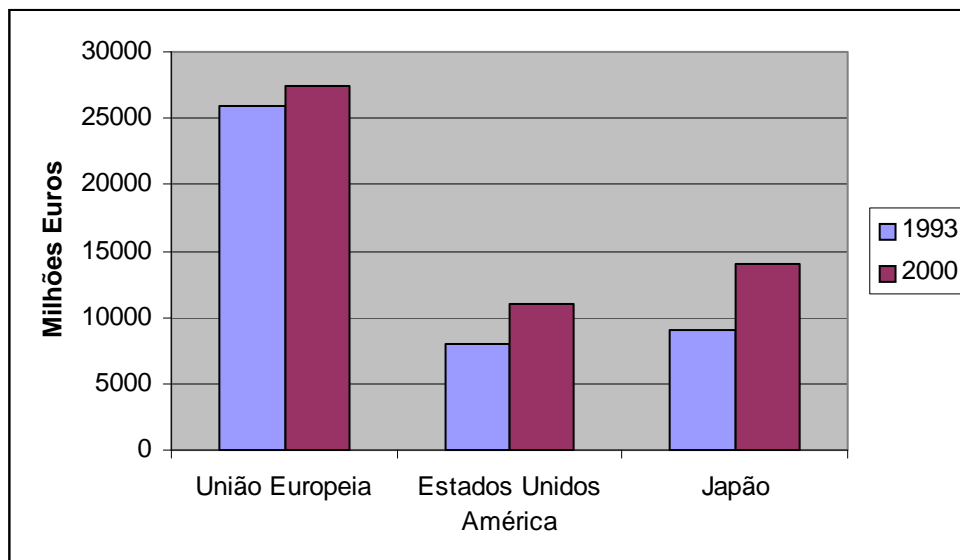
Muito ligada à Política Regional, a Política Social e de Saúde tem por objectivo a harmonização (não a unificação) dos direitos nacionais, nos domínios do emprego do direito do trabalho, das condições de trabalho, da formação e da segurança social. O Fundo Social Europeu (FSE), é o instrumento neste domínio, e encoraja a inserção profissional e a luta contra o desemprego.

No espírito das disposições contidas no Tratado de Roma, aplica-se uma política específica em matéria de ajuda ao desenvolvimento em relação às antigas dependências de certos Estados Membros. A já citada Convenção de Lomé, organiza a cooperação da União Europeia com setenta e sete Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), com a finalidade de promover e acelerar o desenvolvimento económico, cultural e social dos Estados ACP, de aprofundar e diversificar as suas relações num espírito de solidariedade e de interesse mútuo. Em Junho de 2000, depois de expirada a Convenção de Lomé IV, foi assinado o acordo de Cotonou, assinalando a renovação da cooperação entre a UE, e os Estados ACP. Este acordo foi concluído por vinte anos, reúne uma população de mais de um milhar de milhão de pessoas, e visa estabelecer os equilíbrios macroeconómicos, desenvolver o sector privado, melhorar os serviços sociais, e abolir de forma progressiva e reciproca os obstáculos às trocas comerciais. Esta



cooperação faz-se por intermédio do Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED) e do Banco Europeu de Desenvolvimento.

A Cooperação para o Desenvolvimento



Fonte: (União Europeia, 2003c)



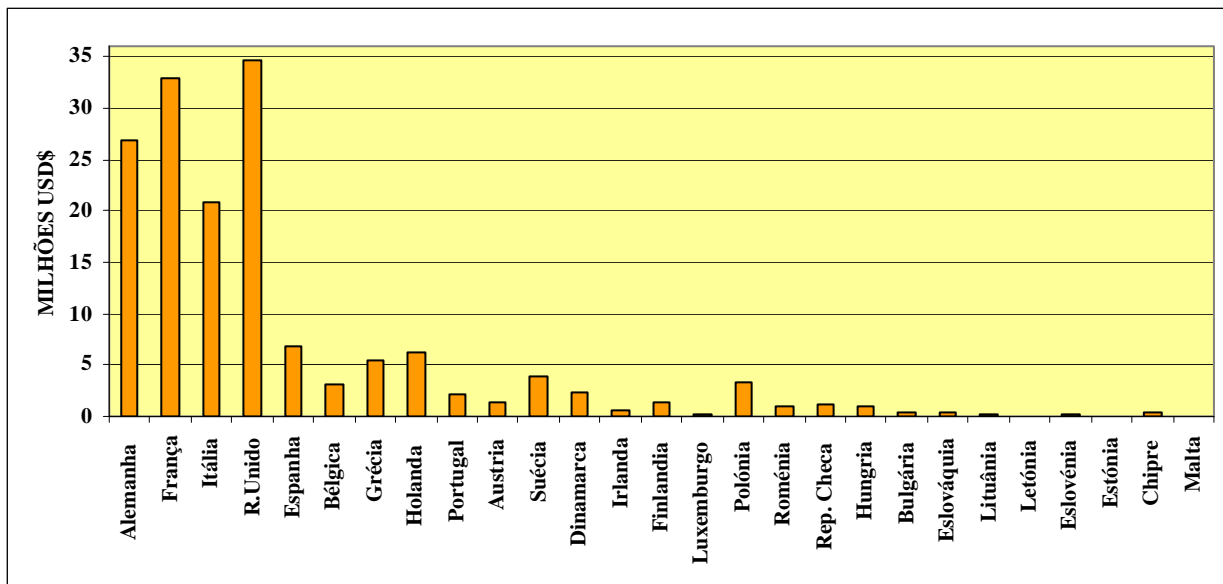
Apêndice G – ORÇAMENTOS DE DEFESA

DESPESAS com a DEFESA		
PAÍS	MILHÕES USD	% PIB
Alemanha	26,90	1,5
França	32,90	2,6
Itália	20,90	2
R.Unido	34,70	2,5
Espanha	6,90	1,2
Bélgica	3,10	1,3
Grécia	5,50	4,8
Holanda	6,30	1,7
Portugal	2,20	2
Austria	1,40	0,8
Suécia	3,98	1,9
Dinamarca	2,40	1,5
Irlanda	0,60	0,5
Finlândia	1,40	1,2
Luxemburgo	0,14	0,8
Polónia	3,40	2
Roménia	0,96	2,5
Rep. Checa	1,16	2,2
Hungria	0,90	1,8
Bulgária	0,37	2,8
Eslováquia	0,38	2
Lituânia	0,21	1,8
Letónia	0,09	1,2
Eslovénia	0,28	1,5
Estónia	0,09	1,7
Chipre	0,32	3,6
Malta	0,02	0,7

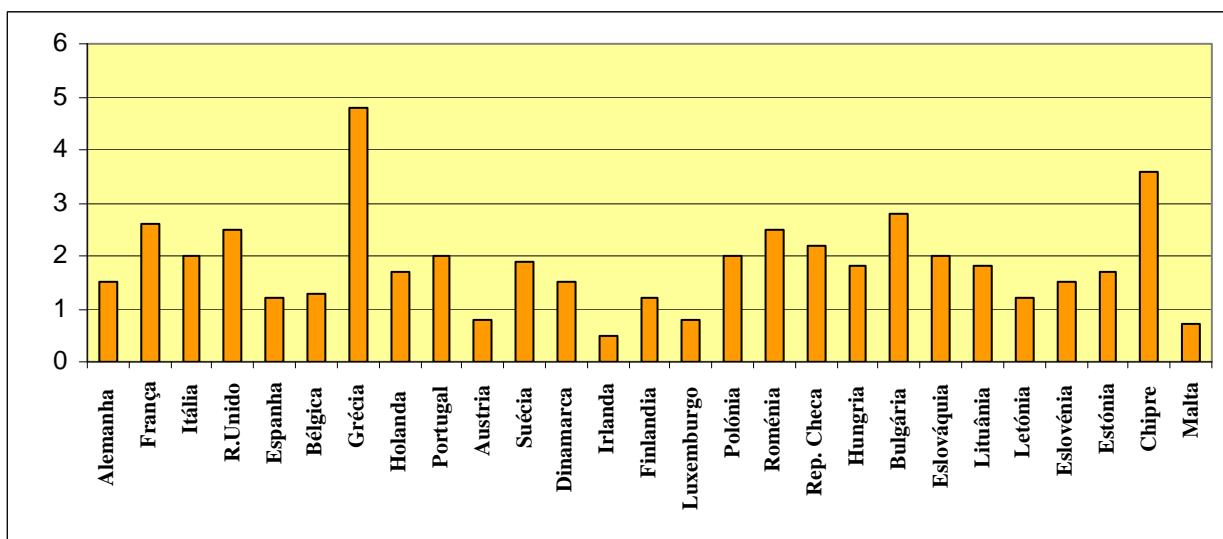
Fonte: (TIISS, 2003)



DESPESAS COM A DEFESA



PERCENTAGEM DO PIB GASTO COM A DEFESA





Apêndice H – AS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

1 - O CONSELHO EUROPEU

O Conselho Europeu reúne os Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros, o presidente da Comissão, e o presidente do Parlamento. Não constitui juridicamente uma instituição da Comunidade Europeia, mas marca o ritmo da vida política e o desenvolvimento da União Europeia, reunindo-se pelo menos duas vezes por ano, geralmente em Junho e Dezembro. Tem um papel preponderante em todos os domínios da União Europeia, quer se trate do impulso e da definição de orientações políticas gerais, da coordenação, da arbitragem ou da tomada das decisões necessárias para desbloquear determinados dossiers. É considerado um elemento de desestabilização das Instituições Europeias, uma vez que foi concebido para traçar as directivas gerais, mas depressa se transformou num órgão de decisão, (principalmente ao nível da PESC) pondo em causa a autoridade do Conselho, e o poder de controlo do Parlamento Europeu (Hen, 2002). Trata-se na verdade, de um órgão consertação política, onde o consenso e a unanimidade são regra geral.

2 - O CONSELHO

O Conselho, nome abreviado para Conselho da União Europeia ou Conselho de Ministros, assegura a representação dos Estados-membros ao nível da União Europeia, e constitui a principal instância de decisão. É composto por um representante de cada Estado-Membro a nível ministerial, com poderes para vincular o seu governo. Embora formalmente exista um só Conselho, este reúne-se com formações diferentes, em função dos assuntos agendados. Constitui o verdadeiro órgão legislativo das Comunidades, o que se traduz pela aprovação de regulamentos e directivas. O campo de intervenção do Conselho abrange os três pilares da União Europeia, mas com procedimentos de votação diferentes segundo os casos, em questão. A presidência do Conselho é exercida rotativamente por cada Estado-Membro, por períodos de seis meses. A evolução decorrente dos vários tratados, tornou o Conselho o único centro efectivo de decisão que atribui á Comissão a competência de execução. (Hen, 2002).



3 - A COMISSÃO

A Comissão Europeia é constituída por um Presidente, 2 vice-presidente e 17 comissários, escolhidos em função da sua competência, devendo oferecer todas as garantias de independência em relação aos seus Países. Propõe orientações e executa as acções decididas pelo Conselho e pelo Parlamento.

As suas principais funções são:

- Propor textos legislativos ao Parlamento e ao Conselho;
- Administrar e executar as políticas comunitárias;
- Velar pela observância do direito comunitário, juntamente com o Tribunal de Justiça;
- Constituir um porta-voz importante da União Europeia e negociar os acordos internacionais, principalmente de comércio e de cooperação.

Com a evolução da União Europeia, tem vindo a perder a sua função política, acantonando-se em tarefas estritamente administrativas (Hen, 2002).

4 - O PARLAMENTO EUROPEU

É eleito por sufrágio universal por todos os cidadãos dos Estados-Membros. É o principal representante dos povos da União Europeia ao nível das instituições comunitárias.

O Parlamento é eleito por um período de 5 anos, sendo constituído por deputados reunidos em grupos políticos transnacionais, que representam as grandes tendências políticas presentes nos Estados-Membros da União. O número de deputados varia de acordo com a importância económica e demográfica de cada Estado.

Na esfera das suas atribuições legais, o Parlamento Europeu exerce fundamentalmente três funções:

- Exerce um controlo democrático sobre todas as instituições comunitárias, principalmente a Comissão;
- Detém o poder de co-decisão legislativa, partilhando-o com o Conselho;
- Desempenha um papel decisivo na adopção do orçamento, detendo o poder de co-decisão orçamental, partilhando-o também com o Conselho.

Estas são as Instituições que participam no processo de tomada de decisão. A EU dispõe de mais duas, igualmente importantes para o seu regular funcionamento: o Tribunal de Contas e o Tribunal de Justiça, que não são relevantes para o tema em questão, pelo que não as iremos detalhar.



Apêndice I – A TOMADA DE DECISÃO NO PILAR COMUNITÁRIO

Para a tomada de decisão no pilar comunitário, existem dois procedimentos: o procedimento de Cooperação e o procedimento de Co-decisão.

No procedimento de Cooperação (Anexo B – O Procedimento de Cooperação), o Conselho pode passar por cima de uma rejeição do Parlamento Europeu, embora só por unanimidade.

No procedimento de Co-decisão, (Apd C – O Procedimento de Co-decisão) os textos não podem ser adoptados sem a aprovação do Parlamento, o que é o mesmo que reconhecer-lhe uma espécie de direito de veto. Neste procedimento, o Conselho, por proposta da Comissão e após o parecer do Parlamento, adopta uma posição comum. Perante esta, o Parlamento pode aprová-la, sendo o acto definitivamente aceite ou não se pronunciar, podendo o Conselho decidir conforme a posição comum. Se o Parlamento a rejeita, dá-se início a um processo de conciliação, que se não resultar, inviabiliza a adopção do acto. Outras situações podem acontecer: o parlamento pode introduzir emendas na proposta do Conselho, podendo este adoptar as emendas (por maioria qualificada se forem aceites pela Comissão, ou por unanimidade se forem rejeitadas), ou rejeitá-las, dando-se início a um processo de reconciliação. Se este processo for bem sucedido, (aprovação por maioria qualificada pelo Conselho, e por maioria absoluta pelo Parlamento) o acto é adoptado. Se o processo de conciliação for mal sucedido o texto é definitivamente abandonado (Hen, 2002).

O tratado de Amesterdão aumenta a responsabilidade do Parlamento, uma vez que faz do procedimento de co-decisão uma regra quase geral (Hen, 2002).

O Parlamento decide por maioria absoluta dos deputados, e o Conselho por maioria qualificada ou por unanimidade. Neste momento, em que ainda não entrou em vigor o Tratado de Nice, a maioria qualificada, cifra-se em 62 dos 87 votos possíveis (71%) (Anexo D - Distribuição de Votos no Conselho). Quando entrar em vigor o referido tratado, a maioria qualificada será atingida quando se verificarem em simultâneo três condições:

- 255 votos em 345 (73%),
- Receba os votos favoráveis da maioria dos Estados Membros,
- Os Estados Membros que votaram favoravelmente, representem 62% da população total da UE.

O Tratado de Nice, fixou o numero de deputados do Parlamento a 732, prevendo a repartição dos lugares entre os Estados Membros e os países candidatos conforme Anexo E – Distribuição dos Lugares do Parlamento.



Se com quinze Estados Membros era difícil obter decisões por unanimidade, com vinte e cinco ou vinte e sete, torna-se quase impossível. Por esta razão, o tratado de Nice vem reduzir substancialmente as disposições do tratado regidas pela unanimidade, transformando-as em decisões a tomar por maioria qualificada, reduzindo assim a possibilidade do uso de veto por parte dos Estados.



Apêndice J – A TOMADA DE DECISÃO NA PESC

A tomada de decisão na PESC não é do mesmo modo que as demais políticas comunitárias, uma vez que é de natureza intergovernamental. Dada a sensibilidade inerente às questões que respeitam às relações internacionais, o Tratado conferiu, naturalmente, grande peso aos estados membros e às instâncias da União Europeia em que estes participam directamente.

A PESC insere-se num quadro institucional único: as instituições em jogo são as existentes no âmbito comunitário. Todavia, é diverso o equilíbrio de poderes entre o Conselho, o Parlamento e a Comissão. Assim, a Comissão está plenamente associada à PESC, mas não dispõe do direito exclusivo de apresentar iniciativas. Estas provêm sobretudo da Presidência, de um estado membro ou do Alto Representante. O Parlamento Europeu é consultado pela Presidência sobre as opções fundamentais da PESC, sendo informado da evolução desta política.

O Conselho Europeu ocupa um lugar de primeiríssimo plano no domínio da política externa e de segurança comum, visto definir os seus princípios e as suas orientações gerais, incluindo as respeitantes às questões com implicações em matéria de defesa. Exercendo a função de legislador, o Conselho Europeu decide por unanimidade das estratégias comuns a serem executadas pela União nos domínios em que os Estados-Membros têm interesses comuns importantes.

No Conselho compete aos Ministros dos Negócios Estrangeiros, que deliberam no quadro do Conselho "Assuntos Gerais", tratar das questões da PESC. Cabe ao Conselho tomar as decisões necessárias à definição e execução da PESC com base nas orientações gerais ou nas estratégias comuns definidas pelo Conselho Europeu. Para o efeito, aprova posições comuns, acções comuns e decisões por maioria qualificada, embora existam dois mecanismos restritivos a esta norma:

- Quando o Conselho recorre a este tipo de votação, se um Estado não está de acordo com ela, pode invocar os interesses nacionais. Neste caso, o Conselho pode, por maioria qualificada, enviá-lo ao Conselho Europeu para que este decida por unanimidade,
- É excluído deste âmbito, todas as decisões que tenham implicações em matéria de defesa ou de natureza militar.

A maioria qualificada na PESC, é conseguida quando se atinjam 62 votos, que expressem a posição favorável de pelo menos dez Estados.

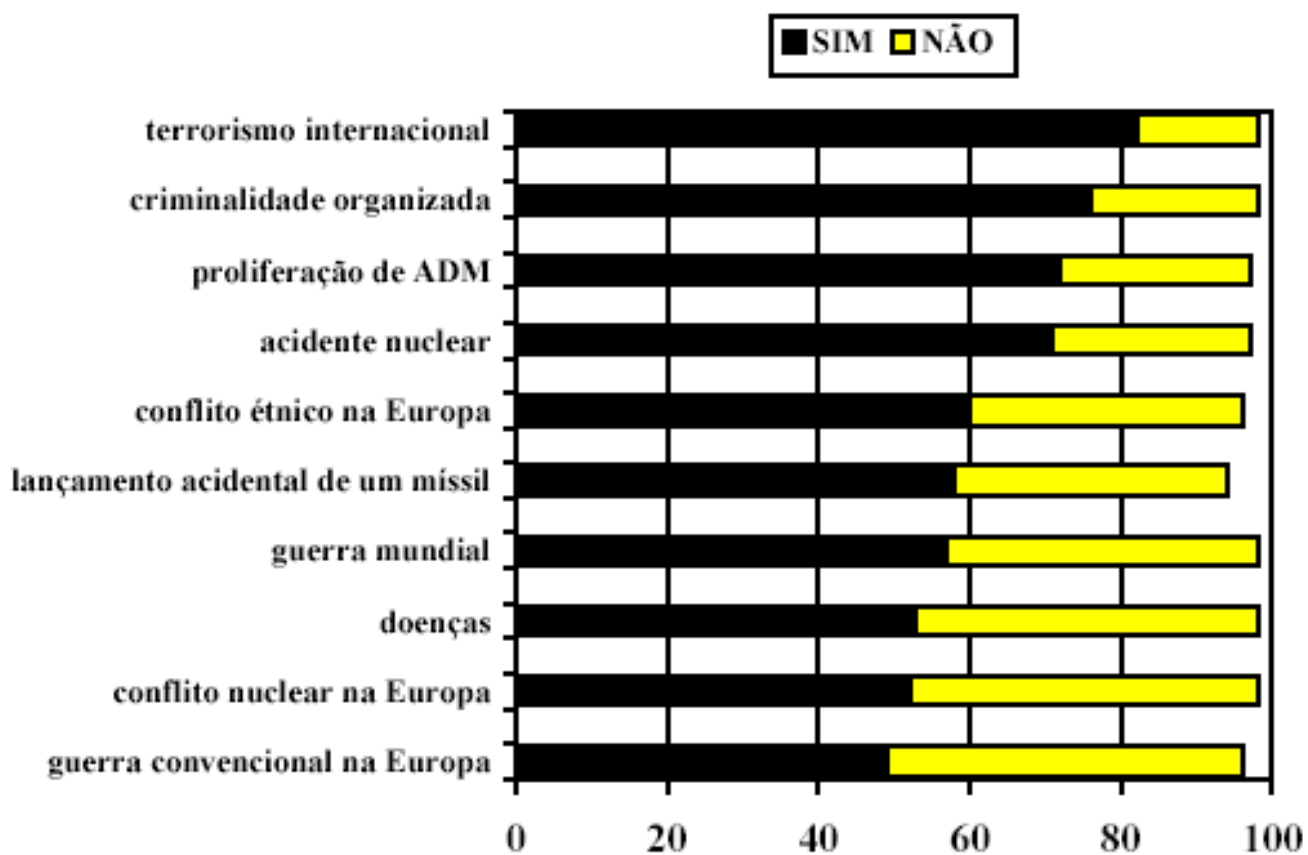
Embora a unanimidade seja a regra de ouro na tomada de decisão da PESC, existem possibilidades a que se pode recorrer para facilitar a tomada de decisão:



- A “abstenção construtiva”: no momento da adopção de uma decisão, um Estado-Membro pode fazer acompanhar a sua abstenção por uma declaração formal. Nesse caso, não é obrigado a aplicar a decisão mas aceita que a decisão vincula a União.
- As Cooperações Reforçadas consistem na possibilidade dos Estados Membros instaurarem entre si uma cooperação específica no quadro institucional do Tratado, isto é, utilizando as instituições e procedimentos da União. Estas disposições prevêm, no entanto, condições muito rigorosas: o número mínimo de Estados-Membros necessário para uma cooperação reforçada é de oito (nos três "pilares"); a possibilidade de "veto" foi suprimida, mas cada Estado-Membro terá a possibilidade de apresentar a questão à apreciação do Conselho Europeu. Esta faculdade não altera em nada o facto de a decisão de autorizar uma cooperação reforçada ser tomada pelo Conselho por maioria qualificada. No âmbito da PESC, a decisão final é tomada pelo Conselho Europeu, deliberando por unanimidade; as questões com implicações militares ou no domínio da defesa, continuam a ser vedadas á cooperação reforçada, a não ser quando estas incidam sobre a criação de capacidades para operações de gestão de crises (Lopes et al, 2002).



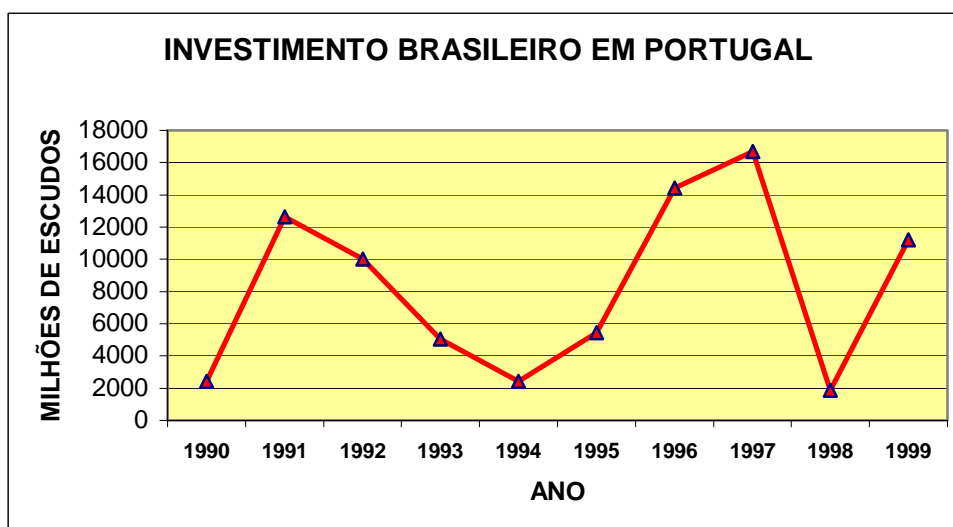
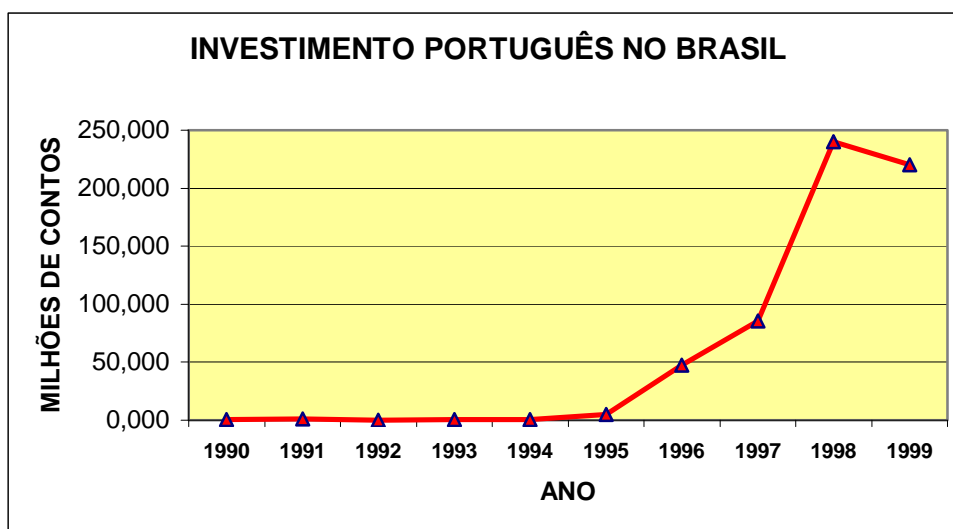
Apêndice L – O QUE TEMEM OS CIDADÃOS DA UE



Fonte: (União Europeia, 2003d)



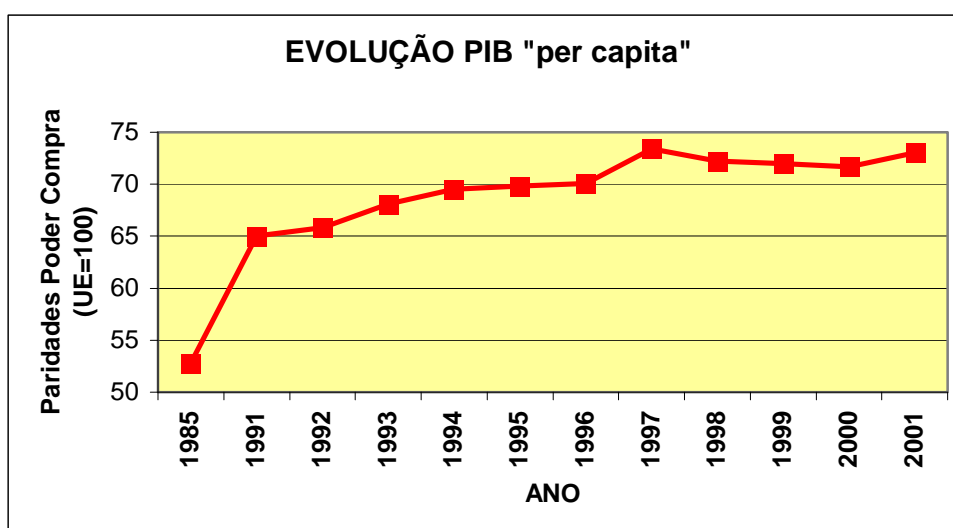
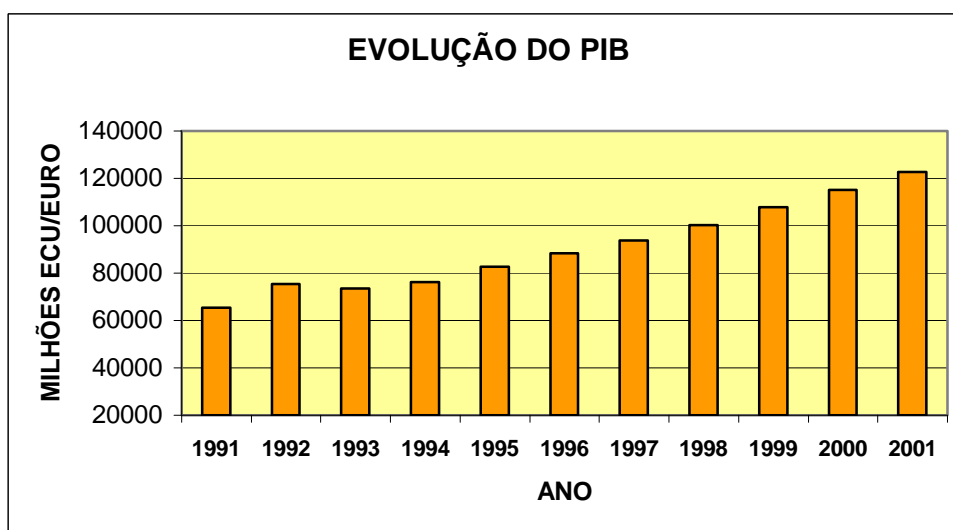
Apêndice M – INVESTIMENTO PORTUGUÊS NO BRASIL E VICE-VERSA



Fonte: (Silva, 2000)



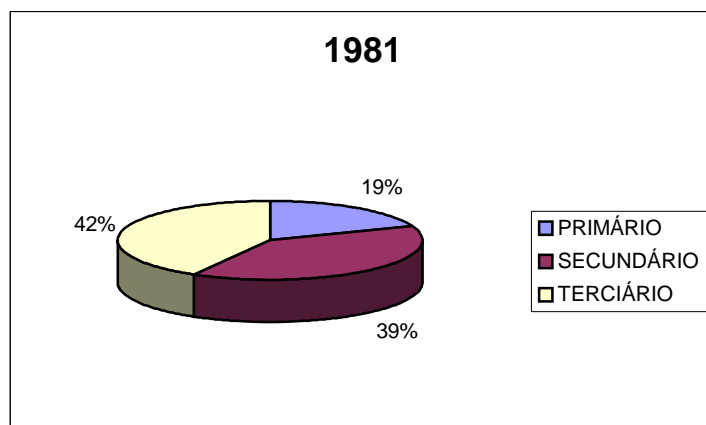
Apêndice N – EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO



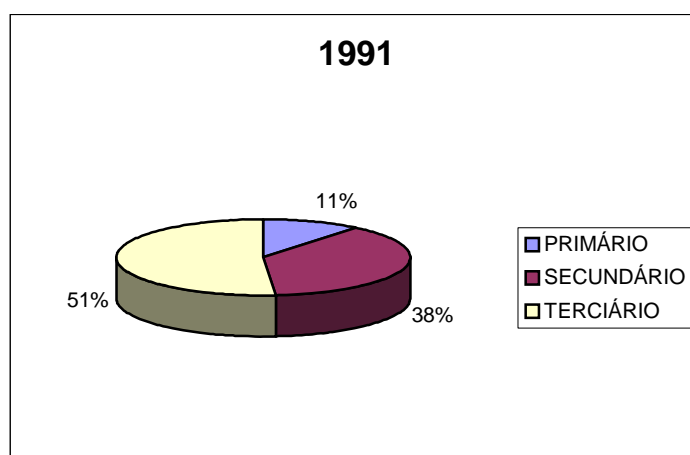
Fonte: (União Europeia, 2003c)



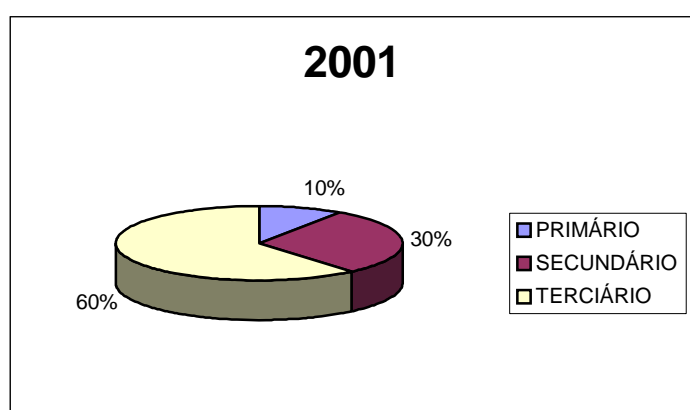
Apêndice O – POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES



Fonte: (ICS, 1999)



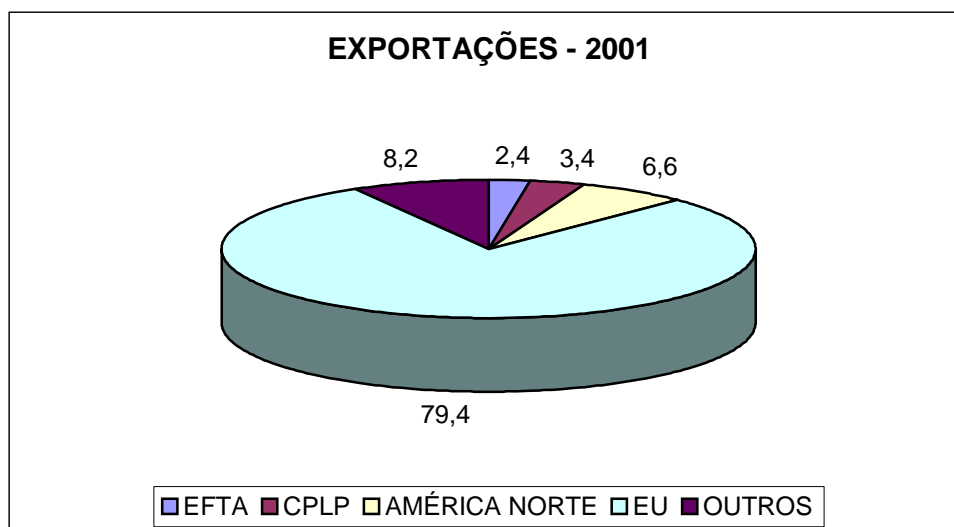
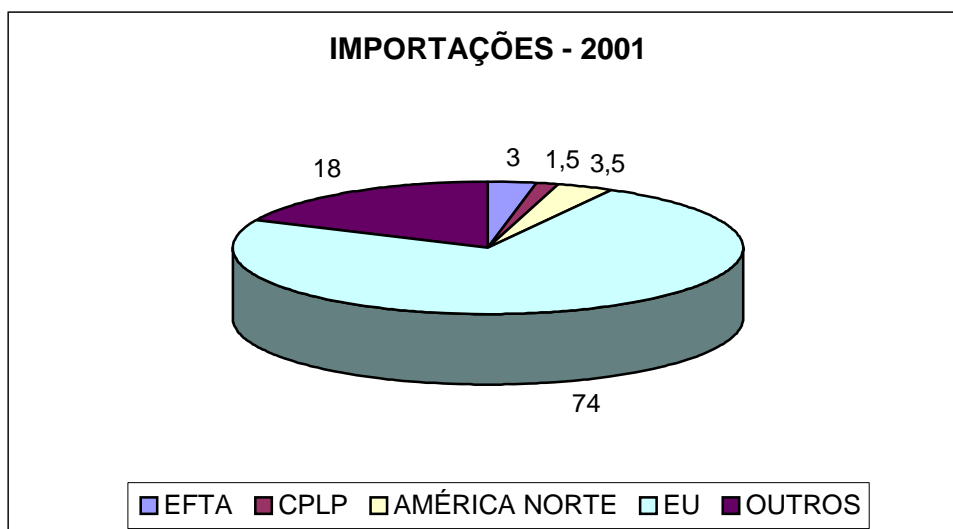
Fonte: (ICS, 1999)



Fonte: (Constâncio, 2001)



Apêndice P – RELAÇÕES COMERCIAIS



Fonte: (ICEP, 2003)



Apêndice Q – O FACTOR GEOGRÁFICO

Distâncias rodoviárias (em Km) entre:

	BERLIM	PARIS
VARSOVIA	560	1620
PRAGA	340	1000
BUDAPESTE	922	1561
BRATISLAVA	660	1270
LISBOA	3000	1792

Fonte: (Henriques e Costa, 2003)